



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
REITORIA

**RESOLUÇÃO Nº 31 DO CONSELHO SUPERIOR,
DE 11 DE AGOSTO DE 2025.**

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do Campus Floresta, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, no uso de suas atribuições legais, conforme designação estabelecida pelo Decreto Presidencial de 16 de maio de 2024, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 95, de 17 de maio de 2024, Seção 2, RESOLVE:

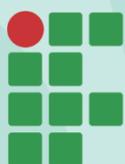
Art. 1º APROVAR o projeto do Curso Superior de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena, com oferta de 35 (trinta e cinco) vagas anuais, do Campus Floresta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE.

Art. 2º AUTORIZAR o Funcionamento do Curso Superior de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena no Campus Floresta, no segundo semestre de 2025.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jean Carlos Coelho de Alencar
Presidente do Conselho Superior

PUBLICADO NO SITE INSTITUCIONAL EM: 11/08/2025.



INSTITUTO FEDERAL
Sertão Pernambucano

PPC

Projeto
Pedagógico
do Curso

Graduação

LICENCIATURA EM MATEMÁTICA INTERCULTURAL INDÍGENA

PPC Projeto Pedagógico do Curso

Graduação

LICENCIATURA EM MATEMÁTICA INTERCULTURAL INDÍGENA

IFSertãoPE

Campus Floresta

Autorizado pela Resolução nº _____ do Conselho Superior de _____ de _____ de 20____.

Reformulado pela Resolução nº _____ do Conselho Superior de _____ de _____ de 20____, entrando em vigor para as turmas ingressantes, a partir do _____ semestre de 20____. (No caso de cursos ofertados há algum tempo)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Camilo Sobreira de Santana
Ministro da Educação

Marcelo Bregagnoli
Secretário da Educação Profissional e Tecnológica

Jean Carlos Coelho de Alencar
Reitor do IF Sertão PE

Rafael Santos de Aquino
Pró-Reitor de Ensino

Adeisa Guimarães Carvalho
Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Francisco de Assis de Lima Gama
Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Klemmerson Amariz Gomes
Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

Fabrcia Nadja de Oliveira Freire
Pró-Reitora de Orçamento e Administração

Iran Alves Torquato
Diretor Geral do Campus

Luiz Eduardo Barreto de Souza
Chefe do Departamento de Ensino do Campus

Equipe de Elaboração do TCC

João Luiz da Silva (Presidente)

Ailson dos Santos

Ana Christina da Silva Bezerra

André Ricardo Lucas Vieira

Danielle Jovem da Silva Azevedo

Danilo Alves Pereira

Edilene Bezerra Pajeú (Membro Externo)

Edivânia Granja da Silva Oliveira

Elbiane Leal Novaes de Carvalho Lima

Elka Janaina dos Santos e Silva

Gizelda de Souza Moraes Ferraz Leite

José Agnaldo Gomes de Souza (Membro Externo)

José da Cruz dos Santos (Membro Externo)

José Emanuel Medeiros Marinheiro

Luiz Eduardo Barreto de Souza



SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO.....	6
2.	CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	8
2.1.	IFSertãoPE e Base Legal.....	10
2.2.	Campus e Base Legal	10
2.3.	Características Socioeconômicas e Culturais da Região	10
2.4.	Breve Histórico da Instituição e do Campus.....	12
3.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	13
4.	ORGANIZAÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICA.....	15
4.1.	Justificativa de Oferta do Curso.....	15
4.2.	Objetivos	17
4.2.1.	Objetivo geral	17
4.2.2.	Objetivos específicos.....	17
4.3.	Perfil Profissional do Egresso	18
4.4.	Estrutura e Organização Curricular	20
4.5.	Alinhamento das Propostas Institucionais do Curso à BNCC.....	31
4.6.	Matriz Curricular.....	33
4.6.1.	Organização por períodos letivos e pré-requisitos.....	35
4.7.	Atividades Curriculares de Extensão	37
4.8.	Estudos Interculturais Complementares.....	40
4.9.	Estágio Curricular Supervisionado.....	41
4.10.	Trabalho de Conclusão de Curso	43
4.11.	Metodologia	45
4.12.	Avaliação da Aprendizagem	47
4.13.	CrITÉrios de Aproveitamento do Conhecimento e Experiências Anteriores	50
4.14.	Ementário dos Componentes Curriculares	52
4.14.1.	Componentes curriculares obrigatórios por semestre.....	54
4.15.	Diplomas e serem emitidos.....	102



4.16.	Ações Decorrentes do Processo de Avaliação Do Curso	103
4.17.	Apoio ao/a Discente	104
4.18.	Políticas de Educação Ambiental	107
4.19.	Política e Combate à Evasão	109
5.	PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO	111
5.1.	Corpo Docente.....	111
5.2.	Atuação do Núcleo Docente Estruturante	112
5.3.	Atuação da Coordenação do Curso	112
5.4.	Funcionamento do Colegiado do Curso	115
5.5.	Corpo Técnico de Apoio ao Ensino	117
6.	INFRAESTRUTURA.....	118
6.1.	Biblioteca.....	119
6.2.	Instalações e Equipamentos Específicos	119
6.2.1.	Sala de Coordenação de Curso.....	120
6.2.2.	Auditório.....	120
6.2.3.	Laboratório de Informática	120
6.2.4.	Laboratórios Didáticos.....	120
	REFERÊNCIAS.....	121



1. APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC) propõe-se a contextualizar e definir as diretrizes necessárias à implantação do Curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Floresta (IFSertãoPE/FLO). Trata-se de uma iniciativa que nasce do compromisso ético, político e pedagógico com a formação de professores e professoras indígenas voltados ao exercício da docência em Matemática, especialmente no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, com ênfase na atuação em escolas indígenas da rede básica de ensino do Estado de Pernambuco e de estados vizinhos. O curso responde a uma demanda concreta por uma formação que respeite as especificidades culturais, linguísticas e territoriais dos povos originários.

A proposta formativa que sustenta este PPC está ancorada nos princípios da educação escolar indígena — específica, diferenciada, intercultural e bilíngue — e busca promover um diálogo contínuo e respeitoso entre saberes indígenas e não indígenas. Nesse sentido, valoriza-se a inserção dos conhecimentos tradicionais, das práticas sociais, das linguagens e das cosmologias dos povos indígenas como parte integrante da construção do conhecimento matemático e da prática pedagógica. Ao articular os conteúdos da Matemática com os saberes oriundos das experiências cotidianas nas comunidades — como os modos de organização social, as práticas de cura, a construção de artefatos, as relações com os ciclos da natureza, a agricultura, a territorialidade e a espiritualidade — o curso promove a afirmação das múltiplas expressões da Matemática existentes nos contextos indígenas, reafirmando sua potência epistemológica.

O curso parte do entendimento de que a educação indígena deve estar ancorada nos modos próprios de aprender, ensinar e se relacionar com o mundo. Por isso, assume um currículo flexível, situado e sensível às realidades locais, que articula teoria e prática, pesquisa e extensão, como elementos indissociáveis da formação docente. A Alternância Pedagógica, vivenciada nos territórios indígenas e nas escolas onde os licenciandos e licenciandas atuam, constitui-se como eixo estruturante do processo formativo, garantindo que a formação ocorra de forma crítica e transformadora, respeitando os calendários socioculturais, as atividades produtivas, os tempos próprios e os modos de vida das comunidades. Nesse movimento, a Alternância se afirma como estratégia de resistência, de fortalecimento da autonomia e de reexistência frente às políticas educacionais que historicamente invisibilizaram ou desconsideraram as epistemologias dos povos originários.



A criação deste curso também está alinhada ao que preconizam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e estabelece como uma de suas finalidades a oferta de cursos de formação de professores para a Educação Básica. Esses marcos legais reconhecem a necessidade de uma formação docente adequada às realidades sociais e culturais da população brasileira, especialmente no que se refere à diversidade étnico-racial, com vistas à superação de desigualdades históricas e à promoção de uma educação de qualidade socialmente referenciada. Soma-se a isso a Resolução CNE/CP nº 04, de 29 de maio de 2024, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial docente, destacando a centralidade da pluralidade sociocultural brasileira e dos saberes dos territórios como fundamentos da prática pedagógica. Complementarmente, a Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas, orienta a estruturação de cursos que respeitem os direitos dos povos indígenas à sua própria forma de organização do conhecimento, em articulação com os sistemas de ensino.

No âmbito institucional, a proposta está em consonância com os documentos orientadores do IF Sertão PE, especialmente com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no qual se destaca o compromisso com a inclusão, a equidade e o fortalecimento das políticas educacionais voltadas aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. A oferta deste curso também se insere na Organização Acadêmica do Instituto, que prevê a criação de cursos de graduação que dialoguem com as demandas regionais e contribuam para o desenvolvimento social, científico e cultural do Sertão pernambucano.

A formação proposta visa desenvolver competências que ultrapassam o domínio dos conteúdos matemáticos, estimulando a atuação crítica, reflexiva e comprometida com a transformação social e com o fortalecimento das identidades indígenas. A ética, nesse processo, é compreendida como atitude diante do mundo, orientada por valores como respeito, justiça, equidade e solidariedade. Para isso, o curso adota políticas pedagógicas que promovem o acompanhamento individualizado, ações de tutoria, atividades integradoras, espaços de escuta e acolhimento às demandas dos estudantes, além do incentivo à produção de materiais didáticos contextualizados. A atuação da equipe docente e o compromisso institucional com a permanência e o êxito garantem uma formação sólida, humanizada e em constante diálogo com os sujeitos em formação.

O Curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena constitui, assim, uma ação afirmativa e emancipadora, construída coletivamente e sustentada na luta histórica dos povos originários por uma educação que respeite seus modos próprios de viver, conhecer e ensinar. Ao



mesmo tempo em que assegura uma formação docente qualificada, o curso contribui para o fortalecimento dos territórios, das ciências indígenas, das práticas de cuidado, das formas de organização comunitária e das temporalidades ancestrais. Ao reconhecer e valorizar essas dimensões, o IFSertãoPE reafirma seu papel como espaço de resistência às lógicas coloniais e de apagamento cultural, assumindo o compromisso com uma formação que une excelência acadêmica, justiça social e respeito à diversidade.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O IFSertãoPE é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades de ensino, baseando-se na conjugação dos conhecimentos técnicos e tecnológicos com as práticas pedagógicas, com o objetivo de aprimorar a ação sistemática da educação, através da interiorização e socialização do conhecimento, popularização da ciência e da tecnologia, desenvolvendo arranjos produtivos sociais e culturais regionais, focando na redução das desigualdades sociais.

A constituição dos diversos *campi* do IFSertãoPE foi realizada a partir da base territorial de atuação e caracterização das regiões de desenvolvimento, onde estão situados. Os cursos do IFSertãoPE são destinados a um público alvo existente tanto na região do Sertão Pernambucano como em diversas cidades dos Estados do Piauí e da Bahia, abrangendo aproximadamente 20 municípios.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) foi criado a partir da transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina – CEFET Petrolina, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O CEFET Petrolina originou-se da Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela - EAFDABV, por meio do Decreto Presidencial Nº 96.568, de 25 de agosto de 1998, que foi transformada em Autarquia Federal através da Lei Nº 8.731, de 11 de novembro de 1993.

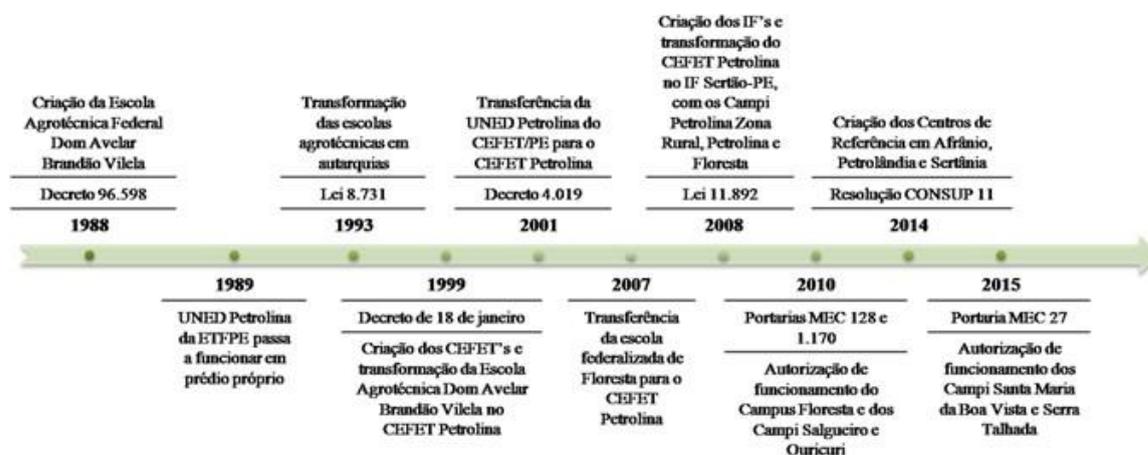
Em conformidade com as demais escolas da Rede Federal de Educação Tecnológica, a EAFDABV adotou o Sistema Escola-Fazenda, cujo lema “Aprender a Fazer e Fazer para Aprender” ensejava possibilitar ao aluno a associação da teoria à prática nas Unidades de Ensino e Produção (UEPs), as quais se relacionavam com diversas atividades agrícolas determinadas pelo currículo de formato nacional único. Com isso, a escola Agrotécnica passou a oferecer novos cursos técnicos, com estrutura curricular mais flexível e de características mais coerentes com o contexto social, econômico e ambiental da região, antecipando-se dessa forma às transformações pelas quais passaria o ensino técnico brasileiro com a



publicação da Lei nº 9.394/96 e do Decreto 2.208/97. Em consequência da aprovação de projeto pelo Programa de Reforma e Expansão da Educação Profissional (PROEP), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a EAFDABV iniciou, no ano de 1998, a execução de convênio, através do qual recebeu recursos para investimento em infraestrutura física, equipamentos e capacitação de agentes colaboradores, ressaltando-se que foi a primeira escola da rede a ser contemplada com este tipo de programa.

No dia 26 de novembro de 1999, de acordo com Decreto Presidencial (DOU Nº 227-A, de 26 de novembro de 1999) a EAFDABV passou a Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina. Com a publicação do Decreto Nº 4.019, de 19 de novembro 2001, foi transferida a Unidade de Ensino Descentralizada de Petrolina, do Centro Federal de Educação Tecnológica do Sertão Pernambucano, para o Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina, o qual passaria a abranger dois campi distintos: Unidade Agrícola (atual, Campus Petrolina Zona Rural) e Unidade Industrial (atual, Campus Petrolina). Com a transferência de EAFDABV para Cefet, a instituição expandiu o seu quadro de pessoal, ampliou seu inventário de bens móveis e imóveis, assumiu novos cursos e aumentou o número de alunos matriculados.

Figura 1: Cronologia da instituição



Fonte: IFSertãoPE, 2017.

Em 2007, a SETEC/MEC transferiu para o Cefet Petrolina a escola federalizada da cidade de Floresta, hoje intitulado de Campus Floresta do IFSertãoPE. Após a segunda fase do programa de expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, o governo federal adotou o conceito de cidade-polo, de forma a alcançar o maior número de regiões. Nesta fase, o então CEFET Petrolina foi contemplado com mais duas unidades de ensino descentralizadas, uma em Salgueiro e outra em Ouricuri, em função de suas localizações geográficas privilegiadas e importância econômica (PDI 2009-2013, 2009). Atualmente, o IFSertãoPE, com sede (Reitoria) em Petrolina, conta com sete campi:



Petrolina, Petrolina Zona Rural, Floresta, Ouricuri, Salgueiro, Santa Maria da Boa Vista e Serra Talhada. As áreas regionais de abrangência institucional estão contempladas na Mesorregião Sertão Pernambucano e Mesorregião São Francisco Pernambucano, no semiárido, submédio São Francisco.

2.1. IFSertãoPE e Base Legal

Quadro 1: Identificação do IFSertãoPE

Razão Social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)	
CNPJ: 10.830.301/0001-04	Contato: (87) 2101-2350
Endereço: Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, CEP: 56302-100, Petrolina/PE - Brasil	
Site institucional: https://ifsertaope.edu.br/	
Base Legal: Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.	

2.2. Campus e Base Legal

Quadro 2: Identificação do IFSertãoPE FLO

Unidade de ensino: Campus Floresta (IFSertãoPE FLO)	
CNPJ: 10.830.301/0004-49	Contato: (87) 3877-1104
Endereço: Rua Projetada, s/n, Caetano II, Floresta/PE – Brasil	
Site institucional: https://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/campus/floresta	
Base Legal: Portaria no 1.074, de 30 de dezembro de 2014 do MEC.	

2.3. Características Socioeconômicas e Culturais da Região

A região atual que compõem o município de Floresta (PE) desde o período colonial faz parte do denominado Sertão de Rodelas, Sertão de Cabrobó, Sertão do São Francisco ou Sertão de Itaparica. Área antiga de habitação de povos indígenas e região de interesse de não indígenas que fizeram parte do processo colonizador na região, como os religiosos e os colonos. Os missionários objetivaram a conversão religiosa dos indígenas através da criação de aldeamentos para o “amansamento” dos “selvagens”, reunindo diversos povos indígenas em uma área específica – aldeamento, com o propósito da catequese e liberação das terras indígenas, para usufruto pelos colonos para a instalação de fazendas de gado pelos colonos. As áreas de serras foram os locais escolhidos por indígenas para fugir do processo colonial, como foi o caso da Serra do Arapuá, área de brejo de altitude, desde o século XVIII foi descrito como lugar de difícil acesso e esconderijo de indígenas “selvagens”, por representantes da Província de Pernambuco (Oliveira, 2022).

Especificamente o atual município de Floresta área de aldeamentos indígenas desde o início da



colonização do Sertão e perdurou até meados do século XIX, conforme estudo realizado por Carlos Fernandes, evidenciou a atuação do Frei Vital na fundação de uma Aldeia na Serra Negra, o aldeamento denominado Jacaré para reunião dos indígenas Pipipã, em 1802. E em 1804, o Frei fundou a Missão do Olho d'Água da Gameleira com o objetivo de reunir os indígenas Umã e os Chocó, atual Aldeia pertencente ao Território Indígena Atikum, no Município de Carnaubeira da Penha, Distrito de Floresta até o ano de 1991 (Santos Júnior, 2015).

Portanto, a região da atual cidade de Floresta, área de antiga habitação dos indígenas e atualmente predomina um considerável quantitativo de povos indígenas. Quando estimulado a ocupação dos sertões, a área atual fisiográfica do Submédio do Rio São Francisco foi intenso o processo colonizador para o estabelecimento de fazendas de gado, resultando num intenso processo de violências e de esbulhos de terras de diversos povos indígenas. A origem de Floresta foi a partir do domínio da sesmaria pertencente à família D'Ávila. Terras doadas pela Coroa portuguesa para a família D'Ávila abrangendo áreas do litoral baiano, às margens e terras na região do Submédio e em outras regiões. Parentes dessa família adquiriram terras e criaram a Fazenda Grande, na primeira metade do século XIX (1846) foi transformada em Vila de Floresta (Santos Júnior, 2015). Os atuais povos indígenas habitam a Microrregião de Itaparica: Atikum, Pipipa, Kambiwá, Pankawiká, Kapinawá, Tuxá, Pankararu, Entre Serras Pankararu, Pankará e Pankará Serrote dos Campos.

Em 1907 a vila de Floresta foi elevada à categoria de cidade e sede do município pela Lei estadual n.º 867, 20/06/1907, com área atual de 3.674,0 km², pertencente a Mesorregião de Itaparica e do São Francisco, no Sertão de Pernambuco. A região Norte de Floresta faz divisa com os municípios: Serra Talhada, Betânia e Custódia. No Sul milita-se com Inajá, Tacaratu, Petrolândia e o Estado da Bahia. Faz divisa com Ibimirim na região Leste e na região Oeste faz divisa com Carnaubeira da penha e Itacuruba. A área urbana localiza-se a 316 metros em relação ao nível do mar e geograficamente posiciona pelo paralelo de 08º 36' 02' E e 38º 34' 05' S. Possui temperatura média anual de 26, 1º C e a vegetação predominante é de Caatinga Hiperxerófila.

A economia do município de Floresta é baseada na agricultura irrigada e na pecuária. Segundo o IBGE (2022), conta com uma população total de 30.137 pessoas, densidade demográfica de 8,36 por quilômetro quadrado. Encontra-se na posição 54º no Estado de Pernambuco em relação ao PIB per capita, a preços correntes equivalente a 410.238,58.

A taxa de analfabetismo em Floresta é a menor na microrregião de Itaparica (16,3% e 19%, respectivamente), é igual em relação a mesorregião do São Francisco Pernambucano (15,2%), do estado de Pernambuco (16,2%) e da região Nordeste (17,1%). Elevada em comparação ao Brasil com taxa de analfabetismo de 8,8% da população com 10 anos ou mais de idade (IBGE, 2018).

Assemelhando-se ao estado de Pernambuco, região Nordeste e Brasil quanto à baixa



participação da agropecuária no PIB, Floresta (5,4%) difere dos mesmos por também ter uma baixa participação do setor industrial (11,9%), caracterizando-se, então, pela predominância do setor de serviços, que representa 43% do PIB local. Quanto à arrecadação de impostos, Floresta se assemelha ao estado de Pernambuco, região Nordeste e Brasil, representando 14,2% do PIB.

Considerando a depreciação da moeda, causada pela inflação, o PIB de Floresta apresenta crescimento anual médio de 8,5%, sendo que o maior salto se deu no período de 2009 a 2010, quase alcançando os 30%. Durante todo o período analisado (1999-2011), que engloba doze anos, a economia florestana cresceu 160%.

2.4. Breve Histórico do Campus

Com a promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, incluindo o IFSertãoPE, que, inicialmente, contou com os *campi* Petrolina, Petrolina Zona Rural e Floresta.

O Campus Floresta do IFSertãoPE teve sua origem como Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), quando a instituição ainda era o Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina (CEFET). Em 2007, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) transferiu para o CEFET Petrolina a escola federalizada de Floresta, localizada na Rua Projetada, s/n, bairro Caetano II. A construção dessa unidade foi iniciada em 2001 pelo Instituto do Desenvolvimento Social e do Trabalho do Sertão Pernambucano (IDSTP), no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

Ainda no contexto da primeira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a implantação da UNED Floresta possibilitou o acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pública e de qualidade na região do Sertão de Itaparica, abrangendo os municípios de Floresta, Carnaubeira da Penha, Itacuruba, Belém de São Francisco, Petrolândia, Jatobá e Tacaratu. Em consonância com os objetivos da Rede, a UNED Floresta reconhecia a educação profissional e tecnológica como um bem público e um fator essencial para o desenvolvimento humano, econômico e social.

Com a transformação da instituição em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a unidade passou a se chamar Campus Floresta, incorporando os princípios e atribuições dessa nova configuração. A educação profissional, em seus diversos níveis e modalidades, a difusão do conhecimento científico e tecnológico, e o suporte aos arranjos produtivos locais continuam a nortear as ações do campus, sempre com o propósito de promover o desenvolvimento integral dos cidadãos.

Gradativamente, a infraestrutura do Campus Floresta tem sido aprimorada, fortalecida pela atuação de núcleos e grupos de pesquisa. Atualmente, a unidade oferece cursos técnicos de nível médio



integrado em Agropecuária e Informática, o curso técnico subsequente em Agropecuária e o curso técnico de nível médio integrado na modalidade PROEJA em Administração. No ensino superior, são ofertados o curso de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação e a Licenciatura em Química, cujas escolhas foram inicialmente respaldadas por audiência pública e, mais recentemente, orientadas por normativas institucionais.

Além desses, o campus também oferta cursos de pós-graduação lato sensu, incluindo a Especialização em Interculturalidade e Decolonialidade na Educação Escolar Indígena e Quilombola e a Especialização em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática. Adicionalmente, por meio de editais específicos, são disponibilizados cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), ampliando as oportunidades educacionais para a comunidade.

3. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Quadro 3: Identificação do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IF Sertão PE/ FLO

Denominação do curso	Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena
Modalidade de oferta	Presencial
Tipo do curso	Graduação (Licenciatura)
Endereço do Campus	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – Campus Floresta. Rua Projetada, S/N – Caetano II, Floresta - PE, CEP: 56400-000
Número de vagas	35 vagas
Turnos de funcionamento	Manhã, Tarde e Noite
C/h total do curso (horas)	3270 horas
C/h Estágio Supervisionado	420 horas
C/h dos Estudos Interculturais Complementares	200 horas
Duração do curso	4 (quatro) anos
Tempo mínimo para integralização	8 (oito) semestres letivos
Tempo máximo para integralização	12 (doze) semestres letivos
Composição do Núcleo Docente Estruturante - NDE	A definir

<p>Requisitos e Formas de Acesso</p>	<p>O Curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena é destinado, prioritariamente, a estudantes indígenas de Pernambuco, com reserva de até 20% das vagas (equivalente a sete vagas) para indígenas de outros estados pertencentes às regiões do Submédio e Baixo São Francisco.</p> <p>Para efetivar a inscrição, cada candidato/a deve obrigatoriamente comprovar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Documentação de identificação: cópia do RG, CPF e uma foto 3x4; 2. Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) emitido pela FUNAI ou Declaração assinada pelo/a Cacique e por duas lideranças, atestando o pertencimento ao povo indígena declarado; 3. Comprovante de conclusão do Ensino Médio ou equivalente; 4. Declaração emitida pela Coordenação Geral da Educação Escolar Indígena do seu povo, caso possua experiência na educação escolar indígena; 5. Certificados de cursos de formação na área da educação, matemática ou áreas afins; 6. Memorial descritivo relatando sua trajetória de vida, relacionando-a com suas experiências escolares, profissionais, sua participação no movimento indígena e suas relações interculturais. <p>Para conduzir o processo seletivo dos(as) candidatos(as), será formada uma comissão composta por representantes do IFSertãoPE – Campus Floresta e da Comissão de Professores e Professoras Indígenas de Pernambuco (COPIPE). Essa comissão será responsável pela elaboração do Edital de Seleção, no qual serão estabelecidos os prazos, as regras, os modelos de documentos e os critérios de avaliação dos aspectos mencionados neste documento.</p> <p>Além do processo seletivo principal, caso haja vagas ociosas após sua realização, indígenas já portadores(as) de diploma poderão participar de um novo processo seletivo, atendendo às mesmas exigências descritas acima e em conformidade com a legislação vigente.</p>
<p>Periodicidade de oferta</p>	<p>Anual</p>
<p>Ato de criação do curso</p>	<p>Resolução nº XX/20XX do CONSUP IFSertãoPE (Aguardando aprovação)</p>



4. ORGANIZAÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICA

4.1. Justificativa de Oferta do Curso

A criação do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena no IFSertãoPE – Campus Floresta é um passo significativo e necessário para a promoção de uma educação comprometida com a diversidade cultural e com a valorização dos saberes indígenas. Essa proposta nasce do reconhecimento da urgência em garantir aos povos indígenas do Sertão de Pernambuco o direito à formação superior específica, diferenciada e de qualidade, em áreas estratégicas para a construção de políticas educativas autônomas, contextualizadas e emancipadoras. A escolha pela área da Matemática está diretamente relacionada à carência de professores(as) indígenas com formação superior na área, e à necessidade de que esse ensino dialogue com os contextos culturais, epistemológicos e linguísticos dos povos indígenas, rompendo com abordagens colonizadoras e promovendo uma prática educativa intercultural, crítica e transformadora.

O Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), enquanto instituição pública federal de ensino, pesquisa, extensão e inovação, tem como missão promover o desenvolvimento regional com justiça social, especialmente para as populações do Sertão de Pernambuco. Atuando de forma comprometida com a superação das desigualdades socioeconômicas históricas que marcam essa região, o Instituto tem investido na criação de políticas afirmativas voltadas às populações indígenas e quilombolas.

Nesse contexto, e em resposta às demandas apresentadas pela Comissão de Professores(as) Indígenas de Pernambuco (COPIPE), o IFSertãoPE firmou uma importante parceria para a implementação inicial de dois cursos de graduação voltados aos povos indígenas: a Licenciatura em Pedagogia Intercultural e a Licenciatura Intercultural, sendo esta última contemplada na proposta ora apresentada com a criação do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena. A iniciativa está integrada ao Plano de Trabalho PROLIND – TED n.º 13728, obedecendo às normativas institucionais do IFSertãoPE e em plena consonância com os princípios defendidos pela COPIPE.

Desde 2010, o IFSertãoPE tem desenvolvido ações educacionais voltadas para as populações indígenas e quilombolas do Sertão pernambucano, fortalecendo políticas públicas afirmativas. Entre essas ações, destaca-se a criação do curso de Especialização em Interculturalidade e Decolonialidade na Educação Escolar Indígena e Quilombola. As duas primeiras turmas, ofertadas presencialmente no Campus Floresta, diplomaram mais de 90 educadores(as) indígenas e quilombolas, com baixo índice de



evasão. A terceira turma, iniciada em 2022, funciona de forma híbrida e multicampi – nos Campi Salgueiro, Petrolina e Floresta – com um total de 60 vagas.

O Instituto também é parceiro do Ministério da Educação (MEC) na realização do Programa Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE), atualmente em sua quarta edição. Este programa oferece formação continuada e apoio à produção de materiais didáticos específicos, com e para os povos Pankararu, Entre Serras Pankararu, Pankará, Atikum, Truká e outros, inclusive atendendo 13 povos indígenas das regiões Norte e Oeste da Bahia, em parceria com o Núcleo Opará da UNEB/Paulo Afonso. Em 2023, mais de 450 professores(as) indígenas foram beneficiados com as formações.

Essas ações refletem o compromisso institucional do IFSertãoPE com os povos indígenas e com a educação intercultural. A instituição mantém diálogo constante com a COPIPE e atende atualmente estudantes indígenas em diferentes modalidades, cursos e *campi*.

Pernambuco é o estado nordestino com maior população indígena, totalizando mais de 106 mil pessoas (IBGE, 2022). Os povos Fulni-ô e Xukuru habitam o Agreste, enquanto a maioria dos demais povos – Kapinawá, Kambiwá, Pipipã, Pankararu, Entre Serras Pankararu, Pankará, Pankawiká, Tuxá, Atikum e Truká – vivem no Sertão, onde se concentra também o maior número de escolas indígenas e a maior demanda por formação docente.

A educação escolar indígena no Brasil tem respaldo em diversos instrumentos legais, sendo os principais a Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Constituição reconhece os direitos dos povos indígenas às suas línguas, culturas, crenças e organizações próprias, garantindo uma educação bilíngue, intercultural, específica e diferenciada. A Convenção 169 reforça o direito dos povos indígenas à consulta livre, prévia e informada sobre políticas que lhes afetem diretamente, além de assegurar meios para que criem e gerenciem suas próprias instituições educativas.

As legislações infraconstitucionais, como o Decreto n.º 26/1991, a LDB (Lei n.º 9.394/96), o Plano Nacional de Educação (Lei n.º 13.005/2014) e a Resolução CNE/CP n.º 1/2015, que institui as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores Indígenas, consolidam os marcos normativos da educação escolar indígena.

Em Pernambuco, importantes avanços foram conquistados pelos movimentos indígenas, como a estadualização das escolas indígenas a partir dos anos 2000, resultado de mobilizações intensas iniciadas na década de 1990. As comunidades indígenas seguem organizadas e ativas na defesa de uma educação que valorize suas línguas, memórias, espiritualidades, formas de organização social e saberes tradicionais.

Nesse processo de fortalecimento da educação escolar indígena, tem sido fundamental o papel dos/as professores/as indígenas, que atuam não apenas como educadores/as, mas também como

guardiões das culturas de seus povos. Por isso, a formação docente tem sido uma das principais pautas do movimento indígena em Pernambuco. Estima-se que, em 2024, mais de dois mil professores/as indígenas atuarão nas escolas indígenas do estado, sendo a maioria concentrada no Sertão, onde a carência de formação em nível superior ainda é uma realidade.

A COPIPE, em articulação com instituições públicas, tem liderado a reivindicação por cursos de licenciatura específicos para os povos indígenas. Após parcerias com a UFPE, que em 2021 institucionalizou o curso de Licenciatura Intercultural no Campus Agreste (Caruaru), a COPIPE propôs a criação de cursos de licenciatura também no Sertão, região marcada pela distância geográfica e dificuldades de deslocamento. A proposta foi acolhida pelo IFSertãoPE, que assume o compromisso de ofertar formações interculturais a partir do Campus Floresta, com o apoio técnico e financeiro do MEC, por meio do PROLIND.

O curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena é, portanto, uma resposta concreta às demandas históricas dos povos indígenas por educação de qualidade, aliada à valorização de seus modos de vida e conhecimentos. Trata-se de uma formação que contribuirá diretamente para o fortalecimento da educação escolar indígena, promovendo a autonomia dos povos na gestão de suas escolas e currículos, e reafirmando o papel do IFSertãoPE como parceiro dos povos indígenas na construção de uma sociedade mais justa, plural e intercultural.

4.2. Objetivos

4.2.1. Objetivo Geral

O Curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IFSertãoPE Campus Floresta tem como objetivo geral formar professores(as) indígenas licenciados em Matemática Intercultural para a Educação Básica visando atender às demandas dos povos indígenas de Pernambuco e indígenas habitantes nas áreas de outros estados das regiões do Submédio e Baixo São Francisco, assim como escolas não indígenas.

4.2.2. Objetivos Específicos

Pontuam-se, como objetivos específicos:

-  Contribuir para o fortalecimento dos projetos sociais, políticos e educacionais dos povos indígenas do Brasil, especificamente os indígenas habitantes em Pernambuco e em outros estados das regiões do Submédio e Baixo São Francisco;
-  Promover o diálogo entre as sociedades indígenas e não indígenas, como também entre os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos indígenas;

- Estimular a realização de pesquisas, extensão e inovação, nos Territórios Indígenas (T.I.) privilegiando as escolas indígenas com foco no cotidiano, nas práticas sociais, na história, nos conhecimentos e nas linguagens dos povos indígenas;
- Valorizar os conhecimentos indígenas, com enfoque nas especificidades dos povos indígenas atendidos pelo curso, bem como de outras comunidades indígenas;
- Desenvolver e utilizar metodologias de ensino adequadas aos contextos socioculturais indígenas de modo a subsidiar a prática docente dos futuros professores e professoras;
- Favorecer a ampliação da compreensão crítica sobre a realidade cultural, social, política e educacional, com enfoque em diferentes contextos (local, regional, nacional, internacional), buscando garantir a intervenção dos licenciandos/as egressos/as na realidade indígena;
- Fortalecer os processos interativos entre as escolas e as comunidades indígenas com a academia e a sociedade em geral, propiciando a construção de projetos sociais e o desenvolvimento de ações integradas aos calendários socioculturais das comunidades nas quais as escolas estão inseridas;
- Garantir a utilização da Alternância Pedagógica e a Integração dos conhecimentos indígenas como ferramentas metodológicas para a formação dos professores e professoras, visando atender às especificidades dos povos indígenas que incluem suas atividades produtivas, seus saberes e valores socioculturais;
- Afirmar a responsabilidade da gestão para garantir o acompanhamento de docentes presencialmente as atividades de professores(as) nas escolas indígenas durante o período de formação na vivência da Alternância Pedagógica;
- Contribuir com o processo de construção de um sistema de ensino para as escolas indígenas de Pernambuco e estados circunvizinhos, por meio da elaboração de propostas curriculares, de materiais didáticos e de realização de projetos de intervenção social e pedagógicos, dentre outros instrumentos formativos;
- Assegurar a reflexão e a discussão sobre os diferentes sistemas e meios de avaliação, temas transversais, formação de professores/as com foco na área da Matemática Intercultural, privilegiando a etnomatemática, favorecendo a formação qualificada de indígenas licenciados, capazes também de atuar em gestão escolar e em práticas educativas não escolares.

4.3. Perfil Profissional do Egresso

O curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena, em consonância com a Resolução



CNE/CP n.º 4/2024, os Referenciais para Formação de Professores(as) Indígenas (MEC/2002) e as diretrizes da CONAE 2016, alinha-se às expectativas dos povos indígenas. Essas legislações e orientações visam atender às perspectivas e anseios das comunidades indígenas em relação à educação escolar, promovendo o diálogo entre as diferentes culturas.

O/a professor/a licenciado/a egresso/a do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena estará habilitado/a para atuar na Educação Básica das escolas indígenas e não indígenas, capaz de contemplar as diferentes dimensões da vida de suas comunidades, favorecendo a construção de conhecimentos pedagógicos e da área da Matemática, fomentando as realizações de pesquisas com o intuito de fortalecer as práticas pedagógicas para o fortalecimento e disseminação das histórias e culturas dos povos, com foco na área de conhecimentos matemáticos, além de possibilitar a atuação dos licenciados na gestão escolar e em práticas educativas não escolares.

Para tanto, o perfil do/a egresso/a considera conhecimentos multidisciplinares e vivências das disciplinas, dos exercícios projetivos, dos estudos de caso, dos estágios, das atividades de pesquisa e extensão, entre outros. O/A profissional formado/a deve ser capaz de pesquisar, planejar, coordenar, controlar e avaliar as funções inerentes à sua área de atuação profissional:

- considerando uma formação intensiva e contínua dos professores indígenas que assegurem a melhoria do aprendizado dos estudantes. Isso não significa apenas a continuidade da escolarização, mas, o desafio da construção de uma escola que garanta os processos próprios de aprendizagem, a qualidade do ensino e as especificidades de cada povo e comunidade;
- possibilitando a construção de uma gestão escolar que reconheça os etnoconhecimentos, as dinâmicas culturais de cada comunidade, bem como, estratégias pedagógicas, específicas e diferenciadas;
- a partir do domínio de procedimentos técnicos específicos na área de gerenciamento de projetos e de recursos, setores considerados estratégicos para a autonomia e autodeterminação dos povos indígenas;
- possibilitando vivências de ensino, pesquisa e extensão nos mais diversos campos da Matemática;
- capaz de valorizar, fortalecer e se adequar às características específicas de cada comunidade, contrapondo, assim, aos projetos educacionais homogeneizantes e integradores que historicamente buscaram suplantar a diversidade etnolinguística e cultural e contribuíram para o enfraquecimento das populações indígenas.

4.4. Estrutura e Organização Curricular



O currículo do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena está em consonância com a Resolução CNE/CP n.º 04 de 29 de maio de 2024 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura) e a Resolução n.º 01 de 07 de janeiro de 2015 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio (Brasil, 2015), propiciando conteúdos didáticos numa interface entre conhecimentos matemáticos e conhecimentos indígenas favorecendo a interculturalidade aliada as teorias e práticas da educação matemática considerando a etnomatemática, resultando no exercício da docência integrada às práticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Os componentes curriculares interculturais indígenas, matemáticos e pedagógicos abrangem saberes de natureza científica, social, política e cultural específicos a cada área, além de conhecimentos pedagógicos indispensáveis para a formação acadêmica e profissional dos docentes indígenas. A prática da interdisciplinaridade e da etnomatemática estará presente em todos os componentes curriculares, em conjunto com os conhecimentos indígenas. Esses componentes, fundamentais para a Matemática, a área pedagógica e os conhecimentos indígenas, serão oferecidos ao longo de todo o curso, com uma carga horária total de 3.470 (três mil, quatrocentos e setenta) horas.

As aulas presenciais acontecerão no Campus Floresta do IF Sertão PE denominado como Tempo IF. Esta etapa tem como objetivo a discussão teórica dos diferentes conceitos e áreas de saber, promovendo a reflexão acerca dos processos pedagógicos que compõem a *práxis* escolar e os conteúdos que integram o currículo do curso. O regime de alternância será implementado do seguinte modo: Por semestre serão realizados trinta e seis encontros presenciais de oito horas cada, totalizando 288 horas presenciais semestrais, que configurarão o Tempo IF, no qual os alunos desenvolverão aulas teóricas, participarão das atividades acadêmicas do campus, terão momentos de sociabilização, receberão orientações sobre quais atividades a serem desenvolvidas no Tempo Aldeia.

As práticas curriculares serão desenvolvidas nas comunidades indígenas que corresponde ao que denominamos como Tempo Aldeia. Desse modo, a *práxis* docente e o processo de formação ocorrem simultaneamente, num contínuo exercício de comunicação dialógica. É nesta Etapa que a comunidade deverá ter forma de participação mais ativa na condução dos trabalhos escolares com vistas a valorização da Língua, Cultura e Território, etc. Essas atividades de estudo na aldeia deverão possibilitar a vivência de práticas diversas (reuniões, organizações de eventos culturais) e aprofundamento na prática escolar, de modo a estabelecer intercâmbio e relações com a comunidade em que atua.

**Quadro 4:** Divisão do Tempo IF e Tempo Aldeia por semestre

Semestre	Carga Horária Tempo IF	Carga Horária Tempo Aldeia	Total da Carga Horária Semestral
1º Semestre	285 horas	150 horas	435 horas
2º Semestre	285 horas	165 horas	450 horas
3º Semestre	285 horas	165 horas	450 horas
4º Semestre	285 horas	150 horas	435 horas
5º Semestre	255 horas	150 horas	405 horas
6º Semestre	255 horas	150 horas	405 horas
7º Semestre	225 horas	120 horas	345 horas
8º Semestre	225 horas	120 horas	345 horas
Total de Carga Horária	2100 horas	1170 horas	3270 horas

Ressalta-se que os recursos da Educação a Distância (EaD) poderão compor em até 30% a carga horária de cada componente curricular nas atividades relativas ao Tempo IF, sempre resguardando o suporte tecnológicos e meios necessários para sua plena realização, sendo também necessário que estejam previstos no Plano de Curso do componente curricular e que seja previamente aprovado pelo colegiado do Curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena.

Quadro 5: Resumo de Identificação do Curso

Número de vagas anuais	35 vagas
Turno de Funcionamento	Manhã, Tarde e Noite
Regime de Matrícula	Semestral
Tempo Mínimo de Integralização do Curso	08 semestres
Tempo Máximo de Integralização do Curso	12 semestres
Carga Horária total	3270 horas
Estudos Interculturais Complementares	200 horas
Regime Acadêmico	Por componente curricular (disciplina)

O curso tem como princípio norteador a interculturalidade com base nos Eixos Temáticos dos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas Indígenas de Pernambuco, no intuito de potencializar a formação de docentes indígenas para sistematização dos conhecimentos produzidos pela sociedade não indígenas com os conhecimentos indígenas, para a qualificação dos Licenciados/as em Matemática Intercultural realizar a sistematização de conhecimentos didáticos e específicos, numa relação dialógica da efetivação da interculturalidade e da educação escolar específica e diferenciada dos povos indígenas em Pernambuco, com os seguintes eixos norteadores, Terra, Identidade, História, Organização e Sociabilidade, Interculturalidade e Dialogicidade, Língua e Linguagens, Escola Indígena e Docência.

 **Terra**

A percepção dos povos indígenas é a terra como a grande casa, espaço coletivo habitado por todo o povo indígena, lugar sagrado e de resistência. Local de produção e manutenção das tradições, das memórias ancestrais e dos conhecimentos tradicionais. É a “Mãe Natureza”. O espaço é o lócus do projeto de vida de todo o povo indígena, os seres humanos e não humanos compõem o Ambiente Sagrado e Natural, sacralizando e valorizando todas as formas de expressões e sentidos cosmológicos, fundamental para os componentes curriculares e indígenas.

 **Identidade**

As histórias e as memórias ancestrais, a defesa do “Mãe Natureza”, as práticas socioprodutivas e religiosas, compósitas da identidade de cada povo indígena, privilegiando as vivências e organização familiar e religiosas coletivamente, numa (re)construção cotidiana de sentidos e manutenção da “tradição” da comunidade, afirmando as identidades indígenas.

 **História**

O privilégio de conhecimentos históricos é fundamental para a (re)construção das identidades de cada povo indígena. É necessário o entrelaçamento das histórias dos antepassados de forma contínua com crianças, jovens, adultos e anciões, garantindo as memórias indígenas transformadas em histórias, evidenciando os processos de resistências, os movimentos indígenas pela garantia de direitos territoriais e garantias constitucionais dos povos indígenas do Brasil e de cada povo indígena, contributos para o fortalecimento das identidades dos povos indígenas de Pernambuco. A escola é local privilegiado para a afirmação identitária através da história dos povos indígenas, fortalecimento o projeto histórico sociocultural de cada povo indígena.

 **Organização e Sociabilidade**

A organização sociopolítica de cada povo indígena é fundamental para o fortalecimento da educação escolar indígena e educação indígena. Ressaltando que a educação indígena acontece em todos os espaços do território, socioculturais e no âmbito familiar. Cada povo indígena possui organização própria e participam de organizações com outros povos indígenas, a exemplo da COPIPE. As organizações indígenas são responsáveis pelo fortalecimento de processos de mobilizações e de conquistas de direitos à educação, saúde e políticas favoráveis as práticas produtivas para melhoria dos povos indígenas.

 **Interculturalidade e Dialogicidade**



Cada povo indígena possui suas especificidades, diferentes projetos societários, expressões culturais e religiosas. O exercício intercultural entre indígenas das práticas e de trocas culturais, histórias, sociais, religiosos e parentais remota ao período anterior à colonização. O processo colonial liderados no Brasil pelos portugueses, enquanto os povos indígenas, originários dessa terra, foram desconsiderados em suas culturas, nas práticas de vivências, religiosas e suas organizações sociais próprias, ao contrário foi um processo devastador, imperando a submissão e subjugação dos nativos aos colonos e aos padres missionários, os que não aceitavam restavam fugir ou morrerem. Ao longo desse processo, mais de 500 anos de genocídios e de práticas de violências. Mas, ao mesmo tempo, muitos povos indígenas usaram diversas estratégias de resistências e de vivências, submetendo ao sistema escravagista ou subjugação e camuflando suas identidades.

Os atuais povos indígenas de Pernambuco consideram a interculturalidade, a valorização e reavivamento de línguas indígenas, fundamentais para a educação escolar indígena, por proporcionar as trocas e conhecimentos entre povos indígenas e com a sociedade não indígena, considerando as especificidades e diferenças de cada povo e o respeito mútuo entre povos indígenas e a sociedade não indígena, numa perspectiva da valorização e reconhecimento dos conhecimentos dos povos indígenas e da sociedade não indígena, num processo de ensino e aprendizagem que a interculturalidade seja o espaço propício para a qualificação da educação escolar indígena, privilegiando os estudantes indígenas para as escolhas de participação nas instituições de ensino superior, garantindo o acesso e a permanência e o êxito na formação profissional.

Línguas e linguagens

A educação escolar indígena, além de ser intercultural, é também bilíngue, específica e diferenciada. O bilinguismo nas comunidades indígenas é uma prática educativa fundamental que visa garantir o domínio tanto da língua materna indígena quanto do português. Essa abordagem não apenas promove a preservação e valorização das línguas indígenas, mas também capacita os membros das comunidades a interagir de maneira eficaz no contexto mais amplo da sociedade brasileira.

A língua é um elemento central da identidade cultural. A prática do bilinguismo nas escolas indígenas ajuda a preservar as línguas nativas, que muitas vezes estão em risco de extinção. Ao ensinar e promover o uso da língua materna, as escolas garantem que os alunos continuem a cultivar e transmitir suas tradições e conhecimentos ancestrais.

Cada povo tem o direito constitucional de utilizar sua língua materna indígena na escola, isto é, no processo educativo oral e escrito de todos os conteúdos curriculares, bem como no desenvolvimento e na reelaboração dinâmica do conhecimento de sua língua. Cada povo tem o direito de aprender na escola o português como segunda língua, em suas modalidades oral e escrita, em seus vários registros -

formal, coloquial etc. A língua materna de uma comunidade é parte integrante de sua cultura e, simultaneamente, o código com que se organiza e se mantém integrado a todo o conhecimento acumulado ao longo das gerações, que assegura a vida de todos os indivíduos na comunidade.

O ensino bilíngue reforça a identidade indígena ao reconhecer e valorizar a língua e cultura dos povos indígenas dentro do currículo escolar. Isso contribui para a autoestima e o orgulho dos alunos em relação às suas origens. A educação bilíngue promove a interculturalidade ao integrar e valorizar os conhecimentos tradicionais indígenas e o conhecimento ocidental. Isso não só enriquece a experiência educativa dos alunos, mas também promove o respeito e o diálogo entre culturas diferentes. Novos conhecimentos são mais naturais e efetivamente incorporados através da língua materna, inclusive o conhecimento de outras línguas. A valorização de novos conhecimentos através da valorização da língua indígena ou reavivamento de línguas indígenas, como também valorizar o conhecimento de outras línguas, como é o caso de LIBRAS, por promover uma política de inclusão e acessibilidade para todos(as) os(as) estudantes indígenas surdos. Além de atendimento ao dispositivo legal da obrigatoriedade curricular de LIBRAS nos cursos de licenciaturas.

Escola indígena e docência

A formação do professor e da professora indígenas se materializa no cotidiano da escola indígena e nos processos de formação que se propõem a estabelecer o diálogo entre a prática vivida e a reflexão teórica que possibilite um retorno para uma prática educativa profundamente inserida no contexto organizacional e cultural da escola indígena. A formação para a docência, desse modo, significa que o projeto pensado pela academia não pode planejar a docência indígena a partir dos enfoques dados à docência das escolas convencionais. Docência e escola indígena devem se articular em um processo de formação para que as duas realidades, que são indissociáveis, tenham significado na formação dos professores e professoras.

Estes sete eixos norteiam os processos formativos para a docência em todos os sentidos, tanto do ponto de vista dos conteúdos e vivências curriculares quanto das ações integradoras. Eles não são apenas saberes, são referenciais que emergem da experiência que as culturas e as organizações indígenas conquistaram para guiar a prática pedagógica em escolas indígenas, para marcar os ideais políticos e a defesa das organizações sociais indígenas.

Importante destacar que a formação de professores(as) indígenas em Matemática Intercultural priorizará o cotidiano da educação indígena e educação escolar indígena, num diálogo constante entre teorias e práticas, num exercício sociocultural e educacional que priorize os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos indígenas, indissociáveis para contemplar a formação de professores e professoras indígenas, licenciados em Matemática Intercultural.

A concepção do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena integrada aos núcleos básicos, conforme Resolução do CNE/CP n.º 04/2024, art. 13, incisos I, II, III e IV, está distribuída em quatro núcleos formativos obrigatórios.

O **Núcleo I – Estudos de Formação Geral (EFG)** é composto por componentes curriculares que abrangem os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar indígena, articulando: princípios e fundamentos sociológicos, filosóficos, históricos e epistemológicos da educação escolar indígena; princípios, valores e atitudes comprometidos com os povos indígenas; observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos que considerem experiências e vivências pedagógicas e de situações de ensino e aprendizagem na educação escolar indígena; conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre os indígenas a partir de práticas educativas que incluem conhecimento de processos de desenvolvimento nas dimensões física, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial. Em nosso curso, o Núcleo I, é composto por 15 componentes curriculares descritos na Quadro 6, tendo carga horária de 900 horas.

Quadro 6: Componentes Curriculares do Núcleo I

Núcleo I Estudos de Formação Geral	Componentes Curriculares	C.H.
	História da Educação Brasileira e Educação Escolar Indígena	60h
	Educação Decolonial e Educação Intercultural: Desafios e Possibilidades	60h
	Antropologia Intercultural	60h
	O ensino para a formação do professor pesquisador	60h
	Políticas Públicas, Legislação e Gestão da Educação Intercultural Indígena	60h
	Literaturas Indígenas e Tradição Oral	60h
	Introdução à Filosofia Intercultural	60h
	Sociologia Anticolonial	60h
	Análise e Produção de Textos	60h
	Educação Especial e Inclusiva	60h
	Didática Intercultural	60h
	Relações Étnico Raciais: História e Cultura Afro Brasileira e Indígena	60h
	Língua Brasileira de Sinais na perspectiva Indígena	60h
	Trabalho de Conclusão de Curso I	60h
Trabalho de Conclusão de Curso II	60h	
TOTAL	900h	

O componente **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** é obrigatório (Parecer CNE/CES n.º



13.022, de 2001) e deve ser realizado durante o último ano do curso, os dois últimos semestres que identificamos na Matriz curricular como Ciclo de Integralização. Trata-se de atividade de iniciação científica como requisito parcial da formação docente que visa investigar temas de interesse do acadêmico e/ou da comunidade utilizando-se instrumentalização metodológica para aprofundamento do tema. A matriz do curso prevê os componentes de TCC I e II (60h cada), com creditação total de 120 (cento e vinte) horas e será regido por normativa elaborada especificamente para o curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena.

O **Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (AAE)** é composto por componentes curriculares que compreendem conteúdos específicos da área de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos e a pesquisa, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com as demandas sociais e dos sistemas de ensino. Em nosso curso, o Núcleo II, é composto por 27 componentes curriculares descritos na Quadro 7, tendo carga horária de 1620 horas.

Quadro 7: Componentes Curriculares do Núcleo II

Núcleo II Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos	Componentes Curriculares	C.H.
	Números, Contagem e Classificação	60h
Prática de Ensino em Matemática Intercultural I	60h	
O estudo da matemática e suas diferentes maneiras de medir	60h	
Prática de Ensino em Matemática Intercultural II	60h	
Etnomatemática e Práticas Culturais	60h	
Espaço e Forma e suas dimensões em diferentes contextos culturais	60h	
Prática de Ensino em Matemática Intercultural III	60h	
Didática da Matemática Intercultural	60h	
Espaço Forma: Semelhança de Figuras	60h	
Ensino de Matemática em Escolas Indígenas: Possibilidades da Etnomatemática	60h	
Laboratório de Ensino de Matemática	60h	
Números e Operações na perspectiva da Interculturalidade I	60h	
Perspectivas de Aritmética e Álgebra I	60h	
Noções Básicas de Geometria Analítica	60h	
Estudos de Figuras Planas e Espaciais	60h	
Funções aplicada aos diversos contextos políticos, sociais e culturais	60h	
Componente Optativo I	60h	
Conceitos Fundamentais da Matemática Elementar: Funções	60h	
Números e Operações na perspectiva da Interculturalidade II	60h	
Tecnologias Indígenas e Digitais para o Ensino de Matemática	60h	
Perspectivas de Aritmética e Álgebra II	60h	

	Conceitos Fundamentais da Matemática Elementar: Problemas de Contagem	60h
	Noções Básicas de Álgebra Linear	60h
	Componente Optativo II	60h
	Estatística aplicada aos diversos contextos políticos, sociais e culturais	60h
	Noções Básicas de Cálculo Diferencial e Integral I	60h
	Matemática Financeira aplicada aos diversos contextos políticos, sociais e culturais	60h
TOTAL		1620h

Os **Componentes Curriculares Optativos**, por visarem a interdisciplinaridade e terem caráter mais flexível, não serão definidas neste PPC de implantação. O corpo docente do curso de Licenciatura em Matemática do IFSertãoPE Campus Floresta terá autonomia para propor disciplinas optativas, definindo seus conteúdos, bibliografia e a relação professor/aluno por turma. Contudo, é importante destacar que a elaboração e a coordenação dessas disciplinas dependem da aprovação prévia do plano de disciplina pelo Colegiado do Curso, a carga horária ser de 60 horas e da adequação às diretrizes do Núcleo II, que visa ao aprofundamento e à aprendizagem dos conteúdos específicos. A oferta de disciplinas optativas está prevista na Matriz Curricular no 5º e 6º semestres, contudo poderá ocorrer a qualquer tempo havendo demanda dos/as alunos/as e/ou professores/as. A carga horária mínima a ser cumprida pelo aluno em Componentes Curriculares Optativos é de 120 horas.

O **Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)** é formado pelos componentes curriculares extensionistas e envolvem a execução de ações de extensão. Esses componentes curriculares extensionistas, de caráter multidisciplinar, atendem às demandas específicas dos discentes e contribuem para qualificar sua atuação profissional na área da Matemática, com foco na interculturalidade. Eles promovem uma dinâmica de interconexões entre os conhecimentos próprios dos estudantes, os saberes de povos indígenas e os conhecimentos da sociedade não indígena. Além disso, há uma ênfase na educação matemática sob a perspectiva da etnomatemática, considerando tanto os conteúdos didáticos quanto a pluralidade das culturas indígenas e suas expressões matemáticas. Isso favorece a ressignificação e o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas, possibilitando novas formas de resolução de problemas matemáticos e estimulando os(as) estudantes a exercitar o raciocínio lógico de maneira contextualizada. Devido ao caráter mais flexível deste PPC de implantação, as ementas dos Componentes Curriculares do Núcleo III não serão previamente definidas. O corpo docente do curso de Licenciatura em Matemática do IFSertãoPE Campus Floresta terá autonomia para propor disciplinas extensionistas, estabelecendo seus conteúdos, bibliografia e a relação professor/aluno por turma. No entanto, é importante ressaltar que a elaboração e a coordenação dessas disciplinas dependem da aprovação prévia do plano de disciplina pelo Colegiado do

Curso, da conformidade da carga horária com a matriz curricular e da adequação das temáticas propostas neste PPC. O objetivo é relacionar os conteúdos didáticos com situações diversas do cotidiano e práticas socioculturais de cada povo indígena, ao mesmo tempo em que se promove a troca de experiências e novos aprendizados. Em nosso curso, o Núcleo III, é composto por 04 componentes curriculares descritos na Quadro 8, tendo carga horária de 330 horas.

Quadro 8: Componentes Curriculares Núcleo III

Núcleo III Atividades Acadêmicas de Extensão	Componentes Curriculares	C.H.
		Estudo na Aldeia I – Terra e Identidade
	Estudo na Aldeia II – Organização e Gestão Territorial	90h
	Estudo na Aldeia III – História, Escola Indígena e Docência	90h
	Estudo na Aldeia IV – Interculturalidade e Dialogicidade	75h
TOTAL		330h

O **Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado (ECS)** é composto pelos componentes curriculares que são dedicados à prática de Estágio Supervisionado, que consiste em prática efetiva de docência e/ou de gestão escolar indígena. Tal atividade se efetivará a partir do quarto semestre do curso. Trata-se de componente curricular obrigatório, a ser planejado coletivamente e regulamentado com o Colegiado do Curso, devendo ser realizado em Escolas Indígenas, sob a orientação do professor de Estágio definido pelo conjunto de docentes do Curso. Envolverá atividades relacionadas a planejamento e docência nas diferentes áreas do saber que compõe o Referencial Curricular das Escolas Indígenas ou em atividades de Gestão da Educação Escolar Indígena, quando for o caso. A carga horária total do estágio será realizado ao longo do curso, com prioridade nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. O estágio supervisionado considerará em sua completude o Art. 13 e 14 da Resolução CNE/CP nº 04 de 29 de março de 2024.

O exercício da prática pedagógica possibilitará a consolidação do que propõe-se para uma escola intercultural, construída pelos professores nas escolas das aldeias a partir da apropriação e reelaboração as práticas pedagógicas existentes, em consonância com discussões envolvendo a comunidade indígena. O Estágio Supervisionado será regido por normativa elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e aprovado pelo Colegiado de Curso, especificamente para a Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena. Em nosso curso, o Núcleo IV, é composto por 04 componentes curriculares descritos na Quadro 9, tendo carga horária de 420 horas.



Quadro 9: Componentes Curriculares do Núcleo IV

Núcleo IV	Componentes Curriculares	C.H.
	Estágio Curricular Supervisionado	Estágio Curricular Supervisionado I
Estágio Curricular Supervisionado II		105h
Estágio Curricular Supervisionado III		105h
Estágio Curricular Supervisionado IV		105h
TOTAL		420h

Os **Estudos Interculturais Complementares (EIC)** têm como objetivo enriquecer o processo formativo do estudante, por meio da diversificação de experiências, dentro e fora do ambiente universitário, propiciando o aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, em atividades presenciais ou a distância.

Consideram-se como **Estudos Interculturais Complementares** aquelas que tenham cunho acadêmico e que propiciem ao estudante as condições para o desenvolvimento de competências que contribuam para o aprimoramento da formação básica e específica do futuro profissional, bem como a integração com a sociedade e a capacidade de desenvolver ações sociais. São **EIC**:

- Atividades desenvolvidas pelo próprio IF Sertão PE ou outra Instituição de Ensino Superior (iniciação científica, atuação em programas e projetos de extensão, participação em grupos de estudo/ligas acadêmicas, atuação no Programa de Monitoria, participação em atividades de representação estudantil como os Centros Acadêmicos (CAs), as Associações Atléticas Acadêmicas e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), que desempenham papel fundamental na defesa dos direitos dos/as discentes, na articulação de pautas coletivas e na promoção de atividades culturais, esportivas e de integração;
- Atividades externas que contribuam para a formação acadêmica (apresentação de trabalhos, publicação científica, exposição em Mostras, cursos de atualização, estágio não-obrigatório, viagem de estudo, atuação voluntária, representação esportiva, entre outros);
- Atividades desenvolvidas no interior da Aldeia e que se relacionem com a luta indígena por direitos, tal como atividades em movimentos sociais, associações, cooperativas, coletivos etc.

Para validação das horas e lançamento no sistema acadêmico o/a estudante deverá entregar o comprovante e acompanhar o registro das horas na matriz curricular, seguindo as orientações e os prazos definidos institucionalmente.

A realização e comprovação dos **EIC** como componente curricular obrigatório deve acontecer ao longo do curso, até que se alcance a carga horária prevista na Matriz Curricular. As atividades citadas,



serão contabilizadas com uma carga horária geral de no mínimo 200 horas e serão avaliadas por comissão específica designada para esse fim, sendo regulamentadas por resolução própria elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante e aprovado pelo Colegiado do Curso, em consonância com a organização acadêmica vigente.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares que fundamentam o desenho do curso, os conteúdos curriculares propostos para a Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena alinham-se às proposições do perfil profissional desejado, contribuindo para a materialização das competências, atitudes e habilidades necessárias.

A interdisciplinaridade no curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IFSertãoPE Campus Floresta está presente na organização curricular, em diálogo com diferentes campos do conhecimento, evidenciado pela diversidade de disciplinas na matriz curricular. Essa perspectiva está em conformidade com o Parecer do CNE/CES n.º 13022/2001, que trata das Diretrizes Curriculares para o curso de Licenciatura em Matemática. Este parecer estabelece que é competência do professor de Matemática "perceber a prática docente de Matemática como um processo dinâmico, carregado de incertezas e conflitos, um espaço de criação e reflexão, onde novos conhecimentos são gerados e modificados continuamente" e "contribuir para a realização de projetos coletivos dentro da escola básica".

É importante destacar que o curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena busca convergir a prática predominante nos cursos de formação de professores de Matemática, baseados na perspectiva internalista, com a perspectiva intercultural. Enquanto a perspectiva internalista não exige relação com o mundo físico e é legitimada pela produção canônica, a perspectiva intercultural privilegia o pensamento matemático produzido nos cotidianos dos Territórios Indígenas, transformando-o na linguagem matemática interconectada com a perspectiva internalista.

Portanto, os conteúdos do curso serão pautados pelas especificidades dos povos indígenas, privilegiando os patrimônios étnicos e culturais. Haverá ênfase nos processos políticos e próprios de aprendizagem dos povos indígenas e na promoção de pesquisa pedagógica e científica aliadas à linguagem matemática e às práticas socioculturais, educacionais e ambientais dos povos indígenas de Pernambuco e áreas adjacentes.

A organização curricular do curso contempla conteúdos diversos da Matemática numa perspectiva intercultural e pedagógica, pautada nas histórias e culturas dos povos indígenas. O objetivo é atender às demandas específicas dos/as docentes em formação, contribuindo para qualificar sua atuação profissional na área de conhecimento em que atuam ou atuarão.

Para a obtenção do título de graduação, o/a discente deverá ter frequência mínima de 75% em todas as disciplinas, tanto em aulas práticas quanto teóricas, e ter obtido todos os créditos das atividades



acadêmicas propostas na estrutura curricular, dentro dos prazos estabelecidos.

Quadro 10: Resumo da Carga Horária do Curso por Núcleo de Formação

Atividade	Carga Horária	Percentual
Componentes Curriculares do Núcleo I Estudos de Formação Geral (EFG)	900h	27,53%
Componentes Curriculares do Núcleo II Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (AACE)	1620h	49,54%
Componentes Curriculares do Núcleo III Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)	330h	10,09%
Componentes Curriculares do Núcleo IV Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	420h	12,84%
TOTAL	3270h	100,0%

4.5. Matriz Curricular

A matriz curricular do Curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IFSertãoPE – Campus Floresta foi concebida como um espaço de diálogo entre saberes, reconhecendo a diversidade epistêmica dos povos indígenas e valorizando seus modos próprios de compreender o mundo, inclusive naquilo que se refere ao pensamento matemático.

Este curso não se propõe apenas a oferecer uma formação técnica e pedagógica convencional, mas busca fomentar processos formativos que respeitem e dialoguem com os conhecimentos tradicionais, as cosmologias, os modos de vida e as práticas sociais das comunidades indígenas. Trata-se, portanto, de um projeto educativo orientado por uma perspectiva intercultural crítica, que não reduz a interculturalidade à mera “tolerância” ou ao simples “reconhecimento das diferenças”, mas a compreende como um exercício contínuo de construção de relações horizontais, em que distintos sistemas de saber e práticas culturais possam interagir em condição de respeito, escuta e reciprocidade.

Essa proposta formativa também se alinha aos eixos norteadores definidos para os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas indígenas de Pernambuco — Terra, Identidade, História, Organização e Sociabilidade, Interculturalidade e Dialogicidade, Língua e Linguagens, Escola Indígena e Docência —, que expressam o compromisso com a valorização dos territórios, das histórias, das formas próprias de organização social e política, das línguas, das práticas culturais e das relações de saber dos povos indígenas. Esses eixos não aparecem como temas isolados, mas atravessam a estrutura curricular e inspiram a formação dos licenciandos, reforçando o sentido de uma educação indígena diferenciada, bilingue, intercultural e comprometida com as lutas e projetos das comunidades.

Assim, a matriz que segue reflete o compromisso do IFSertãoPE em formar professores indígenas capazes de atuar em contextos educativos diversos, fortalecendo suas comunidades e contribuindo para



a valorização e afirmação de suas identidades, línguas, saberes e territórios.

Quadro 11: Matriz Curricular com distribuição da Carga Horária de Componentes

Componentes e Atividades Curriculares		Carga Horária		Total de Horas
		Tempo IF	Tempo Aldeia	
1º Semestre	História da Educação Brasileira e Educação Escolar Indígena	45	15	60
	Educação Decolonial e Educação Intercultural: Desafios e Possibilidades	45	15	60
	Antropologia Intercultural	45	15	60
	O ensino para a formação do professor pesquisador	45	15	60
	Números, Contagem e Classificação	45	15	60
	Prática de Ensino em Matemática Intercultural I	45	15	60
	Estudo na Aldeia I: Terra e Identidade	15	60	75
2º Semestre	Políticas Públicas, Legislação e Gestão da Educação Intercultural Indígena	45	15	60
	Literaturas Indígenas e Tradição Oral	45	15	60
	Introdução à Filosofia Intercultural	45	15	60
	Sociologia Anticolonial	45	15	60
	O estudo da matemática e suas diferentes maneiras de medir	45	15	60
	Prática de Ensino em Matemática Intercultural II	45	15	60
	Estudo na Aldeia II: Organização e Gestão Territorial	15	75	90
3º Semestre	Análise e Produção de Textos	45	15	60
	Educação Especial e Inclusiva	45	15	60
	Etnomatemática e Práticas Culturais	45	15	60
	Didática Intercultural	45	15	60
	Tecnologias Indígenas e Digitais para o Ensino de Matemática	45	15	60
	Prática de Ensino em Matemática Intercultural III	45	15	60
	Estudo na Aldeia III: História, Escola Indígena e Docência	15	75	90
4º Semestre	Didática da Matemática Intercultural	45	15	60
	Relações Étnico Raciais: História e Cultura Afro Brasileira e Indígena	45	15	60
	Espaço e Forma e suas dimensões em diferentes contextos culturais	45	15	60
	Ensino de Matemática em Escolas Indígenas: Possibilidades da Etnomatemática	45	15	60
	Laboratório de Ensino de Matemática	45	15	60
	Língua Brasileira de Sinais na perspectiva Indígena	45	15	60
	Estudo na Aldeia IV: Interculturalidade e Dialogicidade	15	60	75
5º Semestre	Optativa I	45	15	60
	Números e Operações na perspectiva da Interculturalidade I	45	15	60
	Perspectivas de Aritmética e Álgebra I	45	15	60
	Noções Básicas de Geometria Analítica	45	15	60
	Espaço Forma: Semelhança de Figuras	45	15	60
	Estágio Curricular Supervisionado I	30	75	105
6º Semestre	Optativa II	45	15	60
	Funções aplicada aos diversos contextos políticos, sociais e culturais	45	15	60
	Números e Operações na perspectiva da Interculturalidade II	45	15	60
	Estudos de Figuras Planas e Espaciais	45	15	60
	Perspectivas de Aritmética e Álgebra II	45	15	60
	Estágio Curricular Supervisionado II	30	75	105

Componentes e Atividades Curriculares		Carga Horária		Total de Horas
		Tempo IF	Tempo Aldeia	
7º Semestre	Conceitos Fundamentais da Matemática Elementar: Problemas de Contagem	45	15	60
	Noções Básicas de Álgebra Linear	45	15	60
	Conceitos Fundamentais da Matemática Elementar: Funções	45	15	60
	Estágio Curricular Supervisionado III	30	75	105
	Trabalho de Conclusão de Curso I	60	-	60
8º Semestre	Estatística aplicada aos diversos contextos políticos, sociais e culturais	45	15	60
	Noções Básicas de Cálculo Diferencial e Integral	45	15	60
	Matemática Financeira aplicada aos diversos contextos políticos, sociais e culturais	45	15	60
	Estágio Curricular Supervisionado IV	30	75	105
	Trabalho de Conclusão de Curso II	60	-	60

Após a apresentação detalhada da matriz curricular, apresenta-se a seguir um quadro resumo que sistematiza os componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IFSertãoPE – Campus Floresta. Este quadro tem como objetivo facilitar a visualização do percurso formativo do licenciando, organizado a partir dos componentes curriculares obrigatórios, dos componentes curriculares optativos, dos componentes curriculares eletivos, do estágio curricular supervisionado, do trabalho de conclusão de curso (TCC), dos estudos interculturais complementares (EIC) e das atividades de extensão, estas últimas inseridas como componente curricular específico.

O quadro a seguir expressa a estrutura acadêmica do curso e sintetiza o itinerário formativo proposto, reafirmando o compromisso com uma formação integral e com o diálogo entre os saberes acadêmicos e os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas.

Quadro 12: Quadro Resumo da Matriz Curricular

N.º	ATIVIDADE	Carga Horária (H/R)	%	
1	Componentes Curriculares Obrigatórios	Presencial	2280	69,72
		Não Presencial/EaD	0	0
2	Componentes Curriculares Optativos	Presencial	120	3,67
		Não Presencial/EaD	0	0
3	Componentes Curriculares Eletivos	Presencial	0	0
		Não Presencial/EaD	0	0
4	Estágio Curricular Supervisionado	420	12,85	
5	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	120	3,67	
6	Atividades de Extensão (dentro do componente curricular obrigatório)	0	10,09	
7	Atividades de Extensão (como componente curricular específico)	330		
	Subtotal (Carga Horária Curricular)	3270	100	
8	Estudos Interculturais Complementares (EIC)	200		
	C/H Total do Curso	3.470		

4.5.1. Organização por Períodos Letivos e Pré-requisitos

Quadro 13: Unidades Curriculares do 1º semestre do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural

Disciplina	TIF	TA	TIF+TA	Pré-requisitos
História da Educação Brasileira e Educação Escolar Indígena	45	15	60h	-
Educação Decolonial e Educação Intercultural: Desafios e Possibilidades	45	15	60h	-
Antropologia Intercultural	45	15	60h	-
O ensino para a formação do professor pesquisador	45	15	60h	-
Números, Contagem e Classificação	45	15	60h	-
Prática de Ensino em Matemática Intercultural	45	15	60h	-
Estudo na Aldeia I: Terra e Identidade	15	60	75h	-
Total	285h	150h	435h	

TIF: Tempo IF; TC: Tempo Aldeia; TIF + TC: Tempo IF somado ao Tempo Aldeia

Quadro 14: Unidades Curriculares do 2º semestre do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural

Disciplina	TIF	TA	TIF+TA	Pré-requisitos
Políticas Públicas, Legislação e Gestão da Educação Intercultural Indígena	45	15	60h	-
Literaturas Indígenas e Tradição Oral	45	15	60h	-
Introdução à Filosofia Intercultural	45	15	60h	-
Sociologia Anticolonial	45	15	60h	-
O estudo da matemática e suas diferentes maneiras de medir	45	15	60h	-
Prática de Ensino em Matemática Intercultural II	45	15	60h	-
Estudo na Aldeia II: Organização e Gestão Territorial	15	75	90h	-
Total	285h	165h	450h	

TIF: Tempo IF; TC: Tempo Aldeia; TIF + TC: Tempo IF somado ao Tempo Aldeia

Quadro 15: Unidades Curriculares do 3º semestre do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural

Disciplina	TIF	TA	TIF+TA	Pré-requisitos
Análise e Produção de Textos	45	15	60h	-
Educação Especial e Inclusiva	45	15	60h	-
Didática Intercultural	45	15	60h	-
Etnomatemática e Práticas Culturais	45	15	60h	-
Tecnologias Indígenas e Digitais para o Ensino de Matemática	45	15	60h	-
Prática de Ensino em Matemática Intercultural III	45	15	60h	-
Estudo na Aldeia III: História, Escola Indígena e Docência	15	75	90h	-
Total	285h	165h	450h	

TIF: Tempo IF; TC: Tempo Aldeia; TIF + TC: Tempo IF somado ao Tempo Aldeia

**Quadro 16:** Unidades Curriculares do 4º semestre do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural

Disciplina	TIF	TA	TIF+TA	Pré-requisitos
Didática da Matemática Intercultural	45	15	60h	-
Relações Étnico Raciais: História e Cultura Afro Brasileira e Indígena	45	15	60h	-
Espaço e Forma e suas dimensões em diferentes contextos culturais	45	15	60h	-
Ensino de Matemática em Escolas Indígenas: Possibilidades da Etnomatemática	45	15	60h	-
Laboratório de Ensino de Matemática	45	15	60h	-
Língua Brasileira de Sinais na perspectiva Indígena	45	15	60h	-
Estudo na Aldeia IV: Interculturalidade e Dialogicidade	15	60	75h	-
Total	285h	150h	435h	

TIF: Tempo IF; TC: Tempo Aldeia; TIF + TC: Tempo IF somado ao Tempo Aldeia

Quadro 17: Unidades Curriculares do 5º semestre do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural

Disciplina	TIF	TA	TIF+TA	Pré-requisitos
Optativa I	45	15	60h	-
Números e Operações na perspectiva da Interculturalidade I	45	15	60h	-
Perspectivas de Aritmética e Álgebra I	45	15	60h	-
Noções Básicas de Geometria Analítica	45	15	60h	-
Espaço Forma: Semelhança de Figuras	45	15	60h	-
Estágio Curricular Supervisionado I	30	75	105h	-
Total	255h	150h	405h	

TIF: Tempo IF; TC: Tempo Aldeia; TIF + TC: Tempo IF somado ao Tempo Aldeia

Quadro 18: Unidades Curriculares do 6º semestre do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural

Disciplina	TIF	TA	TIF+TA	Pré-requisitos
Optativa II	45	15	60h	-
Funções aplicada aos diversos contextos políticos, sociais e culturais	45	15	60h	-
Números e Operações na perspectiva da Interculturalidade II	45	15	60h	-
Estudo de Figuras Planas e Espaciais	45	15	60h	-
Perspectivas de Aritmética e Álgebra II	45	15	60h	-
Estágio Curricular Supervisionado II	30	75	105h	-
Total	255h	150h	405h	

TIF: Tempo IF; TC: Tempo Aldeia; TIF + TC: Tempo IF somado ao Tempo Aldeia

Quadro 19: Unidades Curriculares do 7º semestre do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural

Disciplina	TIF	TA	TIF+TA	Pré-requisitos
Conceitos Fundamentais da Matemática Elementar: Problemas de Contagem	45	15	60h	-
Noções Básicas de Álgebra Linear	45	15	60h	-
Conceitos Fundamentais da Matemática Elementar: Funções	45	15	60h	-
Estágio Curricular Supervisionado III	30	75	105h	-
Trabalho de Conclusão de Curso I	60	-	60h	-
Total	225h	120h	345h	

TIF: Tempo IF; TC: Tempo Aldeia; TIF + TC: Tempo IF somado ao Tempo Aldeia

**Quadro 20:** Unidades Curriculares do 8º semestre do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural

Disciplina	TIF	TA	TIF+TA	Pré-requisitos
Estatística aplicada aos diversos contextos políticos, sociais e culturais	45	15	60h	-
Matemática Financeira aplicada aos diversos contextos políticos, sociais e culturais	45	15	60h	-
Noções Básicas de Cálculo Diferencial e Integral	45	15	60h	-
Estágio Supervisionado Curricular IV	30	75	105h	-
Trabalho de Conclusão de Curso II	60	-	60h	TCC I
Total	225h	120h	345h	

TIF: Tempo IF; TC: Tempo Aldeia; TIF + TC: Tempo IF somado ao Tempo Aldeia

4.6. Alinhamento das Propostas Institucionais do Curso à BNCC

A atuação do/a professor/a de Matemática transcende os limites da sala de aula, exigindo uma formação que articule saberes teóricos, metodológicos e práticos em consonância com as demandas contemporâneas da sociedade. A construção do currículo do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena, portanto, está comprometida com a formação de professores/as capazes de atuar de maneira crítica, reflexiva e transformadora nos contextos em que vivem e ensinam, considerando as complexidades socioculturais, os avanços científicos e tecnológicos e os desafios educacionais do século XXI. Nesse sentido, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento deste curso representam também o compromisso do IFSertãoPE com o fortalecimento da Educação Básica, contribuindo com a formação docente prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), bem como com os marcos legais estabelecidos pelo Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, e pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, que definem as competências da Secretaria de Educação Básica (SEB) e da Diretoria de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação (DIFOR/SEB/MEC).

A matriz curricular proposta está em plena sintonia com os princípios orientadores da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), respeitando a natureza formativa do curso e sua inserção nas realidades locais e interculturais. Nesse diálogo com a BNCC, o curso se compromete com o desenvolvimento das dez competências gerais, que devem orientar o trabalho pedagógico na Educação Básica e, por conseguinte, a formação dos/as futuros/as professores/as: (1) conhecimento, valorizando e utilizando saberes historicamente construídos para compreender e explicar a realidade; (2) pensamento científico, crítico e criativo, estimulando a investigação, a criação e a resolução de problemas; (3) repertório cultural, promovendo o acesso e a valorização das diversas manifestações artísticas e culturais; (4) comunicação, favorecendo a expressão clara e ética em diferentes linguagens; (5) cultura digital, garantindo o uso crítico, criativo e responsável das tecnologias digitais; (6) trabalho e projeto de vida, incentivando reflexões sobre trajetórias pessoais e profissionais; (7) argumentação,



fomentando a construção de argumentos baseados em fatos e dados confiáveis; (8) autoconhecimento e autocuidado, promovendo o equilíbrio emocional e o cuidado com a saúde física e mental; (9) empatia e cooperação, estimulando o diálogo, a escuta e o respeito às diferenças; e (10) responsabilidade e cidadania, incentivando ações éticas e comprometidas com o bem comum.

O destaque dado à competência da Cultura Digital não implica em desconsiderar as demais competências, mas sim em reconhecer que o avanço das tecnologias digitais tem provocado mudanças profundas nas formas de ensinar e aprender, criando exigências para o trabalho pedagógico e para os currículos escolares. Assim, justifica-se o aprofundamento dessa dimensão formativa, tendo em vista que professores/as e estudantes estão imersos em contextos permeados por tecnologias e mídias que alteram as relações com o conhecimento, a comunicação e a construção de sentidos. Torna-se indispensável, portanto, garantir uma formação que não apenas instrumentalize os/as licenciandos/as para o uso dessas tecnologias, mas que também os/as prepare para refletir criticamente sobre os impactos sociais, culturais e pedagógicos desses recursos na educação. A formação proposta compreende as tecnologias digitais como artefatos culturais que ampliam os espaços de colaboração, autoria, criatividade e protagonismo, tanto discente quanto docente.

O Curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IFSertãoPE – Campus Floresta reconhece que a formação docente intercultural exige metodologias flexíveis, sensíveis aos contextos socioculturais indígenas e capazes de articular diferentes tempos e espaços educativos. Nesse sentido, a utilização de tecnologias e ambientes virtuais de aprendizagem integra-se como recurso de mediação pedagógica tanto no Tempo IF quanto no Tempo Aldeia, sempre orientada pelos princípios da interculturalidade.

No Tempo IF, quando os licenciandos se encontram presencialmente no campus, as tecnologias digitais, como plataformas virtuais de aprendizagem, repositórios de conteúdo e salas virtuais, podem ser utilizadas como apoio às práticas pedagógicas presenciais, favorecendo o acesso a materiais didáticos, a organização de projetos colaborativos, a interação entre estudantes e docentes, bem como o registro e o acompanhamento das atividades formativas. O uso desses recursos visa potencializar a aprendizagem, sem substituir o caráter presencial e dialógico das atividades no Instituto.

Já no Tempo Aldeia, as tecnologias e ambientes virtuais assumem um papel complementar e estratégico, principalmente para garantir a continuidade do acompanhamento pedagógico, das orientações acadêmicas e da socialização de saberes entre os licenciandos e os docentes. Ferramentas como o Google Classroom, o Google Meet, plataformas de repositórios digitais ou ambientes virtuais próprios poderão ser empregadas para manter a comunicação, oferecer suporte às atividades formativas, compartilhar materiais e fomentar práticas educativas articuladas aos contextos das comunidades indígenas.



A utilização dessas tecnologias no Tempo Aldeia respeitará as dinâmicas sociais, culturais e territoriais das comunidades, considerando suas possibilidades reais de acesso, suas formas próprias de organização do tempo e suas práticas tradicionais de ensino-aprendizagem. O uso dos ambientes virtuais não buscará substituir os saberes e as práticas educativas comunitárias, mas dialogar com elas, fortalecendo o caráter intercultural da formação e promovendo a autonomia dos licenciandos como sujeitos protagonistas de seus processos formativos.

Assim, tanto no Tempo IF quanto no Tempo Aldeia, as tecnologias e os ambientes virtuais serão utilizados de forma planejada e consciente, como ferramentas pedagógicas que possibilitam a articulação entre saberes acadêmicos e conhecimentos tradicionais, em consonância com os princípios que orientam a educação intercultural indígena e a formação docente crítica, reflexiva e comprometida com os territórios e as comunidades.

A inovação pedagógica, nesse contexto, não se limita à adoção de tecnologias digitais, mas implica mudanças mais amplas nas concepções de ensino e aprendizagem. Isso exige o desenvolvimento de estratégias e metodologias ativas, centradas na autonomia dos sujeitos, no estímulo à criatividade, no trabalho colaborativo e na elaboração de projetos que dialoguem com as realidades locais e com os desafios sociais vivenciados pelas comunidades. A proposta do curso visa, portanto, fomentar atitudes empreendedoras e investigativas, valorizando o pensamento crítico, a capacidade de análise de problemas complexos e a busca por soluções contextualizadas. Essa postura envolve habilidades como a observação, a experimentação, a empatia, a valorização do erro como parte do processo formativo e a flexibilidade para reavaliar caminhos e estratégias pedagógicas. Ao integrar esses princípios, a formação docente proporcionada pelo curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena pretende contribuir de forma significativa para uma prática pedagógica coerente com o cenário educacional contemporâneo, marcada pela diversidade cultural, pelos avanços tecnológicos e pela defesa de uma educação comprometida com a transformação social e a justiça cognitiva.

4.7. Atividades Curriculares de Extensão

Conforme o artigo 3º da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018, p. 09).

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), aprovado pela Lei nº13.005/2014, estabelecena



Meta 12, item 12.7, que se deve “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. Ainda neste sentido, a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, “Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências”.

A extensão universitária é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre instituição de ensino e outros setores da sociedade. As ações extensionistas vêm sendo, cada vez mais, reconhecidas como essenciais para as instituições de ensino, visto que há a inserção de estudantes em campo, promovendo momentos de reflexão e identificação de demandas locais/regionais, construindo um diálogo com a comunidade externa e trazendo consigo propostas de melhorias para a sociedade.

A Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex, 2012, p. 29), com a proposta de “Universalização da extensão universitária”, destaca a importância dessa medida para o fortalecimento das ações e das propostas extensionistas, baseadas na integração, no diálogo, na interdisciplinaridade e interprofissionalidade, e impacta a formação do educando e a transformação social.

Conforme legislação vigente, o IFSertãoPE, seguindo a atual resolução nº 07 do conselho superior, de 04 de março de 2021, que “Aprova o Regulamento de Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE”, regulamenta as atividades extensionistas no âmbito do IFSertãoPE.

Nesse sentido, este projeto de curso prevê o cumprimento de no mínimo 10% da carga horária total do curso em atividades de extensão, integradas à matriz e à organização curricular do curso, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a instituição e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino, a pesquisa e a inovação.

Por isso, enquanto documento sujeito à dinâmica do processo de ensino e aprendizagem, este projeto de curso deve levar em conta a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão como princípio pedagógico. A qualidade do ensino do curso está efetivamente ligada ao cumprimento da função social do Instituto que é a de ensinar, pesquisar e praticar a extensão em favor do desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade como um todo. Essa ideia baseia-se em atitudes analíticas, reflexivas, questionadoras e problematizadoras, onde a aprendizagem deve partir das observações próprias para investigar o conhecimento e o mundo ao seu redor.

Ao curso cabe dar direção para o processo formativo do aluno, pautando-se no proposto em seu PPC, levando em consideração os princípios éticos e políticos fundamentais para o exercício da



cidadania, da democracia e do compromisso com a questão ambiental. Tais princípios serviram de inspiração para a elaboração deste Projeto do Curso e, entende-se, que a discussão e a reflexão ampliada deles são pressupostos que deverão orientar o trabalho pedagógico dos envolvidos em suas diversas atividades.

Nesta proposição cabe iniciar apontando que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão são princípios básicos da formação e da produção do conhecimento no Ensino Superior. Neste sentido, a proposição de indissociabilidade destas funções em um curso de formação de professores da Educação Básica se torna essencial uma vez que uma formação em que o conteúdo é reduzido ao exercício, ou em reflexões subjetivas e particularizadas, pouco ou nada contribuirá com o exercício profissional destes alunos.

Hoje é amplamente defendida pela comunidade acadêmica a concepção de professor como pesquisador e, mais recentemente as orientações são ampliadas para a necessidade de que haja na formação deste professor uma perspectiva de reflexão-ação-reflexão-ação que não seja resumida a ação individualizada; que neste processo de reflexão o futuro professor abarque a construção teórica de múltiplas disciplinas, dentre elas a sociologia, história e filosofia e construa um aparato teórico que dê conta das demandas sociais da atualidade. No caso da formação do professor de matemática é somada à questão do professor pesquisador, uma formação conceitual que tenha o rigor e a abstração matemática, aplicada a realidade.

Nesse sentido, para cumprir a curricularização da extensão, constam na matriz curricular do curso 4 (quatro) Componentes Curriculares Extensionistas denominados Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE): Estudo na Aldeia I: Terra e Identidade (75 h), Estudo na Aldeia II: Organização e Gestão Territorial (90 h), Estudo na Aldeia III: História, Escola Indígena e Docência (90 h) e Estudo na Aldeia IV: Interculturalidade e Dialogicidade (75 h) que totalizam 330 (trezentas e trinta) horas. Esses componentes de Estudo na Aldeia deverão possibilitar a vivência de práticas diversas e aprofundamento na prática escolar, de modo a estabelecer intercâmbio e relações com a comunidade.

Além disso, as Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE), caracterizadas pelo processo de interação entre o IFSertãoPE e outros setores da sociedade, deverão ser desenvolvidas pelos estudantes no decorrer do curso, sob as seguintes modalidades, conforme a Resolução CONSUP IFSertãoPE nº 07/2021:

-  **Programas:** conjunto articulado de propostas curriculares e outras ações de extensão, governamentais ou não, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de ensino, pesquisa e de inovação.
-  **Projetos:** conjunto de atividades processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural

ou tecnológico, com objetivos específicos e prazo determinado que pode ser vinculado ou não a um programa.

- **Cursos e Oficinas:** atividades acadêmicas sistematizadas de ensino incluídas nos currículos escolares que permitem ao aluno aprofundamento no seu campo de atuação profissional, através de ações de extensão. Eventos: acontecimento planejado, organizado e coordenado por servidores docentes e/ou administrativos em conjunto com alunos, com objetivos educacionais, comunitários ou promocionais, direcionados às experiências profissionais vinculadas aos cursos institucionais.
- **Prestação de Serviços:** realização de trabalho oferecido ou contratado por terceiros, de ordem intelectual ou mão de obra física e/ou produtos, vinculado ao Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC), com objetivo de aperfeiçoar a prática profissional discente.

4.8. Estudos Interculturais Complementares

Os Estudos Interculturais Complementares constituem parte do processo formativo no âmbito do currículo e possibilitam a integração entre a teoria e a prática, mediante a diversificação e aprofundamento de estudos, estimulando o discente na participação de eventos acadêmicos e em atividades de iniciação científica, orientação à pesquisa, extensão e prática profissional.

As Diretrizes Nacionais Curriculares para o curso de Licenciatura em Matemática enfatizam que as atividades complementares, aqui compreendido como Estudos Interculturais Complementares, são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do/a formando/a, possibilitando o desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes necessárias ao exercício profissional que valorize os modos de se produzir conhecimento matemático de diferentes grupos culturais, com a valorização dos saberes produzidos pelos povos indígenas.

Os Estudos Interculturais Complementares do Curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) – Campus Floresta, compõem-se de estudos interculturais, como estudantes participantes do Programa Residência Pedagógica, Programa de Iniciação à Docência (PIBID Diversidade), Programa de Educação Tutorial (PET Indígena), realização de projetos de ensino, científicos, extensão e culturais (podendo compor até 100 h). A participação em eventos acadêmicos poderá computar no máximo 60h/a: Congresso, Fóruns, Colóquios, Simpósio etc., e as atividades exclusivas dos povos indígenas: Encontros Indígenas, Assembleias, Feiras escolares etc., poderão computar no máximo 60h. Para além disso, publicações (anais, revistas científicas, livros e outros) que

poderá computar no máximo 60h. Para este curso são destinadas 200 (duzentas) horas para a realização dos estudos interculturais complementares, sendo obrigatória sua integralização para graduação do/a estudante.

Todas as atividades complementares devem acontecer em espaços pedagógicos e educacionais com o objetivo de ampliar conhecimentos interdisciplinares acadêmicos, científicos e culturais dos(as) estudantes, integrando seu trabalho acadêmico e profissional com outras áreas de conhecimentos das sociedades indígenas e não indígenas.

Os estudos interculturais complementares serão avaliadas por uma comissão específica designada especificamente para esse fim, sendo regulamentadas por resolução própria e elaborada pelo colegiado do curso, em consonância com a organização didática vigente, sendo responsável por:

- Elaborar o Regimento dos Estudos Interculturais Complementares e Extensionistas do Curso, com base nas resoluções vigentes do IFSertãoPE que tratem do assunto na instituição;
- Orientar os estudantes quanto a realização das atividades complementares e de extensão e a necessidade de aproveitamento das mesmas como carga horária obrigatória do curso;
- Apresentar aos estudantes do curso, um cronograma para abertura do processo para aproveitamento da carga horária de atividades complementares e de extensão;
- Receber as solicitações de aproveitamento dos estudantes;
- Proceder com a conferência dos documentos comprobatórios e o devido registro junto à Coordenação do Curso, além da Coordenação de Extensão e a Secretaria de Controle Acadêmico do campus;
- Acompanhar o desenvolvimento das atividades complementares e de extensão realizadas no âmbito do curso, incluso as atividades realizadas dentro dos Componentes Curriculares Obrigatórios, Optativos e Extensionistas.

4.9. Estágio Curricular Supervisionado

Segundo a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que regulamenta os estágios, o estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do/a estudante. O estágio integra o itinerário formativo do/a educando/a e faz parte do projeto pedagógico do curso.

No IFSertãoPE, o estágio curricular está regulamentado pela Resolução nº 54/2022 do Conselho Superior, que aprova o Regulamento de Estágio para Cursos do IFSertãoP. O Regulamento descreve o



estágio curricular como um conjunto de atividades que tem como objetivos:

- I. relacionar os conteúdos e contextos para ressignificar as aprendizagens;
- II. integrar vivência e prática profissional ao longo do curso;
- III. possibilitar a prática de atividades que contemplem aspectos sociais, profissionais, científicos e culturais;
- IV. favorecer a vivência de situações reais de vida e de trabalho;
- V. estimular a interação com o mundo do trabalho;
- VI. favorecer a transição da vida estudantil para o mundo do trabalho;
- VII. contextualizar conhecimentos advindos dos ambientes de trabalho para retroalimentação dos cursos.

Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora e procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas (Resolução MEC/CNE/CES nº 02/2010). Nesse sentido, o estágio curricular supervisionado obrigatório para a Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena tem como objetivo oportunizar a realização de atividades práticas de ensino formal em escolas regulares, que possibilitem a aplicação de conhecimentos, a formação de atitudes e o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à prática profissional docente.

A estrutura do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IFSertãoPE Campus Floresta contempla o estágio curricular supervisionado como componente curricular obrigatório, com carga horária total de 420 (quatrocentos e vinte) horas, com início a partir do 5º semestre do curso e realizado nas escolas ou em outros espaços educacionais dos Territórios Indígenas.

Para realizá-lo, o/a discente deverá estar obrigatoriamente matriculado/a na disciplina pela Secretaria de Controle Acadêmico, estando a matrícula condicionada ao/a estudante ter disponível vaga de estágio. O estagiário terá um docente orientador do IFSertãoPE Campus Floresta, indicado pelo Colegiado em acordo com o estagiário/a, que será responsável pela orientação do educando/a, incluindo o relatório de estágio; e um supervisor/a, indicado pela escola ou outro espaço educacional do Território Indígena, que será responsável pelo acompanhamento das atividades no local do estágio, o qual deverá ser um profissional legalmente habilitado.

O/A estagiário/a deverá encaminhar os documentos requeridos e assinar termo de comprometimento junto ao Setor Responsável, e só poderá alterar esse termo com prévia autorização da Coordenação do Curso e do/a Orientador/a.

A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno/a estagiário/a, devendo constar no Termo de Compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas



semanais. Nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, o estágio poderá ter jornada semanal de até 40 (quarenta) horas.

No caso de reprovação do componente, o educando deverá repeti-lo em outra oportunidade e o Colegiado do Curso, o professor de Estágio e o/a orientador/a estabelecerão novos prazos. Por fim, fica estabelecido que, por ser uma atividade obrigatória, não haverá possibilidade de aproveitamento deste componente curricular, com exceção unicamente da solicitação de aproveitamento do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena.

4.10. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma produção acadêmica que expressa a capacidade dos/as estudantes de abordar e sistematizar os conhecimentos e habilidades adquiridos no curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena dever ser realizado individualmente ou em dupla, com tema de livre escolha do/a discente, obrigatoriamente relacionado com as atribuições profissionais.

A apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatória para todos os/as estudantes do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IFSertãoPE Campus Floresta, com vistas à colação de grau.

O TCC constitui-se de uma atividade desenvolvida em duas etapas, denominadas Trabalho de Conclusão de Curso I (60h) e Trabalho de Conclusão de Curso II (60h). Indica-se como etapas do desenvolvimento do TCC: Trabalho de Conclusão de Curso I: Construção e apresentação do projeto de TCC; e para Trabalho de Conclusão de Curso II: Desenvolvimento e execução do projeto de trabalho de conclusão de curso, bem como, escrita e apresentação pública da produção. Poderá cursar o componente curricular TCC II os/as estudantes que tenham sido aprovados/as no componente curricular TCC I.

O/A professor/a orientador/a deverá, obrigatoriamente, pertencer ao corpo docente do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena, campus Floresta do IFSertãoPE. Os/As professores/as substitutos/as poderão realizar a orientação de TCC, desde que o seu contrato esteja vigente até o término da referida orientação. No caso de encerramento do contrato, o Colegiado de Curso deverá indicar um novo/a professor/a orientador/a para o/a discente, podendo o ex-professor/a substituto/a continuar como coorientador/a.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme estabelece a Organização Acadêmica do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE (Resolução n.º 41 – CONSUP, de 9 de dezembro de 2020), constitui uma síntese do processo de ensino e aprendizagem teórico-prático vivenciado ao longo da formação e deverá ser orientado por um/a professor/a do próprio Colegiado de Curso ou que



ministre aula no curso. A definição dos elementos constitutivos do TCC será feita de acordo com a natureza da Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena e estará detalhada neste Projeto Pedagógico de Curso (PPC), conforme previsto no § 1º do Artigo 44 da Organização Acadêmica.

A escolha da temática a ser abordada deverá estar alinhada com o perfil de conclusão do curso, garantindo que o trabalho final reflita a identidade formativa do/a futuro/a professor/a, conforme § 2º. O TCC será apresentado perante uma Banca Examinadora composta por três membros, sendo preferencialmente dois docentes vinculados ao IFSertãoPE e um externo à instituição, conforme disposto no § 4º. As normas e critérios de avaliação da apresentação serão definidos pela Coordenação do Curso (§ 3º), e o/a professor/a orientador/a presidirá a sessão de defesa, conforme determina o § 5º.

Nos casos em que o TCC for considerado um componente curricular, deverá haver o devido registro das atividades desenvolvidas, devidamente assinado pelo/a professor/a responsável (§ 6º). Ressalta-se, ainda, que cada professor/a orientador/a, preferencialmente, deverá acompanhar até três estudantes por semestre letivo, exceto em condições adversas (§ 7º).

Assim, o TCC representa uma etapa fundamental no processo formativo, permitindo ao/a estudante consolidar conhecimentos, desenvolver a autonomia intelectual, aprofundar a reflexão crítica sobre temáticas relevantes para sua área de atuação e contribuir com a produção de saberes contextualizados com os territórios e sujeitos com os quais atuará profissionalmente.

No curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IFSertãoPE Campus Floresta, o TCC será realizado ao longo do último ano de estudos através dos componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso I e II. Os mecanismos de acompanhamento do TCC, além encontros semanais a serem definidos entre aluno/a e orientador/a, compreendem:

- **pré-banca de avaliação do TCC:** ao final da disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso I”, composto pelo docente orientador/a e dois/duas outros/as docentes do curso. A avaliação nesta disciplina considerará a nota da pré-banca, resultado da média das notas atribuídas pelos seus membros;
- **banca examinadora do TCC:** ao final da disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso II”, composto pelo/a docente orientador/a, um/a docente do curso e um membro externo, docente ou não, com experiência comprovada na área do tema/objeto estudado. A participação do membro externo deve ser aprovada previamente pelo/a docente orientador/a e pela Coordenação do Curso. A avaliação nesta disciplina considerará a nota da Banca, resultado da média das notas atribuídas pelos membros.

O Colegiado do Curso deverá definir e acompanhar um Regulamento interno, estabelecendo todas as normas e critérios de avaliação específicas relacionadas ao TCC, no curso de Licenciatura em



Matemática Intercultural Indígena do IF Sertão PE Campus Floresta. O documento será desenvolvido e anexado a este PPC até o 6º semestre da primeira turma do curso, isto é, até final do terceiro ano de implantação do curso. O Regulamento de TCC deve conter: critérios, procedimentos e mecanismo de avaliação, além das diretrizes e técnicas relacionadas com sua elaboração.

4.11. Metodologia

A proposta metodológica do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IF Sertão PE Campus Floresta está pautada nos fundamentos e objetivos constantes na Resolução CNE/CP n.º 04, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica e a Resolução n.º 01 de 07 de janeiro de 2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas, bem como na Organização Acadêmica dos Cursos do IF Sertão PE, aprovada pela Resolução nº 41 do Conselho Superior, de 09 de dezembro de 2020. Pretende-se construir parâmetros para nortear as práticas metodológicas das componentes curriculares teorias e práticas, como também metodologias que contribuam para as realizações das atividades no Tempo IF e Tempo Aldeia, promovendo condições para os/as estudantes sistematizarem os conhecimentos inerentes ao campo disciplinar, como também as outras atividades ofertadas, como projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, através de metodologias diversas, a exemplo, a metodologia da História Oral (Alberti, 2004) possibilitadora de registros das memórias indígenas como fontes documentais (Halbwachs, 2004).

Libâneo (2013, p. 170), entende que o “conteúdo determina o método, pois é base informativa concreta para atingir os objetivos.” Nesse aspecto, os métodos não são independentes dos objetivos e conteúdos curriculares. A articulação desses elementos são fundamentais no processo de ensino-aprendizagem.

Considerando os elementos fundamentais para uma formação contextualizada e consonância com as demandas exigidas para o perfil do/a egresso/a, o curso deverá contemplar os seguintes procedimentos metodológicos, sem prejuízos de outros aspectos formativos:

- problematização do conhecimento, contribuindo para construção e reconstrução do saber, estimulando a capacidade de pensar do/a discente e sua apreensão e transformação da realidade;
- incentivo à prática de estudo independente, privilegiando uma progressiva autonomia intelectual e profissional do discente;
- valorização das experiências prévias dos/as estudantes e a inter-relação com os

conhecimentos sistematizados e produção científica;

- articulação e integração das diferentes áreas de conhecimentos, por meio da atitude interdisciplinar nas práticas educativas;
- planejamento de trabalho pedagógico, visando ao desenvolvimento de condutas e atitudes com responsabilidade técnica e social;
- comprometimento com o conjunto de atividades previstas para o curso, objetivando o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício profissional do professor de matemática;
- adoção da pesquisa como princípio pedagógico, promovendo a capacidade de iniciativa, apreciação pela leitura, descoberta, reflexão, espírito crítico, produção de conhecimento e intervenção na realidade;
- promoção das atividades de extensão, aproximando os/as estudantes das necessidades e anseios da comunidade;
- utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos processos educativos previstos no Tempo IF ou no Tempo Aldeia, proporcionando uma aprendizagem criativa, crítica e empreendedora;
- reconhecimento das metodologias ativas como experiência instigadora do desenvolvimento da autonomia, da aprendizagem e do protagonismo dos/as estudantes, dentre elas: sala de aula invertida, aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem baseada em projetos, gamificação, dentre outras;
- acompanhamento dos/as estudantes por meio de ações pedagógicas, atendimento psicológico, política de assistência estudantil, atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas, monitorias, atendimento individualizado para o esclarecimento de dúvidas sobre os conteúdos das disciplinas, eventos, estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso;
- promoção da igualdade de oportunidades e condições ao/a estudante com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

De maneira geral, o curso adotará uma abordagem metodológica pautada numa organização conjunta das dimensões teóricas, práticas, comunicativas e avaliativas dos componentes curriculares descritos. Numa primeira fase metodológica abordaremos os conhecimentos teóricos fundamentais relativos à natureza da matemática, a natureza da educação e da educação matemática. É de



fundamental importância a consideração dos aspectos da epistemologia e da história da matemática como parte dos conhecimentos abordados. Uma segunda abordagem metodológica está pautada nos conhecimentos localmente contextualizados abrangendo estudos abordados a partir das referências socioculturais ou antropológicas. Pretende-se a partir da análise do material proposto promover práticas de comunicação oral e escrita (individualmente ou em grupo).

Os recursos para sala de aula, como a manipulação e confecção de materiais didáticos (que poderão ser construídos pelo grupo), vídeos, softwares, entre outros, são fundamentais para a formação de professores. Bem como o recurso a resolução de situações problemas envolvendo diferentes temáticas relacionadas as disciplinas obrigatórias e eletivas.

As reflexões teóricas e metodológicas primordiais serão pautadas nas histórias e culturas dos povos indígenas, com ênfase na Matemática Intercultural, específica e diferenciada, proporcionando as conexões entre os conhecimentos socioeducacionais e culturas indígenas e os conhecimentos da sociedade não indígena. Contributos essenciais para contemplar as diversas experiências de comunidades escolares indígenas aliadas aos conteúdos didáticos ofertados nas licenciaturas para proporcionar reflexões, produções de conhecimentos científicos e didáticos para o fortalecimento dos povos indígenas envolvidos (Santos, Almeida, Oliveira, 2023).

As reflexões teóricas e metodológicas que orientam esta proposta de curso estão alicerçadas nas histórias, culturas e saberes dos povos indígenas, com ênfase na Matemática Intercultural como campo de conhecimento específico e diferenciado. Tal abordagem busca promover conexões significativas entre os conhecimentos socioeducacionais próprios das culturas indígenas e os saberes historicamente valorizados pela sociedade não indígena, reconhecendo a pluralidade epistêmica como princípio fundamental da formação docente.

Essa perspectiva visa contemplar as múltiplas experiências vividas pelas comunidades escolares indígenas, valorizando-as como ponto de partida para a construção de práticas pedagógicas contextualizadas, críticas e culturalmente situadas. Nesse sentido, os conteúdos didáticos ofertados nas licenciaturas são concebidos não como ferramentas de assimilação cultural, mas como instrumentos de reflexão, diálogo e produção coletiva de conhecimentos científicos e didáticos, em consonância com os projetos de vida e de educação dos povos indígenas envolvidos.

Ao assumir essa direção, o curso reafirma seu compromisso com o fortalecimento das identidades indígenas, com a promoção da justiça cognitiva e com a construção de uma educação intercultural comprometida com a equidade, a dignidade e o reconhecimento dos saberes originários como parte integrante e imprescindível da formação docente no Brasil.

4.12. Avaliação da Aprendizagem



A avaliação é uma atividade didática necessária e acompanhará o processo de ensino e aprendizagem ao longo do curso, norteando o trabalho conjunto do/a professor/a e do/a aluno/a em consonância com os objetivos propostos. Seu principal intuito é constatar os progressos e as dificuldades dos/as estudantes, possibilitando reorientações pedagógicas que favoreçam a aprendizagem e contribuam para a formação integral. Entende-se que a avaliação é uma tarefa complexa e não se limita à realização de provas ou à simples atribuição de notas. A mensuração de resultados fornece informações que devem ser analisadas de forma qualitativa, considerando não apenas o rendimento escolar, mas também as funções educativas do processo.

No panorama institucional, a avaliação da aprendizagem deve promover a melhoria da qualidade da educação, com ênfase no acompanhamento contínuo dos processos individuais e coletivos de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, a avaliação assume caráter contínuo e cumulativo, sendo parte integrante do ato educativo, com ênfase nas funções diagnóstica, formativa e somativa. A função diagnóstica ocorre no início do processo, auxiliando o/a professor/a a identificar os conhecimentos prévios dos/as alunos/as, permitindo o redirecionamento do planejamento. A função formativa propicia o acompanhamento do percurso de aprendizagem dos/as discentes, favorecendo reorientações permanentes e ações que promovam o desenvolvimento. Já a função somativa é realizada ao final de um ciclo, com o objetivo de classificar os/as estudantes quanto ao nível de desenvolvimento alcançado.

A partir da concepção de Libâneo (2013), compreende-se que a avaliação escolar deve cumprir pelo menos três funções interdependentes: pedagógico-didática, diagnóstica e de controle. A função pedagógico-didática está relacionada ao cumprimento dos objetivos gerais e específicos da educação escolar. A função diagnóstica permite a identificação de progressos e dificuldades dos/as estudantes, possibilitando a reorganização das práticas pedagógicas. A função de controle diz respeito à sistematização e periodicidade das verificações, além da qualificação dos resultados escolares, contribuindo para a análise das situações didáticas.

Além dessas funções, a avaliação também deve estar ancorada em princípios como a cooperação, a investigação/pesquisa e a dialogicidade. A cooperação se manifesta quando o processo avaliativo é construído de forma compartilhada, considerando a escuta ativa, a corresponsabilidade entre docentes e discentes e o fortalecimento de vínculos pedagógicos. A investigação/pesquisa implica compreender a avaliação como um processo investigativo, voltado para a análise crítica do percurso formativo e dos contextos de aprendizagem, que permite intervenções pedagógicas mais assertivas. Já a dialogicidade, inspirada em uma perspectiva freiriana de educação, reconhece que o ato de avaliar deve ser um momento de escuta, de



construção coletiva de sentidos e de reconhecimento das trajetórias individuais, respeitando o tempo e a diversidade dos sujeitos envolvidos no processo formativo.

Superando a lógica tradicional de verificação, muitas vezes restrita à confirmação de conteúdos, o ato de avaliar deve ser entendido como um momento de análise crítica e valorativa do processo educativo. Conforme destaca Luckesi (2011, p. 52), a avaliação é a “coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação, acrescido de valor ou qualidade, que se processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto.” Portanto, a avaliação exige tomada de decisão, direcionamento e reflexão constante, sendo um instrumento essencial para a melhoria da qualidade da aprendizagem.

Nesse contexto, a avaliação no Curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena será realizada considerando as especificidades dos dois tempos formativos: o Tempo IF e o Tempo Aldeia.

No Tempo IF, as avaliações ocorrerão prioritariamente em formato presencial, mediadas diretamente pelo/a professor/a, utilizando múltiplas estratégias avaliativas alinhadas aos objetivos de cada componente curricular. Entre essas estratégias, destacam-se: autoavaliação; arguições; fichas de observação; estudo de casos; exercícios; experimentações em laboratório; exposições; inventários; levantamento de campo; observação; relatórios; resolução de situações-problema; produção de artigos; projetos de pesquisa e extensão; provas escritas; trabalhos individuais e coletivos; utilização de programas computacionais, entre outros. O acompanhamento pedagógico será constante e possibilitará devolutivas formativas presenciais, promovendo reflexões conjuntas e reorientações necessárias. O Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) será utilizado como sistema oficial para o registro das avaliações, médias, frequência e informações acadêmicas.

No Tempo Aldeia, as estratégias avaliativas terão caráter contínuo, processual e formativo, considerando os contextos socioculturais e as condições de acesso das comunidades indígenas. As atividades poderão ser planejadas antecipadamente durante o Tempo IF, com orientações claras quanto aos objetivos, prazos e critérios, permitindo a realização em ambiente comunitário. Serão priorizadas metodologias que valorizem a autonomia, a investigação e a produção de conhecimentos vinculados à realidade dos povos indígenas. O acompanhamento e a mediação das aprendizagens poderão se dar por meio de ambientes virtuais, como o Google Classroom, o Google Meet ou outras plataformas institucionais, viabilizando o envio das atividades, a devolutiva dos professores e o acompanhamento individual e coletivo. Sempre que possível, serão considerados o acesso às tecnologias e a conectividade local. Quando o acesso digital não for viável, serão adotadas estratégias presenciais ou alternativas, combinadas previamente entre docentes e discentes.



Em ambos os tempos formativos, será incentivado o uso de, no mínimo, dois instrumentos avaliativos distintos por componente curricular, garantindo a diversidade metodológica e o respeito à complexidade dos processos de aprendizagem.

Os critérios, instrumentos e valores atribuídos às avaliações serão apresentados no início de cada período letivo, assegurando clareza e participação ativa dos/as estudantes no processo avaliativo. O/a estudante terá garantido o direito de acesso aos resultados das avaliações, às médias e ao controle de frequência, por meio do SUAP.

O controle da frequência é parte integrante do acompanhamento acadêmico e da avaliação do processo formativo no Curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IFSertãoPE – Campus Floresta, devendo refletir não apenas a presença física, mas também o envolvimento efetivo dos/as estudantes nas atividades de ensino e aprendizagem.

No Tempo IF, a frequência será registrada de forma presencial, em cada encontro, considerando a participação efetiva do/a estudante nas aulas, oficinas, práticas, atividades em laboratório, projetos de extensão e demais atividades presenciais previstas no plano de ensino do componente curricular.

No Tempo Aldeia, compreendendo as especificidades da formação intercultural e a necessidade de articulação com os contextos comunitários, o controle de frequência se dará prioritariamente pela realização das atividades pedagógicas propostas pelos/as docentes e acordadas previamente com os/as estudantes. As tarefas poderão envolver projetos, estudos dirigidos, pesquisas, produção de materiais, registros reflexivos, entre outras ações formativas vinculadas aos objetivos do curso e dos componentes curriculares. A entrega ou apresentação dessas atividades, conforme orientações específicas, será considerada critério para cômputo da frequência correspondente ao período de realização do Tempo Aldeia.

O acompanhamento será realizado mediante registros no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), sendo responsabilidade do/a docente assegurar o lançamento das informações de frequência conforme as normas institucionais.

Este procedimento visa assegurar a participação efetiva dos/as estudantes no seu processo formativo, respeitando os diferentes tempos e espaços do curso e valorizando a autonomia, a corresponsabilidade e a articulação entre o Tempo IF e o Tempo Aldeia.

O registro do rendimento acadêmico considerará a assiduidade e o desempenho qualitativo e quantitativo do/a estudante em cada componente curricular. Para aprovação, exige-se o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e média igual ou superior a 7,0 (sete) nas avaliações realizadas ao longo do período letivo.

O instrumento final de avaliação, quando necessário para recuperação, será estruturado



como oportunidade de superação das dificuldades, mediante retomada dos conteúdos e resolução de dúvidas. Essa avaliação final, escrita ou prática, exigirá média mínima de 5,0 (cinco) para aprovação.

Ao final de cada semestre, o/a estudante terá registrado em seu histórico o Coeficiente de Rendimento Escolar (CRE), correspondente à média dos componentes cursados com aprovação ou reprovação, ressalvando que componentes reprovados por falta não serão considerados para o cálculo do CRE.

Para colação de grau, o/a estudante deverá ter sido aprovado/a em todos os componentes obrigatórios, cumprido a carga horária prevista para os Estudos Interculturais Complementares e disciplinas optativas, concluído o TCC e as horas exigidas de Estágio Supervisionado Curricular, conforme a legislação vigente.

As avaliações ocorrerão ao longo de cada semestre, de acordo com a Organização Acadêmica do IFSertãoPE, com registro sistemático no SUAP. Casos omissos ou situações específicas serão analisados pelo Colegiado de Curso, à luz da legislação educacional e dos princípios pedagógicos que fundamentam esta proposta formativa.

4.13. Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores

O aproveitamento dos estudos é contemplado pela Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.394/1996), que garante aos/as alunos/as de cursos superiores o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores. No IFSertãoPE, de acordo com a Organização Acadêmica, será assegurado o direito ao aproveitamento de estudos realizados o aluno que:

- I. for classificado em novo Processo Seletivo;
- II. ingressar como Portador/a de Diploma;
- III. tenha sido transferido/a de outra instituição ou tenha efetuado transferência interna de curso;
- IV. tenha participado de mobilidade estudantil outenha cursado o componente curricular com proveito, como aluno/a regular ou não, em outra instituição.

Ainda segundo a Organização Didática o aproveitamento de conhecimento e experiências anteriores será feito mediante requerimento enviado à Secretaria de Controle Acadêmico do campus pelo/a aluno/a ou por seu representante legal, devendo ser acompanhado dos seguintes documentos:

- I. histórico escolar (parcial/final) com a carga horária e a verificação dos rendimentos escolares dos componentes curriculares;



II. ementa dos componentes curriculares com programas de ensino, cursados no mesmo nível de ensino ou Curso de nível superior afim.

Vale ressaltar que, considerando a especificidade do Curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena, o aproveitamento dos estudos realizados poderá concretizar-se, se e somente se, essa formação estiver fundamentada em um curso de Interculturalidade Indígena.

A verificação do aproveitamento dar-se-á após análise do processo, desde que seja respeitado o mínimo de 75% de similaridade dos conteúdos e a carga horária igual ou superior a do(s) componente(s) do curso pretendido, com parecer favorável do/a professor/a do componente curricular e do/a Coordenador/a do Curso. Não será concedida dispensa o componente curricular que tenha pré-requisito e que este não tenha sido cumprido.

Outra forma de aproveitamento de experiências anteriores prevista pela Organização Acadêmica do IF Sertão PE é a Avaliação de Competências. Trata-se de um processo de reconhecimento e certificação de estudos, conhecimentos, competências e habilidades anteriormente desenvolvidas por meio de estudos não necessariamente formais ou no próprio trabalho, a qual se dará através de exame individual do/a aluno/a.

As inscrições para a Avaliação de Competências deverão ser feitas sempre no início de cada período letivo de acordo com o seguinte calendário: o/a aluno/a terá prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de início do período letivo para fazer o requerimento junto a Secretaria de Controle Acadêmico. O requerimento será encaminhado à Coordenação do Curso, que comunicará a solicitação à chefia do Departamento de Ensino, indicando nomes de 03 (três) professores/as da área em questão, do IF Sertão PE ou convidado/a de outra instituição, para constituição de banca examinadora através de portaria emitida pela Direção Geral. A Banca Examinadora terá 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação da Portaria, para realizar a avaliação e proferir os resultados.

O/A aluno/a que submeter-se ao processo de reconhecimento de estudos deverá cursar regularmente, no mínimo, 40% (quarenta por cento) da carga horária total para a integralização do curso. Não haverá possibilidade de integralização antes do tempo mínimo de 4 (quatro) anos enquanto a primeira turma não estiver formada, visto que o curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IF Sertão PE Campus Floresta ainda estará em fase de implantação.

Vale salientar que o/a aluno/a deverá continuar frequentando todas as aulas em que estiver matriculado/a, conforme a matriz curricular, até o deferimento do pedido de aproveitamento. O/A discente reprovado/a no processo de Avaliação de Competência deve cursar integralmente o componente curricular que foi objeto de sua avaliação, e não lhe é permitido requerer novo processo de avaliação para o mesmo componente.

A aceleração de estudos, também prevista na Organização Acadêmica do IF Sertão PE, é a forma



de propiciar aos/as estudantes a possibilidade de avanço nos cursos mediante verificação do aprendizado. Ela correrá nos mesmos moldes da avaliação de competências.

4.14. Ementário dos Componentes Curriculares

O enfoque e o ementário da Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena apresentado a seguir, indicam os saberes e áreas do conhecimento que poderão ser tratados em cada semestre. Entretanto, há que se registrar que cada semestre e cada área do conhecimento estão abertas para discussões que vem ao encontro das demandas das comunidades indígenas, consideradas as ementas devidamente registradas. Assim, o docente terá a responsabilidade de, em discussão na Etapa de Planejamento, construir um plano de trabalho que atenda necessidades prementes conforme o contexto da época e realidade na qual a disciplina será ofertada.

Nesta perspectiva, os docentes que atuarão nos respectivos períodos definirão com maior detalhamento os conteúdos e metodologias adotadas. Os temas referenciais norteiam de maneira transversal, inter e multidisciplinar a construção do conhecimento em todos os componentes curriculares, ou seja, de um modo ou de outro, estarão presentes nas discussões empreendidas nas semanas relativas ao Tempo IF, que conduzirá os trabalhos propostos para realização durante o Tempo Aldeia.

Considerando a característica do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena, a orientação, principalmente a partir do terceiro semestre, é de que os trabalhos das disciplinas a serem realizados no Tempo Aldeia sigam a orientação de privilegiar os conhecimentos tradicionais, conforme o entendimento de uma “Escola Específica e Diferenciada”. Ou seja, os trabalhos das disciplinas deverão sempre considerar uma temática que compõe a rotina da tradição cultural do Povo a que pertence o acadêmico para dar início às atividades orientadas pelos docentes responsáveis pelas disciplinas ofertadas no curso para o exercício do saber escolar.

Entende-se, então, que os componentes curriculares orientam o curso a partir da concepção de um currículo integrado, intercultural, articulado e compartilhado “intimamente” por todos os docentes ao longo de cada semestre, e que, de um modo ou de outro, envolve a comunidade indígena. Neste aspecto, todos os temas devem buscar um diálogo intercultural com abordagem da etnociência: conteúdos específicos contextualizados são fundamentais para apresentar uma ciência próxima, viva, dinâmica, em transformação.

São apresentados a seguir, e de forma detalhada, os componentes curriculares do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IFSertãoPE Campus Floresta, com suas ementas e referências bibliográficas, de acordo com o percurso formativo estabelecido pela Matriz Curricular.

4.14.1. Componentes curriculares obrigatórios por semestre

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
1º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
História da Educação Brasileira e Educação Escolar Indígena		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Estuda a História da Educação Brasileira e Escolar Indígena no contexto social em diferentes momentos. Protagonismo indígena e processos de luta na Educação Escolar Indígena específica, diferenciada, coletiva, bilíngue, autônoma e intercultural.			
Bibliografia Básica			
<p>ALMEIDA, E. A. de. A Interculturalidade no Currículo da Formação de Professoras e Professores Indígenas no Programa de Educação Intercultural da UFPE/CAA - Curso De Licenciatura Intercultural. Recife: UFPE, 2017, 225p. Tese (Doutorado em Educação).</p> <p>LUCIANO, G. J. dos S. Educação Escolar Indígena no século XXI: encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.</p> <p>SOARES, L. K. da S. R.; RAMOS, A. da S.; FERST, E. M.; SILVA, G. B. Educação escolar indígena no Brasil: avanços e retrocessos ao longo da história da educação. 125-128p. (s/d). Disponível em: https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/210102932.pdf. Acesso 15/10/24.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BARBALHO, J. I. Discurso como prática de transformação social: o político e o pedagógico na educação intercultural Pankará. Recife, UFPE, , 2012. 443p. Tese (Doutorado em Educação).</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.</p> <p>BRASIL, Governo Federal. <i>Lei nº 9394, de 20/12/1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional</i>. Brasília, DF, 1996.</p> <p>TASSINARI, A. M. I. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, A. L. da; FERREIRA, M. K. L. (org.). Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001, 44- 70p.</p> <p>VEIGA, J.; SALANOVA, A. (Orgs). Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto da escola. Brasília: FUNAI/DEDOC; Campinas: 2001.</p>			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
1º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Educação Decolonial e Educação Intercultural: Desafios e Possibilidades		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Estuda os processos da educação decolonial e a educação intercultural como possibilidades para a efetivação da educação escolar indígena: específica, diferenciada, bilíngue e intercultural e seus desafios.			
Bibliografia Básica			
OLIVEIRA, L. F. de; CANDAU, V. M. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. Educ. rev. [online]. 2010, vol.26, n.1, pp. 15-40.			
WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad : las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, jul./dez. 2008.			
WALSH, C. ¿Son posibles unas ciencias sociales/cultural e otras? Reflexiones en torno a epistemologías decoloniales. In: SAAVEDRA, José Luis (Org.). Educación Superior, interculturalidad y descolonización . La Paz: Fundación PIEB-CEUB, 2007.			
Bibliografia Complementar			
ALBUQUERQUE. J. G. Educação Escolar Indígena : do panóptico há um espaço possível de subjetivação na resistência. Tese de doutorado. Unicamp, 2007.			
DALLA ROSA, L. C. Bem viver e terra sem males: a cosmologia dos povos indígenas como uma epistemologia educativa de decolonialidade. Educação , v.42, n.2, p.298-307, 2019.			
SEVERINO, A. J.; ROMÃO, N. P. Posições decolonizantes no pensamento filosófico-educacional no Brasil. In: SEVERINO, A. J.; MARCONDES, O. M. (orgs.) Filosofia da Educação na América Latina - diálogos, aproximações e perspectivas . São Paulo: Cartago, 2019.			
WALSH, C. Interculturalidad y colonialidade poder: Un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. In: WALSH, C.; MIGNOLO, W.; LINERA, Á. G. (Org.). Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento . Buenos Aires: Editorial Signo, 2006.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
1º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Antropologia Intercultural		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
<p>Estuda o surgimento da Antropologia e de seus principais conceitos, categorias analíticas e enfoques teóricos. Reflexão sobre os aspectos históricos, sociais e culturais relacionados ao processo de colonização dos povos indígenas. Discussão sobre a alteridade e o reconhecimento da diversidade étnica. Compreensão dos universos epistemológicos das diferentes etnias e análise crítica de conceitos como etnocentrismo, genocídio e etnocídio, a partir de uma perspectiva intercultural que valorize os saberes originários e os modos de vida dos povos indígenas.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>CASTRO, E. V. de. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.</p> <p>CUNHA, M. C. da. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, 2a. ed.</p> <p>OLIVEIRA, J. P. de. A Viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1999.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, C. A Crise Moderna da Antropologia. Revista de Antropologia, 1962.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, C. O Nascimento do Brasil e outros ensaios "Pacificação", Regime Tutelar e Formação de Alteridades. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2016.</p> <p>OLIVEIRA, J. P. de. A Presença indígena no Nordeste. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2001.</p> <p>SAHLINS, M. O. 'Pessimismo Sentimental' e a Experiência Etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção. Mana, v. 3, n. 1, p. 43-73, 1997 e Mana, v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997.</p>			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
1º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
O ensino para a formação do professor pesquisador		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Estuda os fundamentos da pesquisa como solução de problemas na área da educação. Pesquisa em educação escolar indígena. O perfil do professor pesquisador no contexto escolar indígena. Planejamento e desenvolvimento de pesquisas. Regras da ABNT na produção dos textos acadêmicos.			
Bibliografia Básica			
<p>ANDRÉ, M. (Org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas, SP. Papyrus, 2001.</p> <p>GIL, A. C. Como elaborar projeto de pesquisa. 7ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2022.</p> <p>MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico. 9ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2021.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>ALBUQUERQUE. J. G. Educação Escolar Indígena: do panóptico há um espaço possível de subjetivação na resistência. Tese de doutorado. Unicamp, 2007.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Normas ABNT sobre documentação. Rio de Janeiro, 2000.</p> <p>HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ CALLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, M. del P. Metodologia de pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2013.</p> <p>MOREIRA. H.; CALEFFE, L. G.. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018.</p>			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
1º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Números, Contagem e Classificação		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
<p>Estuda os sistemas de numeração de diferentes povos e os diferentes agrupamentos (bases numéricas); a escrita dos números dos povos culturalmente distintos; Sistema de Numeração Decimal; conceitos de adição, subtração, multiplicação e divisão. Ampliar e construir novos significados para a ideia de número a partir de diferentes sistemas de numeração nos diversos contextos históricos e culturais mais especificamente o Sistema de Numeração Decimal, como linguagem sistematizada dos números e as operações básicas no campo dos números naturais e racionais, com foco na natureza do conhecimento matemático.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>ALMEIDA, F. M. M. de B. Sistemas de numeração precursores do sistema indo-árabe. São Paulo: Livraria da Física, 2012.</p> <p>BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.</p> <p>FERREIRA, M. K. (Orgs). Ideias Matemáticas de povos culturalmente distintos. Fapesp. São Paulo. Global, 2002.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BITTAR, M.; FREITAS J. L. M. de. Fundamentos e Metodologia de Matemática para os Ciclos Iniciais do Ensino Fundamental. Campo Grande- RS: Editora UFMS, 2001.</p> <p>FERREIRA, M. K. L. Com quantos paus se faz uma canoa! A Matemática na vida cotidiana e na experiência escolar indígena. MEC, 1994.</p> <p>IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de Matemática Elementar Volume 6 Complexos, Polinômios e Equações. Conjuntos e Funções. São Paulo: ATUAL. 2006.</p> <p>MENDES, I. A. Números o Simbólico e o Racional na História. São Paulo: Livraria da Física, 2006.</p> <p>VERGANI, T. Matemática & Linguagem: olhares interactivos e transculturais. Portugal: Pandora, 2002.</p>			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
1º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Prática de Ensino em Matemática Intercultural I		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
<p>Estuda os objetivos do ensino de matemática na Educação Básica. A docência e o futuro professor de matemática. Histórico das Leis de Diretrizes e Bases no Brasil e o ensino de matemática nesse contexto. Organização do ensino e da disciplina de Matemática na Educação Básica de acordo com os documentos oficiais. O plano de aula. Observações do ambiente e cotidiano escolar. Intervenções didáticas. Planejamento e desenvolvimento de aulas e atividades práticas de ensino.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. 62. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2019.</p> <p>MOREIRA, P. C.; DAVID, M. M. M. S. A formação matemática do professor: licenciatura e prática docente escolar. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p> <p>SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.</p> <p>FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2007.</p> <p>PAIS, L. C. Ensinar e aprender matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p> <p>TOMAZ, V. S.; DAVID, M. M. M. S. Interdisciplinaridade e aprendizagem da matemática em sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.</p> <p>VIEIRA, A. R. L. Do enredo à passarela da pesquisa: os saberes experienciais na docência em matemática. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/2428.</p>			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
1º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Estudo na Aldeia I: Terra e Identidade		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: ---	
Carga Horária			
Tempo IF: 15h	Tempo Aldeia: 60h	Total: 75h	
Ementa			
Território enquanto espaço de produção de sentido através da cosmovisão de saberes: espaço sagrado de expressão cultural, de existência e resistência e construção da identidade étnica. Territórios tradicionais ocupados pelos indígenas de Pernambuco.			
Bibliografia Básica			
SANTOS, A. C. dos. Sons, torés e toantes da Corrida do Imbu : afirmação e reafirmação do ser indígena Pankararu. Salvador: UFBA, 193p.			
SANTOS JÚNIOR, C. F. dos. Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco : historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). Recife: UFPE/CFCH-PPG em História, 2015, 228 p.			
SILVA, E. H. Xukuru : memórias e história dos índios da Serra Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-19899. Campinas: UNICAMP, 2008. (Tese de Doutorado em História). 299p.			
Bibliografia Complementar			
LIMA, A. P. F.; SAMPAIO, J. A. L.; ANDRADE, L. E. <i>et al.</i> KAMBINAWÁ : pensando o lugar com o Território, 2017, 24p. Disponível em: https://cclf.org.br/wp-content/uploads/2018/08/2017_kapinawa_pensando-a-gestao.pdf . Acesso em 15/10/24.			
MENDONÇA <i>et al.</i> Nossa Serra, nossa terra : identidade e território tradicional Atikum e Pankará. 2012. Disponível em: http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/Nossa%20Serra%20Nossa%20Terra/nossa_serra_comclu.pdf . Acesso em 30/09/2024.			
OLIVEIRA, E. G. da S. Os indígenas Pankará, o rio São Francisco e a barragem de Itaparica (Luiz Gonzaga) : movimentos identitários e relações socioambientais no Semiárido pernambucano (1940-2010). São Paulo: FFLCH, Universidade de São Paulo, 2022, 250p. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.8.2022.tde-04102022-153000 .			
SILVA, A. L. A temática indígena na escola . Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
2º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Políticas Públicas, Legislação e Gestão da Educação Intercultural Indígena		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
<p>Estuda o estado, o direito, a organização da educação. Reflexão sobre os ordenamentos legislativo e normativo que regem a sociedade brasileira, especialmente no que se refere às relações da escola com a sociedade e os dispositivos que regulamentam a vida intra escolar. A legislação e o contexto da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio no Brasil. Compreensão da maneira de se articular a realidade da unidade escolar onde atua com as exigências dos sistemas de ensino, a fim de se atingir os objetivos preconizados pela legislação do País.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>BRASIL. Governo Federal. Lei nº 9394, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Brasília, 1996.</p> <p>MENESES, J. G. C., <i>et al.</i> Educação Básica: Políticas, Legislação e Gestão – Leituras. São Paulo: Pioneira. Thomson Learning, 2004.</p> <p>SAVIANI, D. A nova lei da educação. Campinas: Autores Associados, 2001.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BRASIL. Governo Federal. Lei nº 10.172/01. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001.</p> <p>BRASIL. Governo Federal. Lei nº 11.494/2007 – FUNDEB. Brasília, 2007.</p> <p>BRASIL. MEC, SECAD. Cadernos Cead 3. Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola. Brasília: MEC, 2007.</p> <p>BRZEZINSKI, I. (org). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. SP: Cortez, 1997.</p> <p>CARNEIRO, M. A. LDB Fácil. Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. São Paulo: Vozes, 2010.</p>			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
2º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Literaturas Indígenas e Tradição Oral		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h		Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h
Ementa			
Estuda a tradição oral, memória e mito. Memórias e histórias dos povos indígenas. Literaturas e tradição oral dos povos indígenas. Narrativas orais e musicalidade: o som, a palavra, o gesto, a voz, os instrumentos. Produção e transmissão de saberes/conhecimentos pela oralidade e escrita. Produções autorais dos povos indígenas.			
Bibliografia Básica			
ALBERTI, V. Manual de História Oral . 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. ARRUTI, J. M. A. O reencantamento do mundo: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu . Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 1996. (Dissertação Mestrado em Antropologia Social). OLIVEIRA, J. P. (org.). A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena . 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.			
Bibliografia Complementar			
HOENTHAL Jr., W. D. As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco. Revista do Museu Paulista , Nova Série, volume XII, São Paulo: 1960, p. 37-71. ISIDORO, E. A.; COUTO, F. P.; CAMARGOS, Q. F. (Org.). Licenciaturas Interculturais Indígenas: a área de Linguagens e suas interfaces . 1ed. Ji-Paraná: Unir, 2018, v. 1, p. 101-123. KOPENAWA, D.; ALBERT, B. A Queda do Céu: Palavras de um xamã yanomami . São Paulo: Companhia das Letras, 2015. MARTINS, A. M. S. A formação linguística proposta na área de Linguagens do curso de Licenciatura Intercultural Indígena – Teko Arandu: experiências e desafios. In: MARTINS, A. M. S.; ABRANTES, C. T.; MENDONÇA, M. J. <i>et al.</i> Nossa Serra, nossa terra: identidade e território tradicional Atikum e Pankará . Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. SILVA, M. P. da. A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008 . 2ª ed. Recife: Ed. Dos Organizadores, 2016, 177p.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
2º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Introdução à Filosofia Intercultural		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Estuda o pensamento filosófico na perspectiva indígena. Conceito de Filosofia e suas Interculturalidade. O pensamento filosófico indígena como fonte de uma educação intercultural. As bases do pensamento intercultural para a Filosofia da Educação.			
Bibliografia Básica			
KOPENAWA, D.; ALBERT, B. A queda do céu . Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 729 p.			
KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo . São Paulo: Companhia das Letras, 2019.			
KRENAK, A. Futuro ancestral . São Paulo: Companhia das Letras, 2022.			
Bibliografia Complementar			
BANIWA, G. Educação escolar indígena no século XXI : encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.			
KAMBEBA, M. O lugar do saber ancestral . São Paulo: Uk'a Editorial, 2021. 142 p.			
KAYAPÓ, E. Um estranho espartaco na aldeia . São Paulo: Primata, 2021. 92 p.			
SANTOS, F. M et. al. (org.). Serras, nascentes e grutas : patrimônios naturais, culturais e identitário do povo indígena Pankararu. Petrolina: Editora IFSertãoPE, 2023.			
SMITH, L. T. Descolonizando metodologias : pesquisa e povos indígenas. Trad. Barbosa, R. G. Curitiba: Editora UFPR, 2018.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
2º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Sociologia Anticolonial		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Estuda a modernidade como constituição social do projeto poder/dominação. A resistência vinda dos múltiplos povos do mundo. O pensamento anticolonial e seus desdobramentos. Estruturas e instituições sociais coloniais e as lógicas de resistência: conexões entre a decolonialidade e a interculturalidade.			
Bibliografia Básica			
<p>CHATES, T. de J. Ensino de Sociologia e Lei 11.645/08: experiências de ensino, pesquisa e extensão no IFBA. Revista em Debate, Florianópolis, n. 14, p. 122-139, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/download/1980-3532.2015n14p122/32248. Acesso em: 17 de outubro 2020.</p> <p>[MAYÁ] MUNIZ, Maria. A Escola da Reconquista. Arataca-BA, Teia dos Povos, 2021.</p> <p>QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>ADICHIE, C. N. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.</p> <p>DALLA ROSA, L. C. Bem viver e terra sem males: a cosmologia dos povos indígenas como uma epistemologia educativa de decolonialidade. Educação, v.42, n.2, p.298-307, 2019.</p> <p>MEMMI, A. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1967.</p> <p>MILLS, W. A imaginação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972.</p> <p>MONTEIRO PENHA, I. L. O conhecimento indígena é uma matéria decolonial? Revista Brasileira De Estudos Do Lazer, n.º 10, v.03, 2024, p. 133–146. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/48534.</p>			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
2º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
O estudo da Matemática e suas diferentes maneiras de medir		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
<p>Estuda os sistemas operacionais e aplicativos usados no ensino e na pesquisa. Uso de editores de texto, planilhas, apresentações e navegação na internet. Noções básicas de bancos de dados. Compreensão das tecnologias digitais e seus impactos na educação. Formação para o uso pedagógico das tecnologias digitais. Reconhecimento da internet como ferramenta de aprendizagem. Reflexão sobre o papel do professor conectado. Integração entre saberes indígenas e tecnologias digitais. Valorização de tecnologias tradicionais indígenas no ensino da matemática. Elaboração de estratégias que articulem cultura, tecnologia e educação.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>BITTAR, M.; FREITAS J. L. M. de. Fundamentos e Metodologia de Matemática para os Ciclos Iniciais do Ensino Fundamental. Campo Grande – RS: Editora UFMS, 2001.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: matemática. Brasília: MEC/SEF, 1997.</p> <p>FOSSA, J. A. (Org). Matemática e Medida: Três Momentos Históricos. São Paulo Editora: Livraria da Física, 2009.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BERTON, I. C. B.; ITACARAMBI, R. R. Geometria Brincadeiras e Jogos. São Paulo. LF Editorial, 2008.</p> <p>BRASIL. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.</p> <p>LINDQUIST, M. M.; SHULTE A. (Orgs.). Aprendendo e ensinando geometria. São Paulo: Editora Atual, 1994.</p> <p>MACHADO, N. J. Vivendo a matemática: medindo comprimentos. 7.ed. São Paulo: Scipione, 1990.</p> <p>RÊGO, R. G.; RÊGO, R. M.; VIEIRA, K. M. Laboratório de Ensino de Geometria. Coleção Formação de Professore. Campinas: Autores Associados, 2012.</p>			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
2º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Prática de Ensino em Matemática Intercultural II		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
Estuda e reflete sobre as propostas curriculares atuais para o ensino de matemática. Metodologias e recursos didáticos para o ensino/aprendizagem da matemática na Educação Básica. Projeto Político Pedagógico (PPP): concepção de ensino/aprendizagem e papéis dos sujeitos. Observações do ambiente e cotidiano escolar. Intervenções didáticas. Elaboração de projeto educacional. Planejamento e desenvolvimento de oficinas de formação docente/discente.			
Bibliografia Básica			
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Brasília: MEC, 2018. VEIGA, I. P.A. (Org.). As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico . Campinas, 4. ed. SP: Papyrus, 2001. LORENZATO, S. Para aprender matemática . 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.			
Bibliografia Complementar			
D' AMBROSIO, U. Educação Matemática: da Teoria à Prática , 22ª edição, Ed. Papyrus, 2011. FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos . 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2007. LIMA, E. L. Matemática e Ensino . Rio de Janeiro: SBM, 1a Edição, 2001. (Coleção do Professor de Matemática) MOREIRA, P. C.; DAVID, M. M. M. S. A formação matemática do professor: licenciatura e prática docente escolar . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. MUNIZ, C. A. Brincar e Jogar - Enlaces teóricos e metodológicos no campo da Educação Matemática . 1ª Ed. Autêntica. 2010.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
2º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Estudo na Aldeia II: Organização e Gestão Territorial		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: ---	
Carga Horária			
Tempo IF: 15h		Tempo Aldeia: 75h	Total: 90h
Ementa			
Condições para produção e reprodução cultural, religiosa e econômica de sustentabilidade. Projetos societários dos povos. Territórios, conservação e usufruto sustentável dos recursos naturais. Mobilizações e estratégias de lutas para a garantia dos direitos constitucionais. Autonomia sociocultural. As instâncias de controle político e social dos/nos povos indígenas.			
Bibliografia Básica			
SANTOS, A. C. dos. Sons, torés e toantes da Corrida do Imbu : afirmação e reafirmação do ser indígena Pankararu. Salvador: UFBA, 193p.			
SANTOS JÚNIOR, C. F. dos. Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco : historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). Recife: UFPE/CFCH-PPG em História, 2015, 228 p.			
SILVA, E. H. Xukuru : memórias e história dos índios da Serra Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-19899. Campinas: UNICAMP, 2008. (Tese de Doutorado em História). 299p.			
Bibliografia Complementar			
CUNHA JÚNIOR, José Lopes da. Educação escolar indígena em Pernambuco: interculturalidade, retomadas e sujeitos indígenas . Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.			
LIMA, A. P. F.; SAMPAIO, J. A. L.; ANDRADE, L. E. <i>et al.</i> KAMBINAWÁ : pensando o lugar com o Território, 2017, 24p. Disponível em: https://cclf.org.br/wp-content/uploads/2018/08/2017_kapinawa_pensando-a-gestao.pdf . Acesso em 15/10/24.			
MENDONÇA <i>et al.</i> Nossa Serra, nossa terra : identidade e território tradicional Atikum e Pankará. 2012. Disponível em: http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/Nossa%20Serra%20Nossa%20Terra/nossa_ser_ra_comclu.pdf . Acesso em 30/09/2024.			
RABELO, T. da S.; MATOS, F. de O.; LIMA, A. E. F. A concepção de território e sua importância na gestão de terras indígenas. Revista Eletrônica do PRODEMA , Fortaleza, v. 15, n. 2, p. 149-158, maio 2022. Disponível em: http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/682 . Acesso em: 21 nov. 2024.			
SILVA, E. M. da.; SOUZA, J. R. de S.; SILVA, M. M. da. Contribuição da escola Pankará para as práticas de sustentabilidade e cuidado com o Meio Ambiente . Caruaru, CAA/UFPE, 2012. (Trabalho Conclusão Curso Licenciatura Intercultural Indígena).			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
3º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Análise e Produção de Textos		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h		Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h
Ementa			
Estuda os processos de leitura significativa e interpretativa. Coesão e coerência; operadores argumentativos. Leitura e produção de textos acadêmicos: esquemas, fichamentos, resumos, resenhas, ensaios, artigos científicos, relatórios. Regras da ABNT para a formatação de textos acadêmicos. Citações. Referências.			
Bibliografia Básica			
ABREU, A. S. Curso de redação . 11 ed. São Paulo: Ática, 2000. CARNEIRO, A. D. Redação em Construção : a escrita do texto. São Paulo: Moderna, 2001. FARACO, C. A.; TEREZZA, C. Prática de texto : linguagem portuguesa para estudantes universitários. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.			
Bibliografia Complementar			
ATUNES, I. Língua Textos e Ensino : outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2009 FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto : leitura e redação. São Paulo: Ática, 1997. FREIRE, P. A importância do ato de ler . 29 ed. São Paulo: Cortez, 1994. GERALDI, J. W. (org.). O texto na sala de aula . 3. ed. São Paulo: Ática, 2001. KOCH, I. V. A Coesão Textual . 6 Ed. São Paulo: Contexto, 1993.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
3º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Educação Especial e Inclusiva		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
<p>Estuda os princípios, fundamentos e perspectivas da Educação Especial e Inclusiva. Estudo dos principais conceitos e terminologias relacionados às deficiências, considerando aspectos históricos, sociais e culturais que envolvem a pessoa com deficiência no Brasil e no mundo. Reconhecimento e compreensão das diferentes deficiências e suas especificidades. Análise crítica das políticas públicas, marcos legais e documentos orientadores. Discussão sobre os contextos educacionais, os avanços e desafios na prática pedagógica e na escolarização de pessoas com necessidades específicas. Reflexão sobre o papel da escola, do/a professor/a e da sociedade na construção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Ed.Mediação, 2004.</p> <p>STAINBACK, S. E STAINBACK W. Inclusão - Um Guia para Educadores. ArtmedEd., Porto Alegre, 1999.</p> <p>WERNECK, C. Sociedade inclusiva: quem cabe no seu todos? Rio de Janeiro: WVA, 2002.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>ALMEIDA, M. A Formação do professor para a educação especial: história, legislação e competência. Cadernos de Educação Especial, n. 24, Santa Maria, p. 23-32, 2004</p> <p>MANTOAN, M. T. E. A Integração de Pessoas com Deficiência. São Paulo: Ed.Memnon, 1997.</p> <p>PADILHA, A. M. L. Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas, SP Editora: Autores Associados, 2001.</p> <p>SASSAKI, R. K. Inclusão - Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1997.</p> <p>VITALIANO, C. R.; DALL'ACQUA M. J. C. Análise das diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura em Relação à Formação de Professores para Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais. Revista Teias. v. 13 n. 27 p. 103-121. Jan./abr. 2012.</p>			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
3º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Etnomatemática e Práticas Culturais		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h		Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h
Ementa			
Estuda o conceito de Etnomatemática; A Etnomatemática na construção dos conceitos matemáticos; Saber e fazer matemática; Formas de contar, medir e noções de espaço em diferentes culturas; Prática escolar e a construção de jogos e brincadeiras para a aprendizagem intercultural.			
Bibliografia Básica			
D'AMBRÓSIO, U. Etnomatemática . Arte ou técnica de explicar e conhecer. São Paulo: Ática, 1990. FERREIRA, M. K. L. Com quantos paus se faz uma canoa? A Matemática na vida cotidiana e na experiência escolar indígena – Brasília-DF: MEC – Secretaria de Educação Fundamental, Dptº de Política Educacional, Assessoria de Educação Escolar Indígena, 1994. SILVA, A. A.; JESUS, E. A. de; SCANDIUZZI, P. P. Educação etnomatemática . Concepções e trajetória. Goiânia: PUC/GO, 2010.			
Bibliografia Complementar			
ARANÃO, I. V. D. A matemática através da brincadeira e de jogos . Campinas: Papirus.2000 BARBOSA, R. M. Conexões e educação matemática: brincadeiras, explorações e ações , Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. SEVERINO-FILHO, J.; JANUÁRIO, E. Os marcadores de tempo indígenas e a etnomatemática: a pluralidade epistemológica da ciência . Revista Zetetiké, v. 19, 2011. p. 37-70. SILVA, A. A.; JESUS, L. H. Práticas Pedagógicas em Matemática: Matemática Intercultural . Cáceres: Layout: Gráfica, 2021. SOARES, E. S. Ensinar Matemática: Desafios e Possibilidades . Belo Horizonte: Dimensão, 2009.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
3º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Didática Intercultural		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
Estuda as Bases Teóricas e Práticas do trabalho docente. Evolução histórica e tendências atuais. As questões fundamentais da didática. A multidisciplinaridade da Didática. Finalidades e objetivos educacionais. Diferenciação. Domínios cognitivos, afetivos e psicomotor. Conteúdos curriculares: politização dos conteúdos, seleção, organização sequencial. A questão metodológica: enfoque progressista, o trabalho em grupo. Avaliação da aprendizagem: diferentes enfoques, recursos. O planejamento de ensino, tipos de planejamento.			
Bibliografia Básica			
GRUPIONI, L. D. B. Experiências e desafios na formação de professores indígenas . Brasília: INEP, 2003. LOPES, A. C.; MACEDO, E. Currículo . Debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2005. PIMENTEL, M. da G. O professor em construção . 7ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.			
Bibliografia Complementar			
CANDAU, V. M. Didática em questão . Petrópolis: Vozes, 2009. DOLL JR. W. E. Currículo . Uma perspectiva pós-moderna. Porto Alegre: Artmed, 2007. LIBÂNEO, J. C. Didática . São Paulo: Cortez, 2014. MIZUKAMI, M. da G. N. Ensino : abordagens do processo. São Paulo: EPU, 2016. PIMENTA, S. G. Didática e Formação de Professores: percursos e perspectivismo Brasil e em Portugal . São Paulo: Cortez, 2017.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
3º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Tecnologias Indígenas e Digitais no Ensino de Matemática		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
<p>Estudo de ferramentas digitais e tecnologias aplicadas ao ensino e aprendizagem da Matemática. Uso de editores de texto, planilhas, aplicativos de apresentação, recursos online e plataformas digitais. Noções básicas de bancos de dados e sua aplicação em práticas pedagógicas. Cultura digital, cidadania digital e competências digitais na formação docente, conforme a Lei nº 14.533/2023. Análise crítica das tecnologias e seus impactos na educação. Integração de saberes indígenas, recursos digitais e metodologias inovadoras em contextos interculturais.</p>			
Bibliografia Básica			
BORBA, M. de C., PENTEADO, M. G. A Informática em Ação . BeloHorizonte: Autentica 2000.			
BORBA, M. de C.; PENTEADO, M. G. Informática e educação matemática . 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autentica, 2005.			
BRITO, G. da S., PURIFICAÇÃO, I. da. Educação e Novas Tecnologias , 2008.			
Bibliografia Complementar			
CONCEIÇÃO, E. de F. V. da; ASTUDILLO, M. R. V. A competência digital do professor e a Política Nacional da Educação Digital (Lei 14.533/2023). Contribuciones a las Ciencias Sociales , v. 16, n. 10, p. 18859–18878, out. 2023. DOI:10.55905/revconv.16n.10-010.			
PAIS, L. C. Novas Tecnologias - Educação e Sociedade . Belo Horizonte: AUTENTICA, 2001			
PAPERT, S. Inovadores e Conservadores (Cap. 1). In: A Máquina das Crianças: Repensando a escola na era da informática (Tradução: Sandra Costa). Porto Alegre: artes Médicas, 1994.			
PENTEADO, M. Possibilidades para a Formação de Professores de Matemática. In: PENTEADO, M.; BORBA, M. C. (Orgs.) A Informática em Ação: Formação de Professores, pesquisa e extensão . São Paulo: Olho d'Água, 2000.			
VALENTE, J. A. (Org.). Computadores e conhecimento, repensando a educação . Campinas(SP): Gráfica da UNICAMP 1993.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
3º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Prática de Ensino em Matemática Intercultural III		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h		Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h
Ementa			
Estuda e reflete sobre a avaliação da aprendizagem e os principais sistemas de avaliação das redes de ensino. Análise do livro didático de matemática e do PNLD. Intervenções didáticas. Confecção de material didático-pedagógico para a instrumentação da prática docente. Planejamento e desenvolvimento de aulas e atividades práticas de ensino. Elaboração e desenvolvimento de projetos interdisciplinares.			
Bibliografia Básica			
FIORENTINI, D. (Org.). Formação de professores de matemática : explorando novos caminhos com outros olhares. Campinas: Mercado de Letras, 2003. RABELO, M. L. Avaliação Educacional : Fundamentos, Metodologia e Aplicações no Contexto Brasileiro. Rio de Janeiro: SBM, 2013. TOMAZ, V. S.; DAVID, M. M. M. S. Interdisciplinaridade e aprendizagem da matemática em sala de aula . Belo Horizonte: Autêntica, 2021.			
Bibliografia Complementar			
CONSALTER, M. A. S. Elaboração de projetos : da introdução à conclusão. Curitiba: Intersaberes, 2012. FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos . 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2007. LOPES, C. E; MUNIZ, M. I. S. O processo de avaliação nas aulas de matemática . Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010. MENDES, I. A. Matemática e investigação em sala de aula : tecendo redes cognitivas na aprendizagem. 2. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Livraria de física, 2009. OLIVEIRA, A. N. de; SIQUEIRA, M. C. A.; BANDEIRA, D. J. A. (orgs.). Ensino de Ciências e Matemática : Educação Indígena, Metodologias de Ensino e Avaliação da Aprendizagem. Rio de Janeiro: LF Editorial, 2022.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
3º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Estudo na Aldeia III: História, Escola Indígena e Docência		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: ---	
Carga Horária			
Tempo IF: 15h		Tempo Aldeia: 75h	Total: 90h
Ementa			
Experiências de vida dos ancestrais. Luta e resistência dos povos pela garantia do território. Linha do tempo na história de cada povo nos momentos de resistência. A história de luta pela educação escolar indígena para autonomia política, fortalecimento da identidade e contribuição para o projeto de vida de cada povo.			
Bibliografia Básica			
SANTOS, A. C. dos. Sons, torés e toantes da Corrida do Imbu : afirmação e reafirmação do ser indígena Pankararu. Salvador: UFBA, 193p.			
SANTOS JÚNIOR, C. F. dos. Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco : historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). Recife: UFPE/CFCH-PPG em História, 2015, 228 p.			
SILVA, E. H. Xukuru : memórias e história dos índios da Serra Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-19899. Campinas: UNICAMP, 2008. (Tese de Doutorado em História). 299p.			
Bibliografia Complementar			
ANDRADE, U. M. Um rio de histórias : a formação da alteridade Tumbalalá e a rede de trocas do Sub-Médio São Francisco. São Paulo, USP, 2002 (Dissertação Mestrado em Antropologia).			
ANJOS, A. dos; LAURIS, E.; MARTINS, P. S. V.; SANTOS, R. A.. Justiça e o marco temporal de 1988 : as teses jurídicas em disputa no STF sobre terras Indígenas. 1. ed., Curitiba, PR : Terra de Direitos, 2022.			
LIMA, A. P. F.; SAMPAIO, J. A. L.; ANDRADE, L. E. <i>et al.</i> KAMBINAWÁ : pensando o lugar com o Território, 2017, 24p. Disponível em: https://cclf.org.br/wp-content/uploads/2018/08/2017_kapinawa_pensando-a-gestao.pdf . Acesso em: 15/10/2024.			
MENDONÇA <i>et al.</i> Nossa Serra, nossa terra : identidade e território tradicional Atikum e Pankará. 2012. Disponível em: http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/Nossa%20Serra%20Nossa%20Terra/nossa_serra_comclu.pdf . Acesso em 30/09/2024.			
NASCIMENTO, R. G. do. Rituais de Resistências : experiências pedagógicas Tapeba 2009. (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
4º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Didática da Matemática Intercultural		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
Estuda e reflete sobre a importância e objetivo da Didática da Matemática. Relações e implicações da Didática na prática do professor de matemática. A relação teoria e prática na construção da Matemática e no trabalho pedagógico do professor. O cotidiano da sala de aula. Planejamento de ensino e suas estruturas. Objetivos e seleção de conteúdo para o Ensino de Matemática. Avaliação da aprendizagem. Ensino da Matemática: aspectos teóricos e metodológicos. Recursos didáticos: possibilidade e utilização adequada.			
Bibliografia Básica			
D'AMORE, B. Elementos de Didática da Matemática . Tradução de Maria Cristina Bonomi. São Paulo: Editora da Física. 2007.			
PAIS, L. C. Didática da Matemática : Uma análise da influência francesa. 2ª ed. Autêntica, São Paulo, 2001.			
MAIO, W. De; CHIUMMO, A. Didática da Matemática . Rio de Janeiro: LTC, 2012.			
Bibliografia Complementar			
ALMOULOUD, S. A. Fundamentos da didática da matemática . v.1 e 2. Curitiba: Editora UFPR, 2007.			
BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Explorando o ensino da Matemática : artigos. Vol. 3. Brasília: MEC, 2004.			
BROUSSEAU, G. Introdução ao estudo das situações didáticas . São Paulo: Ática, 2008.			
LIBÂNEO, J. C. Didática . São Paulo: Cortez, 2014.			
NETO, E. R. Didática da Matemática . Ática: São Paulo, 2008.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
4º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Relações Étnico Raciais: História e Cultura Afro Brasileira e Indígena		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
<p>Estuda a história e as contribuições dos povos indígenas e da população negra, com foco nos processos de escravização, resistência e construção social, especialmente nos territórios semiáridos. Análise das influências socioculturais, políticas, econômicas e religiosas desses povos, bem como das políticas públicas, ações afirmativas e legislações, como as Leis 10.639/03 e 11.645/08. Discussão sobre a Educação em Direitos Humanos e o papel da escola na valorização da diversidade étnico-racial.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>CAVALLEIRO, E. Introdução: orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: MEC/SECAD, 2006.</p> <p>FONSECA, M. V.; SILVA, C. M. N. da; FERNANDES, A. B. Relações étnico-raciais e educação no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.</p> <p>SILVA, E. H.; SANTOS, C. A. B; OLIVEIRA, E. G. S.; COSTA NETO, H. M. História Ambiental e história indígena no semiárido brasileiro. 1. ed. Feira de Santana: UEFS EDITORA, 2016.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana. Brasília: SECAD/ME, 2004.</p> <p>MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.</p> <p>REIS, J. J.; SILVA, E. Negociação e o conflito: resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.</p> <p>ROCHA, R. M. de C. Educação das relações étnico-raciais: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.</p> <p>SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. B. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.</p>			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
4º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Espaço e forma e suas dimensões em diferentes contextos culturais		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
Estuda as diferentes formas de ocupação do espaço (localização/movimentação); O estudo de entes geométricos a partir da observação da natureza, arte e arquitetura indígena (ângulos e polígonos, círculos e circunferências); Classificação de formas bidimensionais: classificação de polígonos pelo número de lados e ângulos; classificação de objetos tridimensionais: prismas poliedros e corpos redondos. Compreender o processo de organização da geometria enquanto conhecimento construído historicamente em diferentes contextos socioculturais, com foco na natureza do conhecimento matemático.			
Bibliografia Básica			
DOLCE, O.; POMPEO, J. N. Fundamentos de matemática elementar : geometria plana. 8. ed. São Paulo: Atual, v.9, 2005. DOLCE, O.; POMPEO, J. N. Fundamentos de matemática elementar : geometria espacial. 3.ed. São Paulo: Atual. v.10, 2008. MACHADO, N. J. A geometria na sua vida . Editora Ática. Série Saber Mais. 2003.			
Bibliografia Complementar			
FAINQUELERNT, E. K.; NUNES, K. R. A. Descobrimo Matemática na arte : Atividades para o ensino fundamental e médio. Editora: Artmed. 2010. LINDQUIST, M. M.; SHULTE, A. (Orgs.). Aprendendo e ensinando geometria . São Paulo: Editora Atual, 1994. MACHADO, N. J. Vivendo a matemática : medindo comprimentos. 7.ed. São Paulo: Scipione, 1990. MACHADO, N. J. Polígonos, Centopeias e Outros Bichos . Editora Scipione, 1988. RÊGO, R. G.; RÊGO, R. M.; VIEIRA, K. M. Laboratório de Ensino de Geometria . Coleção Formação de Professore. Campinas: Autores Associados, 2012.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
4º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Ensino de Matemática em Escolas Indígenas: Possibilidades da Etnomatemática		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h		Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h
Ementa			
<p>Estuda a etnomatemática e as perspectivas pedagógicas; etnomatemática enquanto forma de entender os conhecimentos/matemáticas de grupos socio-culturalmente identificados; Políticas de currículo e avaliação nas escolas indígenas, diálogo interdisciplinar. Abordar as pesquisas, as visões de etnomatemática que têm sido desenvolvidas na Educação Matemática e suas principais características práticas e teóricas. Aspectos da natureza da Educação e da Educação Matemática no contexto das escolas indígenas.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>D'AMBRÓSIO, U. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p> <p>DUARTE, C. G.; WANDERER, F.; KNIJNIK, G.; GIONGO, I. M. Etnomatemática em movimento. Belo Horizonte: Autentica, 2012.</p> <p>VERGANI, T. Educação Etnomatemática: o que é? Natal: Editora Flecha do Tempo, 2007.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Explorando o ensino da Matemática: artigos. Vol. 3. Brasília: MEC, 2004.</p> <p>D'AMBRÓSIO, U. Etnomatemática: arte ou técnica de explicar e conhecer. São Paulo: Ática, 1990.</p> <p>FERREIRA, M. K. L. (Org.). Ideias matemáticas de povos culturalmente distintos. São Paulo: Global, 2002.</p> <p>KNIJNIK, G. Educação Matemática, culturas e conhecimento na luta pela Terra. Porto Alegre: EDUNISC, 2006.</p> <p>SCANDIUZZI, P. P. Educação indígena x educação escolar indígena: uma relação etnocida em uma pesquisa etnomatemática. São Paulo: UNESP, 2009.</p>			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
4º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Laboratório de Ensino de Matemática		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
<p>Estuda a produção de materiais didáticos. Leitura da BNCC e dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Fundamental e Médio. Discussão sobre a utilização de materiais didáticos adequados ao ensino/aprendizagem da Matemática. Valorizar e sistematizar os conhecimentos elaborados individual e coletivamente a partir dos conhecimentos acumulados ao longo das atividades desenvolvidas no curso, bem como refletir sobre a perspectiva dos conteúdos conceituais transposto para o currículo, com a produção de materiais adequado para a realidade das escolas indígenas, com foco na natureza da educação e da educação matemática.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>BRITO, A. de J.; MIGUEL, A.; CARVALHO, D. L. de. História da Matemática em Atividades Didáticas. São Paulo. Editora da Física, 2009.</p> <p>LORENZATO, S. (Org.). O Laboratório de Ensino de Matemática na formação de professores. Coleção Formação de Professore. Campinas: Autores Associados, 2006.</p> <p>RÊGO, R. G.; RÊGO, R. M.; VIEIRA, K. M. Laboratório de Ensino de Geometria. Coleção Formação de Professore. Campinas: Autores Associados, 2012.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>ALVES, E. M. S. A ludicidade e o ensino da matemática: uma prática possível. Campinas, SP: Papyrus, 2001.</p> <p>BRASIL. PCNs + Ensino Médio: orientações educacionais e complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.</p> <p>BRASIL. Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias. Orientações Curriculares para o Ensino Médio, v.2. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.</p> <p>FAINQUELERNT, E. K.; NUNES, K. R. A. Descobrimo Matemática na arte: Atividades para o ensino fundamental e médio. Editora: Artmed. 2010.</p>			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
4º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Língua Brasileira de Sinais na perspectiva Indígena		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
<p>Estuda o conhecimento e domínio básico dos sinais que compõem a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, sendo: modelos educacionais na educação de surdos; cultura e identidades surdas; fonologia, morfologia e a sintaxe da língua brasileira de sinais; tópicos de linguística aplicados à língua de sinais: semântica, pragmática; análise de discurso e sociolinguística. A questão do bilinguismo: português e língua de sinais e atividades práticas de uso da libras.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>ALMEIDA, E. C. Atividades ilustradas em sinais de LIBRAS. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.</p> <p>GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira. Estudos linguísticos. Porto Alegre: Atmed, 2004.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>FELIPE, T. A. Libras em Contexto: curso básico: livro do estudante. 8ª.edição. Rio de Janeiro: Walprint Gráfica e Editora, 2007.</p> <p>GÓES, M. C. R. Linguagem, surdez, educação. Campinas: Autores Associados, 1996.</p> <p>SKLIAR, C. B. A. Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.</p> <p>STROBEL, K. As Imagens do Outro Sobre a Cultura Surda. Florianópolis: UFSC, 2008.</p> <p>SUMAIO, P. A. Sinalizando com os terena: um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativos por indígenas surdos. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/115690.</p>			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
4° Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Estudo na Aldeia IV: Interculturalidade e dialogicidade		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: ---	
Carga Horária			
Tempo IF: 15h		Tempo Aldeia: 60h	
Total: 75h			
Ementa			
Estuda a interculturalidade crítica como processo do reconhecimento do outro numa relação dialógica de equidade. A diversidade étnica, ocorrendo o devido respeito nas formas de ser, de pensar e de conviver entre os povos. Compreensão das relações na contemporaneidade do estado brasileiro com os povos indígenas numa perspectiva relacional e funcional.			
Bibliografia Básica			
SANTOS, A. C. dos. Sons, torés e toantes da Corrida do Imbu : afirmação e reafirmação do ser indígena Pankararu. Salvador: UFBA, 193p.			
SANTOS JÚNIOR, C. F. dos. Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco : historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). Recife: UFPE/CFCH-PPG em História, 2015, 228 p.			
SILVA, E. H. Xukuru : memórias e história dos índios da Serra Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-19899. Campinas: UNICAMP, 2008. (Tese de Doutorado em História). 299p.			
Bibliografia Complementar			
ALMEIDA, E. A. de. A interculturalidade no currículo da formação de professoras e professores indígenas no Programa de educação intercultural da UFPE/CAA – Curso de Licenciatura Intercultural. Caruaru (PE) : UFPE-PPG em Educação, 2017, 225p. (Tese de Doutorado) Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25637/1/TESE%20Eliene%20Amorim%20de%20Almeida.pdf .			
CANDAU, V. M. “Ideias-força” do pensamento de Boaventura Sousa Santos e a educação intercultural. In: CANDAU, V. M. (org.). Interculturalizar, descolonizar, democratizar : uma educação “outra”?. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016. p. 76-96.			
CANDAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A F; CANDAU, V. M. (orgs). Multiculturalismo : diferenças e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.			
LIMA, A. P. F.; SAMPAIO, J. A. L.; ANDRADE, L. E. <i>et al.</i> KAMBINAWÁ : pensando o lugar com o Território, 2017, 24p. Disponível em: https://cclf.org.br/wp-content/uploads/2018/08/2017_kapinawa_pensando-a-gestao.pdf . Acesso em: 15/10/2024.			
MENDONÇA <i>et al.</i> Nossa Serra, nossa terra : identidade e território tradicional Atikum e Pankará. 2012. Disponível em: http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/Nossa%20Serra%20Nossa%20Terra/nossa_serra_comclu.pdf . Acesso em 30/09/2024.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
5º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Números e Operações na perspectiva da Interculturalidade I		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
<p>Estuda o desenvolvimento dos diferentes campos numéricos com ênfase nos números naturais, inteiros e racionais. Compreensão dos números racionais em suas diversas representações: relação parte/todo, quociente e razão, forma decimal e fracionária. Operações com números racionais: adição, subtração, multiplicação e divisão no contexto de situações cotidianas, incluindo a aritmética do dinheiro. Identificação dos significados desses campos numéricos em diferentes práticas culturais, com foco no uso social e nas estratégias de cálculo em comunidades indígenas e tradicionais.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>BIGODE, A. J. L.; GIMENEZ, J. Metodologia para o ensino da aritmética: competência numérica no cotidiano. São Paulo: FTD, 2009.</p> <p>NUNES, T.; CAMPOS, T. M. M.; MAGINA, S.; BRYANT, P. Educação Matemática: Números e Operações Numéricas. Vol.1. São Paulo: Cortez Editora, 1997.</p> <p>SCHLIEMANN, A. CARRAHER, D. (Orgs). A compreensão de conceitos aritméticos. Ensino e pesquisa. Campinas, SP: Papyrus,1998.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998.</p> <p>CENTURIÓN, M. Conteúdo e Metodologia da Matemática: Números e Operações. São Paulo: Scipione, 1994.</p> <p>MARANHÃO, C. (Org.). Educação Matemática nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio: pesquisas e perspectivas. São Paulo: Musa Editora, 2009.</p> <p>RIGHI, F. P; DALLA PORTA, L.; SCREMIN, G. Pensamento algébrico: uma análise de livros didáticos dos anos finais do Ensino Fundamental. Revista Eletrônica de Educação Matemática, Florianópolis, v. 15, n. 30, 2021. DOI:10.5007/1981-1322.2021.e80794.</p> <p>VERGANI, T. Matemática & Linguagem: olhares interactivos e transculturais. Editora: Portugal: Pandora, 2002.</p>			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
5º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Perspectivas de Aritmética e Álgebra I		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
<p>Estuda a lógica das operações em comum entre aritmética e álgebra; Diversas concepções da atividade algébrica; Resolução de problemas envolvendo equações polinomiais de 1º grau, equações irracionais e exponenciais, Fatoração de expressões algébricas usando a distributividade, produção de significados de equações algébricas em diferentes campos semânticos. Propiciar a aquisição de conhecimentos, técnicas e habilidades para reconhecer a necessidade de uma mudança curricular que sirva para desenvolver um sentido numérico, ou seja, interpretar e formular textos numéricos e algébricos, reconhecer visualizações, relacionar ao máximo os conteúdos que conhece na prática situada de cada momento, utilizar métodos originais para distintos tipos de situação.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>BIGODE, A. J. L.; GIMENEZ, J. Metodologia para o ensino da aritmética - competência numérica no cotidiano. São Paulo: FTD, 2009.</p> <p>GARCIA, A.; IEQUAIN, Y. Álgebra: um curso de introdução. Rio de Janeiro: Instituto de Matemática Pura e Aplicada - CNPq, 1988.</p> <p>LINS, R. C.; GIMENEZ, J. Perspectivas em aritmética e álgebra para oséculo XXI. Campinas, SP: Papirus, 1997.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998.</p> <p>CARAÇA, B. J. Conceitos Fundamentais da Matemática. Lisboa: Sá da Costa, 1975.</p> <p>LINS, R. C. O modelo teórico dos campos semânticos: uma análise epistemológica da álgebra e do pensamento algébrico. In: Dynamis, Blumenau, v.1, p.29-39, abr/jun, 1994.</p> <p>PONTE, J. P. da. Números e álgebra no currículo escolar. In: VALE, I. <i>et al.</i> (org.). Números e álgebra na aprendizagem da Matemática e na formação de professores. Lisboa: SEM-SPCE, 2006. p. 5–27.</p> <p>RIGHI, F. P; DALLA PORTA, L.; SCREMIN, G. Pensamento algébrico: uma análise de livros didáticos dos anos finais do Ensino Fundamental. Revista Eletrônica de Educação Matemática, Florianópolis, v. 15, n. 30, 2021. DOI:10.5007/1981-1322.2021.e80794.</p>			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
5º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Noções Básicas de Geometria Analítica		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
Estuda a equação da reta; Equação de circunferência; Distancia entre dois pontos; Distancia entre retas. Familiarizar os alunos com a geometria analítica no plano e no espaço, com ênfase nos seus aspectos geométricos e suas traduções em coordenadas cartesianas.			
Bibliografia Básica			
BOULOS, P.; CAMARGO, I. de. Geometria Analítica: um tratamento vetorial . 2. ed. São Paulo, SP: Makron Books do Brasil: McGraw-Hill, 1987.			
GUELLI, C. A.; DOLCE, O.; IEZZI, G. Geometria analítica . São Paulo: Moderna, 2004.			
IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: geometria analítica . 5. ed. São Paulo: Atual, 2005.			
Bibliografia Complementar			
CARAÇA, B. J. Conceitos Fundamentais da Matemática . 1.ed. Lisboa: Editora Gradiva, 1988.			
CARVALHO, P. C. P.; WAGNER, E.; MORGADO, A. C.; LIMA, E. L. A matemática do Ensino Médio . Vol. 3. (Coleção do professor de Matemática). 6ª edição. SBM, 2006.			
DANTE, L. R. Matemática, volume único: livro do professor , São Paulo: Ática, 2005.			
OLIVEIRA, I. C. Geometria Analítica: um tratamento vetorial /Ivan de Camargo e Oliveira. Paulo Boulos. – São Paulo: MacGraw-Hill, 1987.			
ROSA NETO, E. Geometria na Amazônia . São Paulo: ÁTICA, 2002.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
5º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Espaço Forma: Semelhança de Figuras		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
Estuda o conceito de semelhança de figuras; Resolução de problemas envolvendo semelhança de triângulos; Dedução de relações métricas no triângulo retângulo; Dedução da relação de Pitágoras; Uso do teorema de Pitágoras na dedução de fórmulas relativas a quadrados, triângulos equiláteros, hexágonos. Desenvolver a ideia de semelhança a partir do estudo de maquetes, mapas, escalas e outras que permite aos alunos perceberem que uma figura pode ser ampliação ou redução de outra, nesse sentido os alunos poderão exercitar o raciocínio dedutivo.			
Bibliografia Básica			
GARCIA, A. C. A.; CASTILHO, J. C. A. Matemática Sem Mistérios : geometria plana e espacial. São Paulo: Editora Ciência Moderna, 2006. LIMA, E. L. Medida e Forma em Geometria : comprimento, área, volume e semelhança. (Coleção Professor de Matemática), SBM. Rio de Janeiro: GRAFITEK, 1991. RÊGO, R. G.; RÊGO, R. M.; VIEIRA, K. M. Laboratório de Ensino de Geometria . Coleção Formação de Professores. Campinas: Autores Associados, 2012.			
Bibliografia Complementar			
ARAÚJO, L. C. L. de; NÓBRIGA, J. C. C. Aprendendo matemática com o Geogebra . São Paulo. Editora Exato, 2010. CARVALHO, P. C. P.; WAGNER, E.; MORGADO, A. C.; LIMA, E. L. A matemática do Ensino Médio . Vol. 3. (Coleção do professor de Matemática). 6ª edição. SBM, 2006. CONTADOR, P. R. M. A matemática na arte e na vida . São Paulo. Editora da Física, 2008. GERDES, P. Da etnomatemática a arte-design e matrizes cíclicas . Belo Horizonte: Autentica, 2010. ROSA NETO, E. Geometria na Amazônia . São Paulo: Ática, 2002.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
5º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Estágio Supervisionado I		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 40	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 75h		Total: 105h
Ementa			
Reflete sobre objetivos, métodos e avaliação do processo ensino-aprendizagem da matemática, tomando como referência experiências em classe de matemática do Ensino Fundamental.			
Bibliografia Básica			
PICONEZ, S. C. B. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado: a aproximação da realidade escolar e a prática da reflexão. In: FAZENDA, I. C. A (org). Prática de Ensino e Estágio Supervisionado . Campinas: Papyrus, 1991. p.15-38.			
PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores . Unidade Teoria e Prática. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.			
SACRISTAN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. Compreender e transformar o ensino . Porto Alegre: Artmed, 2000.			
Bibliografia Complementar			
BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Explorando o ensino da Matemática : artigos. Vol. 3. Brasília: MEC, 2004.			
BURIOLLA, M. A. F. O estágio supervisionado . 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006.			
CARAÇA B. J. Conceitos fundamentais da Matemática. Portugal. Gradiva, 1998 D'AMBROSIO, U. Educação Matemática : da teoria à prática. Campinas. São Paulo. Ed. Papyrus, 2016.			
D'AMBROSIO, U. Educação Matemática : da teoria à prática. Campinas. São Paulo. Ed. Papyrus, 2016.			
PONTE, J. P. da; BROCARD, M.; OLIVEIRA, H. Investigar para ensinar Matemática : reflexões e propostas sobre o professor como investigador. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
6° Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Funções aplicadas aos diversos contextos políticos, sociais e culturais		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
Estuda o conceito de função; Estudo de variações; Análise de acontecimentos, de situações cotidianas, por meio da leitura, interpretação e construção de gráficos e tabelas, a partir da modelagem de situações problemas de diferentes áreas do conhecimento; Estudo da lei das funções. Construir tabelas e gráficos, determinar a lei de formação de uma função, desenvolver conceito de função, discutir questões ambientais, trabalhistas, territoriais, etc. relacionar os conteúdos matemáticos com outras áreas de conhecimento.			
Bibliografia Básica			
CARAÇA, B. J. Conceitos Fundamentais da Matemática . 1. ed. Lisboa: Editora Gradiva, 1988. CARVALHO, P. C. Pinto; WAGNER, E.; MORGADO, A. C.; LIMA, E. L. A matemática do Ensino Médio . Vol. 1. (Coleção do professor de Matemática) SBM, 2006. MORAES, M. S. S.; <i>et. al.</i> Educação Matemática e temas políticos sociais . Campinas/SP: Autores Associados, 2008.			
Bibliografia Complementar			
BRASIL, Ministério da Educação. PCNs + Ensino Médio : orientações educacionais e complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. BIEMBEGUT, M. S.; HEIN, N. Modelagem Matemática no Ensino . São Paulo: Contexto, 2000. CALDEIRA, A. D.; MALHEIROS, A. P. dos S.; MEYER, J. F. da C. de A. Modelagem em Educação Matemática . Belo Horizonte: Autentica, 2011. SCHWARTZMAN, S.; ASSIS, A. Matemática : Ensino e Contextualização. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019. SOUZA, J. R. Matemática – Ensino Médio . Novo olhar matemática. Vol. 2. São Paulo: FTD, 2011.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
6º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Números e Operações na perspectiva da interculturalidade II		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h		Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h
Ementa			
<p>Estuda os campos dos números inteiros e reais, com ênfase em suas propriedades algébricas e aplicações em contextos diversos. Operações com números inteiros e reais: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Análise e uso da linguagem simbólica da Matemática na representação dos campos numéricos. Introdução aos conceitos de valor absoluto, ordenação, densidade dos números reais e intervalos na reta real. Discussão sobre o papel dos sistemas de numeração em diferentes culturas, incluindo modos indígenas de contagem, estimativas e medições. Utilização de problemas contextualizados que demandam raciocínio proporcional, argumentação lógica e interpretação de significados numéricos em contextos interculturais e científicos.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>CENTURIÓN, M. Conteúdo e Metodologia da Matemática: Números e Operações. São Paulo: Scipione, COLL, C. et alii. O construtivismo na sala de aula. São Paulo: Ática (série Fundamentos). 1994.</p> <p>IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: conjuntos: funções. 7.ed. São Paulo: Atual, 1993.</p> <p>YVES, A. I. G. Álgebra: um curso de introdução. Rio de Janeiro: Instituto de Matemática Pura e Aplicada - CNPq, 1988.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998.</p> <p>CARAÇA, B. J. Conceitos Fundamentais da Matemática. Lisboa: Sá da Costa, 1975.</p> <p>CARRAHER, T. N.; CARRAHER, D.; SCHLIEMANN, A. L. Na vidadez, na escola zero. São Paulo: Cortez, 1988.</p> <p>RIGHI, F. P; DALLA PORTA, L.; SCREMIN, G. Pensamento algébrico: uma análise de livros didáticos dos anos finais do Ensino Fundamental. Revista Eletrônica de Educação Matemática, Florianópolis, v. 15, n. 30, 2021. DOI:10.5007/1981-1322.2021.e80794.</p> <p>SCHLIEMANN, A.; CARRAHER, D. (Orgs). A compreensão de conceitos aritméticos: ensino e pesquisa. Campinas, SP: Papyrus, 1998.</p>			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
6º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Estudos de Figuras Planas e Espaciais		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
<p>Estuda as figuras planas e espaciais por meio da manipulação de sólidos geométricos; Cálculo de área; Cálculo de volume; Recursos às tecnologias para o estudo da geometria. Classificar figuras planas a partir de objetos com formas espaciais. Reconhecer as grandezas mensuráveis como possibilidade de conteúdo a ser trabalhado com os estudantes, privilegiando o levantamento de hipóteses e as estratégias pessoais para se planejar uma boa atividade. Identificar faces, arestas e vértices de sólidos geométricos; Reconhecer as figuras espaciais mais comuns. Estabelecer uma relação entre estes conhecimentos intuitivos ora trabalhados e a organização do espaço e das formas presentes no interior das comunidades indígenas, assim como no entorno.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>CARVALHO, P. C. P.; WAGNER, E.; MORGADO, A. C.; LIMA, E. L. A matemática do Ensino Médio. 6.ed, Vol. 3. (Coleção do professor de Matemática) SBM, 2006.</p> <p>GARCIA, A. C. A; Castilho, J. C. A. Matemática Sem Mistérios: geometria plana e espacial. São Paulo: Editora Ciência Moderna, 2006.</p> <p>RÊGO, R. G. do; RÊGO, R. M. do; VIEIRA, K. M. Laboratório de Ensino de Geometria. (Coleção Formação De Professores) 2012.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>ARAÚJO, L. C. L. de; NÓBRIGA, J. C. C. Aprendendo matemática com o Geogebra. São Paulo. Editora Exato, 2010.</p> <p>CARAÇA, B. J. Conceitos Fundamentais da Matemática. Lisboa: Sá da Costa, 1975.</p> <p>LINDQUIST, M. M.; SHULTE, A. (Orgs.). Aprendendo e ensinando geometria. São Paulo: Editora Atual, 1994.</p> <p>PAIS, L. C. Ensinar e Aprender Matemática. Belo Horizonte: Autentica, 2006.</p> <p>ROSA NETO, E. Geometria na Amazônia. São Paulo: Ática, 2002.</p>			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
6º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Perspectivas de Aritmética e Álgebra II		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
Estuda as equações de diferentes graus; Conceituação de sistemas de equações a partir de uma abordagem de situações problemas. Enfatizar a expressões de ideias por meio da linguagem algébrica, dedução de fórmulas, a resolução de problemas e a compreensão da lógica da resolução de equações.			
Bibliografia Básica			
LINS, R. C.; GIMENEZ, J. Perspectivas em aritmética e álgebra para oséculo XXI . Campinas, SP: Papirus,1997. STERLING, M. J. Álgebra I: Álgebra Para Leigos . São Paulo: Editora Alta Books, 2008. YVES, A. I. G. Álgebra: um curso de introdução . Rio de Janeiro: Instituto de Matemática Pura e Aplicada - CNPq, 1988.			
Bibliografia Complementar			
BIGODE, A. J. L.; GIMENEZ, J. Metodologia para o ensino da aritmética - competência numérica no cotidiano . São Paulo: FTD, 2009. CARVALHO, P. C. P.; WAGNER, E.; MORGADO, A. C.; LIMA, E. L. A matemática do Ensino Médio . Vol. 3. (Coleção do professor de Matemática). 6ªedição. SBM, 2006. GARBI, G. G. O romance das equações algébricas . 3. São Paulo: Livraria da Física, 2009. PONTE, J. P. Números e Álgebra no currículo escolar . 2005. Disponível em: www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/DA/DATEXTOS/Ponte(Caminha).rtf . ROCHA, J.; SÁ, C. C. de. Treze Viagens pelo Mundo da Matemática . Porto:UPorto editorial, 2010.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
6º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Estágio Supervisionado Curricular II		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 40	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h		Tempo Aldeia: 75h	Total: 105h
Ementa			
Prática Educativa em sala de aula, através de experiência de ensino em classe de matemática do Ensino Fundamental.			
Bibliografia Básica			
PICONEZ, S. C. B. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado : a aproximação da realidade escolar e a prática da reflexão. In: FAZENDA, I. C. A (org). Prática de Ensino e Estágio Supervisionado . Campinas: Papyrus, 1991. p.15-38.			
PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores . Unidade Teoria e Prática. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.			
SACRISTAN, J. G; GÓMEZ, A. I. P. Compreender e transformar o ensino . Porto Alegre: Artmed, 2000.			
Bibliografia Complementar			
BALDINO, R. R. Pesquisa-ação de professores: leitura sintomal de relatórios. In: BICUDO, M. A. V. Pesquisa em Educação Matemática : Concepções e Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1999. (Seminários Debates).			
BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Explorando o ensino da Matemática : artigos. Vol. 3. Brasília: MEC, 2004.			
BURIOLLA, M. A. F. O estágio supervisionado . 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006.			
D'AMBROSIO, U. Educação Matemática : da teoria à prática. Campinas. São Paulo. Ed. Papyrus, 1996.			
PONTE, J. P. da; BROCARD, M.; OLIVEIRA, H. Investigar para ensinar Matemática : reflexões e propostas sobre o professor como investigador. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
7º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Conceitos Fundamentais da Matemática Elementar: Problemas de Contagem		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h		Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h
Ementa			
Estuda o princípio fundamental da contagem; Princípio aditivo; Princípio multiplicativo; Permutações simples; Permutações com repetição; Combinações; Arranjos. Desenvolver a capacidade de raciocinar, de resolver problemas, generalizar, abstrair e de analisar e interpretar a realidade que nos cerca, usando para isso a análise combinatória como instrumento matemático, que possibilita o desenvolvimento do raciocínio lógico.			
Bibliografia Básica			
CARVALHO, P. C. P.; MORGADO, A. C. de O.; PITOMBEIRA J. B.; FERNADEZ, P. Análise Combinatória e Probabilidade . Sociedade Brasileira de Matemática. 2005. MORGADO, A. C.; SHEILA Z. Progressões e Matemática Financeira . Rio de Janeiro. SBM, 2001. ROSS, K. A. Introdução à Combinatória . Tradução Regina Maria Machado. Rio de Janeiro: LTC, 2013.			
Bibliografia Complementar			
BIGODE, A. J. L.; GIMENEZ, J. Matemática do cotidiano & suas conexões . São Paulo, FTD, 2005. CARVALHO, P. C. P.; WAGNER, E.; MORGADO, A. C.; LIMA, E. L. A matemática do Ensino Médio . Vol. 2. (Coleção do professor de Matemática) SBM, 2006. HAZZAN, S. Fundamentos de matemática elementar: combinatoria, probabilidade . 6. ed. São Paulo, SP: Atual, 1993. 174p. LIMA, E.; CARVALHO, P. C.; WAGNER, E.; MORGADO, A. A Matemática do Ensino Médio . volumes 1, 2, 3. Coleção do Professor de Matemática, SBEM, 2000. LOPES, C. E. O Ensino da Estatística e da Probabilidade na Educação Básica e a Formação de Professores . In: Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 74 Papyrus, 2001.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
7º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Noções Básicas de Álgebra Linear		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
Estuda as Matrizes, Determinantes, Sistemas Lineares e Conceito de vetor. Explorar os conteúdos com foco nos conhecimentos desenvolvidos na Educação Básica, proporcionando ao aluno uma adaptação da linguagem matemática, dando-lhe hábitos de precisão e ordem.			
Bibliografia Básica			
BOLDRINI, J. L. ; <i>et al.</i> Álgebra Linear . São Paulo: Herper & Row do Brasil, 1978. CARVALHO, P. C. P.; WAGNER, E.; MORGADO, A. C.; LIMA, E. L. A matemática do Ensino Médio . vol. 3. 6ª edição. SBM, 2006. IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar : seqüências, matrizes, determinantes e sistemas. 6ª ed. São Paulo: Atual, 1993.			
Bibliografia Complementar			
CALDEIRA, A. M.; DA SILVA, L. M. O.; MACHADO, M. A. S.; MEDEIROS, V. Z. Pré-cálculo . 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. CALLIOLI, C. A.; DOMINGUES, H. H.; COSTA, R. C. F. Álgebra linear e aplicações . 6. ed. reform. São Paulo: Atual, 2009. DANTE, L. R. Matemática . São Paulo: Ática, 2005. LIMA, E. L.; CARVALHO, P. C. P.; WAGNER, E.; MORGADO, A. C. de O. A matemática do Ensino Médio . v.4. SBM, 2006. STEINBRUCH, A.; WINTERLE, P. Álgebra Linear . 2.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
7º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Conceitos Fundamentais da Matemática Elementar: Funções		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
Estuda os conceitos básicos e ideias de funções: lei de formação relacionados as funções exponenciais, logarítmicas e trigonométricas. Desenvolver conceitos da natureza do pensamento matemático, referente aos temas matemáticos abordados.			
Bibliografia Básica			
CARAÇA, B. J. Conceitos Fundamentais da Matemática . Lisboa: Editora Gradiva, 1988. CARVALHO, P. C. P.; WAGNER, E.; MORGADO, A. C.; LIMA, E. L. A matemática do Ensino Médio . Vol. 1. (Coleção do professor de Matemática) SBM, 2006. GUELLI, C. A.; DOLCE, O.; IEZZI, G. Conjuntos, relações, funções, inequações . 3ª ed. São Paulo: Atual, 2001.			
Bibliografia Complementar			
BIEMBEGUT, M. S.; HEIN, N. Modelagem Matemática no Ensino . São Paulo: Contexto, 2000. BASSANEZI, R. C. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática: uma nova estratégia . 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010. DAVIS, P.; HERSH, R. A experiência matemática . 2ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985. MORAES, M. S. S.; <i>et.al.</i> Educação Matemática e temas político sociais . Campinas: Autores associados, 2008. RICIERI, A. P. Cálculo sem limite . São Paulo: Prandiano, 1992.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
7º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Estágio Supervisionado III		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 40	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h		Tempo Aldeia: 75h	Total: 105h
Ementa			
Elabora e executa projetos pedagógicos para aplicação em classes de ensino e seminários interdisciplinares com reflexão socializada.			
Bibliografia Básica			
PICONEZ, S. C. B. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado: a aproximação da realidade escolar e a prática da reflexão. In: FAZENDA, I. C. A (org). Prática de Ensino e Estágio Supervisionado . Campinas: Papyrus, 1991. p.15-38.			
PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores . Unidade Teoria e Prática. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.			
SACRISTAN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. Compreender e transformar o ensino . Porto Alegre: Artmed, 2000.			
Bibliografia Complementar			
BALDINO, R. R. Pesquisa-ação de professores: leitura sintomal de relatórios. In: BICUDO, M. A. V. Pesquisa em Educação Matemática: Concepções e Perspectivas . São Paulo: UNESP, 1999. (Seminários Debates).			
BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Explorando o ensino da Matemática: artigos . Vol. 3. Brasília: MEC, 2004.			
BURIOLLA, M. A. F. O estágio supervisionado . 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006.			
D'AMBROSIO, U. Educação Matemática: da teoria à prática . Campinas. São Paulo. Ed. Papyrus, 1996.			
PONTE, J. P. da; BROCARD, M.; OLIVEIRA, H. Investigar para ensinar Matemática: reflexões e propostas sobre o professor como investigador . Belo Horizonte: Autêntica, 2012.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
7º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Trabalho de Conclusão de Curso I		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 80	
Carga Horária			
Tempo IF: 60h	Tempo Aldeia: -		Total: 60h
Ementa			
Orienta a elaboração do projeto de pesquisa mediante a apresentação e discussão das temáticas escolhidas pelos alunos numa perspectiva da pesquisa científica e da Norma Interna de Elaboração do TCC. Promove articulações necessárias entre os discentes e seus respectivos professores/orientadores para o desenvolvimento das atividades de pesquisa. Orienta a elaboração da estrutura geral do trabalho de conclusão de curso e organiza a apresentação dos projetos de pesquisa.			
Bibliografia Básica			
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. LAKATOS, E.; MARCONI, M. Fundamentos da Metodologia Científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica . 43. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.			
Bibliografia Complementar			
BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas . 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. BASTOS, L da R.; PAIXÃO, L.; FERNANDES, L. M.; DELUIZ, N. Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. BORBA, M.; ARAÚJO, J. L. Pesquisa qualitativa em educação matemática . Belo Horizonte: Autêntica, 2004. FILHO, D. C. de M. Manual de Redação Matemática . 2. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2018. LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . São Paulo: EPU, 2015.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
8º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Estatística aplicada aos diversos contextos políticos, sociais e culturais		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
<p>Estuda as ferramentas para coleta de dados; Organização de dados; Representações gráficas e conceitos matemáticos implícitos: ordem, medida, grandezas, razão e proporção; Leitura, análise e interpretação de gráficos; Relações entre questão de investigação e as demais etapas de um estudo estatístico; A variabilidade como significante de investigação estatística; O princípio de acaso e probabilidade; Discussão de tipos de variáveis e gráficos; Conceituação de estocástica: probabilidade integrada à estatística. Conceitos estatísticos de Moda, Medida, Mediana, Variância. Desenvolver conceitos básicos de estatística e reconhecer sua importância; Formar professores indígenas capazes de coletar, organizar, interpretar e comparar dados para obter e fundamentar conclusões, bem como desenvolver o pensamento estatístico e o pensamento probabilístico, que envolvem desde uma estratégia de resolução de problemas até uma análise crítica sob diferentes aspectos científicos, tecnológicos, sociais e políticos.</p>			
Bibliografia Básica			
CASTANHEIRA, N. P. Estatística aplicada a todos os níveis . 3 ed. Curitiba: Ibpex, 2006.			
CRESPO, A. A. Estatística Fácil . São Paulo: Saraiva, 1999.			
NOVAES, D. V.; COUTINHO, C. de Q. e S. Estatística para educação profissional . São Paulo: Atlas, 2009.			
Bibliografia Complementar			
CAMPOS, C. R.; WODEWOTZKI; M. L. L.; JACOBINI, O. R. Educação Estatística - Teoria e prática em ambientes de modelagem matemática . Belo Horizonte: Autentica.			
KNIJNIK, G. Educação Matemática e os Problemas da "Vida Real". In: CHASSOT, A.; OLIVEIRA, R. J. (Orgs.). Ciência, Ética E Cultura Na Educação . São Leopoldo: Unisinos, 1998.			
LOPES, C. E. O ensino da Estatística e da Probabilidade na Educação Básica e a formação de Professores . Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, Papyrus, 2001.			
MOORE, D. S. A. Estatística Básica e sua Prática . São Paulo: LTC, 2005.			
MORTTIN, L. G. Estatística Básica Probabilidade . Vol. 1. Ed.7. São Paulo: Makron Books, 1999.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
8º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Matemática Financeira aplicada aos diversos contextos políticos, sociais e culturais		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h		Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h
Ementa			
Estuda o conceito de porcentagem; Juros após vencimento, comprar a vista ou a prazo? Planilhas de custos, economia na mídia; Regra de três. Propiciar situações de resolução de problemas cotidianos de juros e taxas em situações variadas no contexto da comunidade indígena na relação com a sociedade capitalista, bem como outras situações problema que envolva conceitos de razão e proporção.			
Bibliografia Básica			
CARVALHO, P. C. P.; MORGADO, A. C. de O.; PITOMBEIRA, J. B.; PEDRO, F. Análise Combinatória e Probabilidade . Sociedade Brasileira de Matemática, 2005. NOVAES, D. V.; COUTINHO, C. de Q. S. Estatística para educação profissional . São Paulo: Atlas, 2009. ROSSI, C. de M.; SALLES, M. F. Matemática Financeira e suas Aplicações . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2021.			
Bibliografia Complementar			
BIGODE, A. J. L.; GIMENEZ, J. Matemática do cotidiano & suas conexões . São Paulo, FTD, 2005. HAZZAN, S. Fundamentos de matemática elementar . v.5: combinatória, probabilidade. 6. ed. São Paulo, SP: Atual, 1993. MARANHÃO, C. (Org.). Educação matemática nos anos finais do ensino Fundamental e ensino médio: pesquisas e perspectivas . São Paulo: Musa Editora, 2000. MORAES, M. S. S., <i>et al.</i> Educação Matemática e temas políticos sociais . Campinas/SP: Autores Associados, 2008. PAIS, L. C. Ensinar e Aprender Matemática . Belo Horizonte: Autêntica, 2006.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
8º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Noções Básicas de Cálculo Diferencial e Integral		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
Estuda e analisa o comportamentos de uma função. Noções básica de infinitésimo, limite, derivada e integral no contexto histórico (princípio de Cavalieri). Desenvolver conceitos básicos de cálculo a partir de problemas históricos e filosóficos.			
Bibliografia Básica			
ÁVILA, G. Cálculo 1 . Rio de Janeiro: Editora Livros Técnicos e Científicos, 1982. CARAÇA, B. J. Conceitos Fundamentais da Matemática . 1. ed. Lisboa: Editora Gradiva, 1988. THOMAS, G. B. Cálculo . v.1. São Paulo: Editora Addison Wesley, 2003.			
Bibliografia Complementar			
DEMANA, F. D.; WAITS, B. K.; FOLEY, G. D.; KENNEDY, D. Pré-Cálculo . São Paulo: Editora Pearson Education, 2009. LEITHOLD, L. O Cálculo com Geometria Analítica . v.1. Editora Harbra: São Paulo, 1982. MEDEIROS, V. Z.; CALDEIRA, A. M.; SILVA, L. M. O. da; MACHADO, M. A. S. Pré-Cálculo - 3ª Edição Revista e Atualizada. Editora Cengage, 2014. RICIERI, A. P. Assim nasceu o cálculo . São Paulo: Prandiano, 1992. RICIERI, A. P. Cálculo sem limite . São Paulo: Prandiano, 1992.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
8º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Estágio Supervisionado IV		Código: LMI XXXX	
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 40	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 75h		Total: 105h
Ementa			
Prática educativa em sala de aula, através de experiências de ensino em classe de matemática do Ensino Médio.			
Bibliografia Básica			
PICONEZ, S. C. B. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado: a aproximação da realidade escolar e a prática da reflexão. In: FAZENDA, I. C. A (org). Prática de Ensino e Estágio Supervisionado . Campinas: Papyrus, 1991. p.15-38.			
PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores . Unidade Teoria e Prática. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.			
SACRISTAN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. Compreender e transformar o ensino . Porto Alegre: Artmed, 2000.			
Bibliografia Complementar			
BALDINO, R. R. Pesquisa-ação de professores: leitura sintomal de relatórios. In: BICUDO, M. A. V. Pesquisa em Educação Matemática: Concepções e Perspectivas . São Paulo: UNESP, 1999. (Seminários Debates).			
BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Explorando o ensino da Matemática: artigos . Vol. 3. Brasília: MEC, 2004.			
BURIOLLA, M. A. F. O estágio supervisionado . 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006.			
D'AMBROSIO, U. Educação Matemática: da teoria à prática . Campinas. São Paulo. Ed. Papyrus, 1996.			
PONTE, J. P. da; BROCARD, M.; OLIVEIRA, H. Investigar para ensinar Matemática: reflexões e propostas sobre o professor como investigador . Belo Horizonte: Autêntica, 2012.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena	
8º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Trabalho de Conclusão de Curso II		Código: LMI XXXX	
Pré-requisito(s): Trabalho de Conclusão de Curso I			
Relação Docente/Aluno: 1/35		Aulas/Semestre: 80h	
Carga Horária			
Tempo IF: 60h	Tempo Aldeia: -		Total: 60h
Ementa			
Orienta a elaboração do projeto de pesquisa mediante a apresentação e discussão das temáticas escolhidas pelos alunos numa perspectiva da pesquisa científica e da Norma Interna de Elaboração do TCC. Promove articulações necessárias entre os discentes e seus respectivos professores/orientadores para o desenvolvimento das atividades de pesquisa. Orienta a elaboração da estrutura geral do trabalho de conclusão de curso e organiza a apresentação dos projetos de pesquisa.			
Bibliografia Básica			
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. LAKATOS, E.; MARCONI, M. Fundamentos da Metodologia Científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica . 43. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.			
Bibliografia Complementar			
BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas . 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. BASTOS, L da R.; PAIXÃO, L.; FERNANDES, L. M.; DELUIZ, N. Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. BORBA, M.; ARAÚJO, J. L. Pesquisa qualitativa em educação matemática . Belo Horizonte: Autêntica, 2004. FILHO, D. C. de M. Manual de Redação Matemática . 2. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2018. LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . São Paulo: EPU, 2015.			

4.15. Diplomas a serem emitidos

A Organização Acadêmica do IFSertãoPE, estabelece que a solicitação de emissão do Diploma, junto à Secretaria de Controle Acadêmico, poderá ser feita pelo/a discente do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IFSertãoPE Campus Floresta após o atendimento à Resolução n.º 41/2020 que estabelece no:

Art. 151. Os estudantes concluintes dos Cursos de Graduação receberão a outorga de grau em solenidade de outorga de grau pública e coletiva, que possui caráter obrigatório como etapa formal para obtenção do diploma.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese a outorga do grau será dispensada.

Art. 152. Participará da solenidade e receberá a outorga do grau apenas o estudante habilitado, não sendo permitida a outorga de grau por procuração, salvo em caso de outorga de grau extemporânea.

§1º A participação do estudante de graduação na outorga de grau somente será permitida se este, até 20 dias corridos, antes da data da solenidade de outorga de grau, atender a todos os requisitos abaixo:

- I. integralizar todos os componentes curriculares previstos no PPC;
- II. estiver em situação regular com o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE);
- III. cumprir o estágio e todos os atos decorrentes dele, quando previsto no PPC;
- IV. apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso, quando previsto no PPC, com a versão final entregue;
- V. ter cumprido toda a carga horária de Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais prevista no PPC, quando for o caso;
- VI. não ter pendência de documentação junto à Coordenação de Controle Acadêmico;
- VII. não ter pendências junto à Biblioteca.

§2º É proibida a participação simbólica de estudantes de graduação em sessões de outorga de grau solene.

Assim, conforme os critérios estabelecidos neste PPC, o/a estudante fará jus ao título de Licenciado em Matemática e estará apto a receber o diploma com validade em todo território nacional. Caberá ao IFSertãoPE a responsabilidade de proceder todos os atos de expedir e registrar os diplomas de acordo com a legislação vigente.

4.16. Ações Decorrentes do Processo de Avaliação Do Curso

O curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena e seu PPC devem passar por avaliações contínuas, visando a qualidade do ensino e a consolidação do curso no âmbito de atuação institucional e regional do IFSertãoPE Campus Floresta. As avaliações deverão ser desenvolvidas por diferentes caminhos:

- I. Pelo Colegiado do Curso, anuais e de acordo com normas avaliativas a serem estabelecidas por Regimento Interno, a serem desenvolvidas pelo NDE e aprovadas pelo Departamento de Ensino;
- II. Pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFSertãoPE Campus Floresta, de forma independente e autônoma aos órgãos do IFSertãoPE;
- III. Pelo Ministério da Educação (MEC), através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- IV. Outras formas de avaliação que venham a ser estabelecidas pela instituição, ou de acordo com o MEC.

As avaliações periódicas pelo colegiado do curso devem considerar as dimensões discente, docente e de gestão do curso. Elas serão desenvolvidas, através do índice de evasão, aceitação dos formandos no mercado de trabalho e em programas de pós-graduação, convênios, produção científica dos/as alunos/as e professores, projetos integrados de ensino, pesquisa, extensão e inovação, recurso e estágios remunerados obtidos em outras empresas, estrutura curricular, biblioteca e média das avaliações anuais por grupo de alunos/as.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) conduz o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), nos termos da Lei nº 10.861/2004, estabelecendo os processos de avaliação periódicos dos cursos superiores. De modo geral, os cursos de graduação passam por 3 (três) tipos de avaliação no âmbito do SINAES: para autorização, para reconhecimento e para renovação de reconhecimento. Além dessas avaliações, dois instrumentos subsidiam os indicadores de qualidade dos cursos. Um deles é interno, institucional, através da Comissão Própria de Avaliação (CPA), o outro é externo, através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A CPA está prevista no Regimento Geral do IFSertãoPE e tem seu próprio Regimento Interno, aprovado pela Resolução CONSUP nº 41/2015, tendo a obrigação de elaborar relatórios anuais de autoavaliação, relatórios descrevendo e evidenciando os principais elementos do seu processo



avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além de propor ações com o intuito de corrigir as fragilidades e explorar as potencialidades da instituição.

Com o objetivo de distribuir e descentralizar as ações, foi constituída uma CPA em cada campus do IFSertãoPE formadas por um membro titular e um suplente dos segmentos discente, docente e técnico-administrativo.

Cada CPA tem as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, devendo ter atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior. A autoavaliação institucional realizada pela CPA deve contemplar cinco eixos, formados a partir de dez dimensões, anteriormente utilizadas para o mesmo fim:

- Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do SINAES;
- Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES;
- Eixo 3 - Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES;
- Eixo 4 - Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes;
- Eixo 5 - Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

4.17. Apoio ao/a Discente

A permanência e o êxito dos/as estudantes indígenas matriculados/as no Curso Superior de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) são compreendidos como dimensões fundamentais de um compromisso institucional mais amplo com a equidade, a justiça social e o direito à educação superior de qualidade. Superando uma concepção assistencialista, as ações de apoio ao/à discente devem se configurar como políticas públicas de enfrentamento às desigualdades históricas, sociais e territoriais que atravessam os trajetos educacionais dos povos indígenas.

Mais do que um conjunto de auxílios financeiros ou serviços complementares, a política de assistência estudantil precisa reconhecer que o acesso à universidade, por si só, não garante o direito à permanência nem à conclusão do curso com êxito. Por isso, é imprescindível que as instituições



assumam uma abordagem intercultural, antirracista e decolonial, que leve em conta as especificidades dos modos de vida indígenas, suas identidades, línguas, práticas culturais e condições materiais, criando mecanismos concretos de acolhimento, permanência e valorização.

Esse compromisso se materializa, no âmbito da política nacional, por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto n.º 7.234/2010, que orienta as instituições federais a implementarem ações de apoio à alimentação, moradia, transporte, saúde, material didático, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No IF Sertão PE, essa política é regulamentada pela Resolução n.º 46/2015 do Conselho Superior, que organiza a assistência estudantil em três grandes dimensões: programas universais, programa de apoio a pessoas com necessidades educacionais específicas e programas específicos.

Os programas universais atendem a todo o corpo discente da instituição, com prioridade para estudantes oriundos/as da rede pública e com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio. Entre as ações previstas estão o seguro de vida institucional; o atendimento biopsicossocial, com foco em saúde preventiva, primeiros socorros e saúde mental; o fornecimento de material escolar básico; e incentivos à prática de atividades físicas, à produção artística, à cultura e à participação cidadã. Também é ofertado apoio para a participação em eventos acadêmicos, científicos, culturais e visitas técnicas.

O acompanhamento pedagógico é desenvolvido pelo Núcleo Pedagógico (NuPe), composto por pedagogos/as e técnicos/as em assuntos educacionais. O NuPe atua de forma estratégica no acolhimento dos/as estudantes, na mediação pedagógica, no nivelamento, na orientação de estudos e na reorganização dos percursos formativos. Promove ainda rodas de conversa, seminários, atendimentos individuais e coletivos, sempre atento às especificidades dos/as estudantes indígenas, em diálogo com os/as docentes e com os demais setores institucionais.

No campo da inclusão, destaca-se o trabalho do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), responsável por planejar e implementar ações de acessibilidade física, comunicacional, metodológica e pedagógica. Embora tenha como foco principal estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, o NAPNE pode colaborar com a construção de estratégias que também atendam às barreiras linguísticas, comunicacionais e culturais enfrentadas pelos/as estudantes indígenas, contribuindo para um processo formativo mais inclusivo e respeitoso da diversidade.

Já os programas específicos preveem auxílios como moradia, transporte, creche, material didático, apoio emergencial, incentivo à prática esportiva e à produção artística e cultural. São voltados prioritariamente a estudantes em situação de vulnerabilidade, reforçando o compromisso institucional



com a democratização do acesso e a garantia da permanência com dignidade.

No caso do Curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena, outras ações específicas são articuladas por meio de políticas públicas voltadas diretamente aos povos indígenas. O curso é financiado pelo Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – PROLIND, coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC, e executado pelo IFSertãoPE com recursos oriundos do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 13728, aprovado em 03 de novembro de 2023. O PROLIND assegura ajuda de custo aos/às estudantes durante os períodos presenciais de formação (Tempo IF), custeando deslocamentos, alimentação e estadia, além de prever ações formativas em diálogo com os territórios indígenas de origem.

Complementarmente, o curso conta com o Programa Bolsa Permanência Indígena, ofertado pelo Ministério da Educação, que atende estudantes não residentes na sede do curso, pertencentes a comunidades indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esses apoios são condicionados à frequência regular e ao compromisso com os componentes curriculares, sendo acompanhados por meio do trabalho integrado do Núcleo Docente Estruturante (NDE), do NuPe, do NAPNE e das coordenações institucionais de assistência estudantil.

Para além das ações previstas, o curso reconhece a necessidade de ampliar e aprofundar estratégias voltadas à permanência qualificada dos/as estudantes indígenas, tais como:

- Elaboração de editais específicos de assistência estudantil para estudantes indígenas;
- Criação de comissões de acompanhamento dos programas de permanência com a presença de representantes indígenas;
- Oferta de rodas de conversa, grupos de escuta e atendimento psicopedagógico com foco intercultural;
- Apoio à formação de coletivos e centros acadêmicos indígenas;
- Fortalecimento de programas de monitoria e tutoria entre pares;
- Incentivo à participação em projetos de pesquisa, extensão e ações comunitárias que valorizem os saberes tradicionais;
- Produção e acesso a materiais didáticos bilíngues e contextualizados.

Cabe lembrar que esse compromisso também está respaldado por marcos legais importantes, como a Lei n.º 12.711/2012, que trata do ingresso de estudantes indígenas no ensino superior por meio de ações afirmativas; a Lei n.º 10.172/2001, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), e a Resolução CNE/CP n.º 1/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação



Escolar Indígena.

Assim, mais do que uma política de suporte, o apoio ao/à estudante indígena deve ser compreendido como uma expressão viva do direito à educação em sua integralidade — enquanto presença, permanência, pertencimento, escuta e reconhecimento. É papel deste Projeto Pedagógico de Curso explicitar, com a devida centralidade, tais ações como dimensões estruturantes da proposta formativa, assegurando que o espaço acadêmico não apenas acolha os/as estudantes indígenas, mas também se reinvente e se transforme a partir da potência de suas presenças.

4.18. Políticas de Educação Ambiental

A proposta formativa do Curso Superior de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IF Sertão PE – Campus Floresta compreende a educação ambiental como um eixo transversal essencial à formação docente comprometida com a vida, com os territórios e com os saberes ancestrais dos povos indígenas. Mais do que um conteúdo disciplinar, a temática ambiental é tratada como uma dimensão ética e política da formação, que envolve a construção de valores, atitudes e competências voltadas à conservação do meio ambiente e à promoção da sustentabilidade em diálogo com os modos de existência e as cosmologias indígenas.

Essa compreensão está em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n.º 9.795/1999), que estabelece a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades de ensino, em caráter formal e não formal. A referida legislação reforça o compromisso das instituições de ensino com a formação de sujeitos conscientes e capazes de atuar na defesa do meio ambiente e da qualidade de vida, em todas as suas dimensões.

Para os povos indígenas, a relação com a natureza não é uma questão meramente utilitária ou técnica, mas está intrinsecamente ligada a um sistema de conhecimentos, práticas e espiritualidades que afirmam a interdependência entre os seres vivos, a terra, a água, o tempo e o coletivo. A degradação ambiental, portanto, representa não apenas uma ameaça à biodiversidade, mas também um ataque aos modos de vida indígenas e à continuidade de suas culturas. Nesse sentido, promover uma educação ambiental intercultural é também um ato de resistência, de valorização dos saberes tradicionais e de cuidado com os territórios.

A transversalidade da educação ambiental no curso se dá por meio de componentes curriculares que abordam o tema em diálogo com as práticas pedagógicas, a matemática e os saberes indígenas. Isso significa considerar, por exemplo, a medição do tempo pelas fases da lua, a contagem das estações pelas transformações da paisagem, a leitura dos ciclos da natureza para fins de cultivo e coleta, entre outros



conhecimentos historicamente construídos e transmitidos de geração em geração. Trata-se de promover a articulação entre os saberes escolares e os conhecimentos originários, respeitando sua autonomia, complexidade e valor científico.

Além da legislação específica da educação ambiental, é importante citar a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 225 assegura que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado" e que "incumbe ao poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente". Também se destaca a Lei n.º 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, abrindo espaço para a valorização das relações dos povos originários com a natureza e os territórios.

Nesse contexto, recomenda-se que o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) reforce, de maneira mais ampla e explícita, o papel da educação ambiental na formação dos/as licenciandos/as, garantindo que ela não se limite a menções genéricas, mas que se materialize em ações e estratégias formativas como:

- Desenvolvimento de projetos interdisciplinares voltados para a valorização dos conhecimentos ambientais indígenas;
- Inserção de temáticas como ecologia dos saberes, sustentabilidade e justiça ambiental em componentes curriculares obrigatórios;
- Promoção de atividades de extensão em comunidades indígenas voltadas à agroecologia, soberania alimentar e proteção de nascentes e florestas;
- Realização de rodas de conversa, oficinas e seminários sobre os impactos da devastação ambiental nos territórios indígenas;
- Incentivo à produção de materiais didáticos contextualizados, que reflitam a pluralidade de concepções sobre meio ambiente e sustentabilidade;
- Fortalecimento de parcerias com organizações indígenas, movimentos sociais e instituições que atuam na defesa dos direitos ambientais.

A presença dessa política no PPC não apenas atende às diretrizes legais e institucionais, mas reafirma um compromisso ético com a preservação da vida em sua diversidade. Ao considerar a estreita relação entre os povos indígenas e o meio ambiente, torna-se ainda mais urgente e necessário que a formação docente proposta pelo curso não apenas contemple, mas integre profundamente essa temática, contribuindo para a formação de educadores/as que reconheçam, respeitem e valorizem os territórios como espaços de vida, saber e resistência.

Assim, a educação ambiental no Curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena



deve ser compreendida como um campo de articulação entre a ciência, os saberes tradicionais e a ação pedagógica transformadora, capaz de mobilizar a comunidade acadêmica e os territórios na construção de um futuro mais justo, sustentável e enraizado nos princípios da interculturalidade e da dignidade dos povos originários.

4.19. Política de Combate à Evasão

O Curso Superior de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IFSertãoPE – Campus Floresta está alinhado às diretrizes e finalidades previstas no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Plano de Ação Institucional do campus. Sua proposta está comprometida com a promoção de uma formação docente intercultural, pautada pela justiça social, pelo reconhecimento da diversidade étnica e cultural dos povos indígenas e pela valorização dos saberes tradicionais em articulação com os conhecimentos científicos e acadêmicos.

Essa proposta formativa compreende que garantir o acesso ao ensino superior é apenas o primeiro passo para a efetivação do direito à educação. É necessário assegurar condições reais e simbólicas que favoreçam o desenvolvimento pleno dos/as estudantes indígenas em sua trajetória acadêmica, por meio de um processo pedagógico dialógico, crítico e sensível às realidades socioculturais, territoriais e linguísticas desses sujeitos. Nesse sentido, o curso busca oferecer experiências de aprendizagem que articulem ensino, pesquisa e extensão de maneira indissociável, conforme os princípios definidos na Constituição Federal de 1988 e reafirmados pelas políticas públicas educacionais para a educação superior no Brasil.

A política de ensino do IFSertãoPE orienta-se pela valorização da formação integral dos/as estudantes, promovendo metodologias participativas, interdisciplinares, ativas e contextualizadas. No curso, esse compromisso se traduz na organização de um currículo que possibilita o diálogo entre a matemática escolar e os saberes indígenas, reconhecendo a pluralidade de epistemologias e os modos próprios de aprender e ensinar. Os componentes curriculares foram concebidos para favorecer a apropriação crítica dos conteúdos da matemática em suas dimensões histórica, social e política, bem como sua ressignificação a partir das vivências coletivas e comunitárias dos povos indígenas.

A pesquisa constitui uma dimensão formativa essencial. Ao incentivar o desenvolvimento de projetos de iniciação científica voltados à etnomatemática, à história da educação indígena, aos direitos coletivos e às práticas escolares em contextos interculturais, o curso promove o protagonismo estudantil e fortalece a autonomia intelectual e política dos/as futuros/as docentes. A produção de conhecimento no contexto da formação indígena é compreendida não apenas como exercício acadêmico, mas como afirmação identitária e resistência epistêmica.

No campo da extensão, o curso reconhece o território como espaço pedagógico legítimo. As ações extensionistas valorizam o diálogo entre saberes acadêmicos e conhecimentos tradicionais, favorecendo o intercâmbio de experiências formativas entre o instituto e as comunidades indígenas. Projetos nas áreas da educação matemática intercultural, sustentabilidade, agroecologia, língua e cultura indígena fortalecem a função social da formação docente e ampliam as possibilidades de ação educativa nas aldeias e coletividades às quais os/as estudantes pertencem.

Nesse cenário, o enfrentamento à evasão e à retenção torna-se uma pauta prioritária e estruturante. A evasão escolar, especialmente em cursos voltados a populações historicamente marginalizadas, como os povos indígenas, não pode ser compreendida como um fenômeno individualizado, mas sim como resultado de múltiplas camadas de exclusão, desigualdade e desrespeito às condições materiais e simbólicas necessárias à permanência digna e à conclusão dos estudos.

O PDI do IFSertãoPE reconhece essa complexidade e explicita, entre seus objetivos estratégicos, a promoção de políticas acadêmicas voltadas à permanência qualificada dos/as estudantes nos cursos superiores, por meio da melhoria contínua da qualidade do ensino, da revisão dos projetos pedagógicos de curso, da formação continuada dos/as docentes e do fortalecimento de metodologias inovadoras e sensíveis às realidades dos/das estudantes. O documento destaca, ainda, a importância de ações institucionais que garantam não apenas a permanência física do/a estudante, mas também seu pertencimento, sua escuta e sua valorização enquanto sujeito de direitos e produtor de saberes.

No âmbito do Campus Floresta, essas diretrizes se concretizam por meio da atuação da Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito, que realiza diagnósticos qualitativos e quantitativos sobre os índices de evasão e retenção, elabora planos estratégicos de intervenção e monitoramento, propõe ações pedagógicas e institucionais voltadas à permanência, e avalia os impactos dessas medidas em ciclos contínuos. Tais iniciativas contribuem para que o curso se mantenha sensível às condições reais enfrentadas pelos/as estudantes indígenas e atue de forma propositiva na superação dos obstáculos que comprometem o percurso formativo.

Nesse processo, torna-se essencial o envolvimento coletivo e intersetorial da comunidade acadêmica, considerando que o combate à evasão não se faz apenas com mecanismos de controle ou sanção, mas sobretudo com escuta, acolhimento, adaptação curricular, abertura ao diálogo intercultural e construção conjunta de soluções que respeitem os tempos, as lutas e as particularidades de cada estudante.

Assim, a formação ofertada pelo Curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena não se limita à oferta de conteúdos ou à preparação técnica para o exercício docente. Ela está profundamente vinculada às políticas institucionais de educação superior, aos compromissos éticos assumidos no PDI e à defesa de uma formação que reconhece os povos indígenas como sujeitos de

direito, saber e transformação. Ao combater a evasão com estratégias estruturadas e sensíveis à diversidade, o curso reafirma seu papel na construção de uma educação pública que acolhe, escuta, forma e transforma – com e a partir dos territórios indígenas.

5. PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO

5.1. Corpo Docente

O corpo docente da Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IF SertãoPE Campus Floresta é composto por professores de diversas áreas de formação, atendendo às necessidades específicas do curso.

Quadro 21: Docentes da Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IF SertãoPE/Campus Floresta

Docente	Área	Titulação	Admissão	Regime
Ana Patrícia Vargas Borges	Psicologia	Mestrado	08/09/2014	40h (DE)
Anaide Maria Alves da Paz	Artes	Mestrado	14/08/2023	40h (DE)
Camila Teixeira Lima	Sociologia	Doutorado	09/03/2022	40h (DE)
Cintia Lopes Soares	Pedagogia	Mestrado	01/01/2010	40h (DE)
Cristiano Dutra Batista	Filosofia	Mestrado	08/11/2024	40h (DE)
Danielle Aparecida da Silva Oliveira	Matemática	Mestrado	15/06/2022	40h (DE)
Eduardo Barbosa Vergolino	Filosofia	Doutorado	26/10/2010	40h (DE)
Francisco Demetrius Luciano Caldas	Educação Física	Doutorado	19/11/2015	40h (DE)
João Luiz da Silva	Geografia	Mestrado	01/01/2010	40h
José Almeida da Silva Júnior	Física	Doutorado	15/06/2016	40h (DE)
Kelly Cintra Gomes	Pedagogia	Mestrado	26/08/2014	40h (DE)
Robson Arruda Araujo	História	Mestrado	28/12/2012	40h (DE)
Rosineuman de Souza Soares Leal	Língua Portuguesa	Mestrado	01/01/2010	40h (DE)
Vera Lucia Santos Alves	Língua Portuguesa	Doutorado	20/11/2015	40h (DE)

5.2. Atuação do Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena deve constituir-se em um grupo de professores/as, responsável por acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação e atualização contínua do Projeto Pedagógico do Curso, em consonância com as políticas e normas do IFSertãoPE. De acordo com a Resolução n.º 01 de 17 de junho de 2010, são atribuições do NDE, entre outras:

- I. contribuir para a consolidação do perfil profissional do/a egresso/a do curso;
- II. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Licenciatura em Matemática.

O NDE do curso de Licenciatura em Matemática do IFSertãoPE Campus Floresta, será instituído por portaria, a ser emitida pela Direção Geral do campus. O Colegiado do curso deve definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com mestrado ou doutorado; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo integral; e assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

5.3. Atuação da Coordenação do Curso

À Coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena competem às funções de planejamento, controle, avaliação e registro das atividades técnicas vinculadas ao Projeto Pedagógico do Curso e institucional, além do melhor aproveitamento dos recursos físicos e didáticos disponíveis.

A Coordenação deverá ser sempre ocupada por docente com regime de trabalho de 40 horas ou dedicação exclusiva (DE), que assume o papel de conduzir as atividades, com a finalidade de responder junto às instâncias competentes questões diretamente relacionadas à natureza pedagógica e administrativa, além de viabilizar e concretizar necessidades internas do corpo docente e discente do

curso. As atividades executadas no âmbito da Coordenação devem estar em consonância com as decisões tomadas pelo Colegiado do Curso e com as normas internas da Instituição. De acordo com a Resolução nº 46 – CONSUP, de 26 de outubro de 2021, são atribuições do Coordenação:

- promover a implantação da proposta curricular do curso, em todas as suas modalidades;
- avaliar continuamente a qualidade do curso, em conjunto com o corpo docente e discente;
- formular diagnósticos sobre os problemas existentes no curso e promover ações visando a sua superação;
- convocar reuniões ordinárias e extraordinárias conforme a necessidade dos serviços;
- garantir a execução das atividades previstas no Calendário Acadêmico de referência;
- solicitar periodicamente dos/as professores/as os planos das disciplinas ministradas em cada curso, em conformidade com ementa da respectiva disciplina, contendo conteúdo programático, objetivos, metodologias, critérios de avaliação, bibliografia básica e complementar;
- articular a divulgação dos planos de disciplinas entre os/as docentes, permitindo a multidisciplinaridade;
- disponibilizar o projeto de curso em meios eletrônicos;
- promover a adaptação acadêmica de alunos/as ingressantes;
- relatar anual a Direção de Ensino do campus de origem do IFSertãoPE, os resultados gerais das atividades desenvolvidas pela coordenação do curso;
- colaborar com os processos Avaliativos de Desenvolvimento Docente;
- orientar os/as alunos/as na organização e seleção de suas atividades curriculares do curso;
- acompanhar as atividades do/a supervisor/a de estágio de formação profissional;
- organizar e distribuir recursos materiais e espaço físico de acordo com as necessidades do curso;
- interagir com o setor de Controle Acadêmico na oferta de disciplinas curriculares e nos Processos Acadêmicos Discente;
- participar da comissão de horário escolar;

- acompanhar os prazos das atividades desenvolvidas pelos/as docentes, sejam elas: comissões, plano e relatório individual de trabalho, entrega de notas e registro de frequência discente, entre outras solicitadas pela gestão acadêmica;
- apresentar o curso que coordena perante órgãos superiores do IFSertãoPE quando necessário;
- compartilhar com a Comissão Institucional de Formatura, os procedimentos de conclusão de curso;
- coordenar eventos internos e externos relacionados ao curso;
- colaborar com o sistema de avaliação nacional de cursos: ENADE, CPA, Censo da Educação Superior e/ou outros que estejam em vigência;
- acompanhar a frequência docente do curso;
- assistir à comissão supervisora dos Estudos Interculturais Complementares (EIC);
- presidir o Colegiado de Curso;
- articular-se com o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) para identificar, acompanhar e viabilizar, em conjunto com o corpo docente e demais setores institucionais, as condições pedagógicas, metodológicas e estruturais necessárias à inclusão de estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento, altas habilidades/superdotação ou com outras necessidades educacionais específicas, promovendo ações formativas, adaptações curriculares e estratégias de acessibilidade que favoreçam a permanência e o êxito desses estudantes no curso.

A Coordenação também deve dar publicidade ao planejamento e as atividades de gestão do curso. Como trata-se de um curso em implantação, o/a primeiro/a Coordenador/a do curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena do IFSertãoPE Campus Floresta será indicado/a pela Direção Geral em consenso com o Departamento de Ensino. A coordenação atuará durante os dois primeiros anos de curso, até a realização de eleições, conforme Resolução nº 46/2021 (CONSUP/IFSertãoPE). Além disso, conforme recomendações do CEAU/Sesu/MEC, o/a coordenador/a do curso deve atender aos seguintes requisitos:

- possuir experiência de ensino no magistério superior;
- ter titulação mínima de mestrado na área de Matemática, Educação Matemática ou áreas correlatas;

- demonstrar produção acadêmica relevante, com publicações em revistas científicas, participação em congressos e projetos de pesquisa;
- atender à resolução das atividades docentes em vigor, do IFSertãoPE.

5.4. Funcionamento do Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso é um órgão primário, normativo, consultivo, deliberativo e executivo com composição, competências e funcionamento definidos conforme Resolução nº 46/2021 do Conselho Superior do IFSertãoPE. Sua principal atribuição é orientar e coordenar as atividades didático-pedagógicas e administrativas e propor as medidas necessárias para as devidas melhorias do curso. Deve atuar de forma integrada com outros departamentos e coordenações relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e inovação do campus.

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena será instituído por portaria, emitida pela Direção-Geral do IFSertãoPE Campus Floresta. Será constituído pelo/a coordenador/a do curso, que será presidente do colegiado, e seu suplente, o/a vice coordenador/a; por pelo menos 03(três) professores/as titulares e seus respectivos suplentes, que ministrem, pelo menos, uma disciplina nos primeiros 2 (dois) primeiros anos de curso, eleitos por seus pares; e por 01 (um/a) aluno/a, e seu suplente, regularmente matriculados no curso, eleitos por seus pares.

Como trata-se de um curso em implantação, a composição inicial do Colegiado de Curso deve ser definida em reunião do Departamento de Ensino e da Coordenação com os professores que atuam nos dois primeiros anos do curso. Após dois anos de curso, prevalecerá a normativa de eleição do Colegiado, estabelecida pela Resolução n.º 46/2021 (CONSUP/ IFSertãoPE).

As reuniões do colegiado do curso acontecem ordinariamente, por convocação de iniciativa do/a seu/sua presidente/a ou atendendo ao pedido de 1/3 (um terço) dos seus membros, uma vez a cada 15 dias, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo/a seu/sua presidente/a ou pelo menos 1/3 (um terço) dos seus membros, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mencionando-se o assunto que deverá ser tratado. O quórum do colegiado deve ser composto por maioria absoluta, a partir do número inteiro imediatamente superior à metade do total de seus membros. Todo membro da coordenação de curso tem direito à voz e ao voto, cabendo ao/a coordenador/a o voto de qualidade.

O registro das reuniões deve ser feito por meio de ata, onde constarem, além das informações básicas como data, horário e local, a pauta da reunião, registro e assinatura dos presentes e as definições das discussões. O encaminhamento do que foi resolvido nas discussões é feito pelo/a presidente/a com a colaboração dos membros do colegiado do curso. As atas, após sua aprovação, serão publicadas e



arquivadas no colegiado do curso, com livre acesso aos membros.

Maiores detalhes sobre as atribuições do/a presidente/a do colegiado, as competências dos membros do colegiado e a eleição do/a coordenador/a e vice coordenador/a devem ser consultados na Resolução nº 46/2021 do IFSertãoPE. Ainda de acordo com a Resolução, são competências do colegiado do curso:

- analisar e aprovar os planos de ensino das unidades curriculares do curso, propondo alterações quando necessárias com a participação da Coordenação Pedagógica;
- acompanhar o processo de avaliação do curso, em articulação com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e auxiliar na divulgação dos resultados;
- promover a auto avaliação do curso sistematicamente;
- apreciar convênios, no âmbito acadêmico, referente ao curso, encaminhando-os aoparecer da Diretoria de Ensino do Campus;
- emitir parecer, sempre que houver necessidade, sobre questões apresentadas por docentes e discentes;
- propor e/ou avaliar as atividades extracurriculares necessárias ao bom funcionamento do curso, registrando-as em formulários próprios;
- avaliar, propor normas e promover a integração dos componentes curriculares do curso, visando garantir-lhe a qualidade didático-pedagógica e interdisciplinaridade;
- exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões;
- julgar, em grau de recurso, as decisões do/a coordenador/a do curso de graduação;
- discutir e deliberar sobre os assuntos relacionados à análise do Projeto Pedagógico do Curso e as alterações necessárias a serem encaminhadas para apreciação e posterior aprovação pelo NDE;
- elaborar um planejamento estratégico de distribuição às necessidades de docentes para o curso, manifestando-se sobre as formas de seleção e admissão, em consenso com a demanda da maioria dos professores específicos da área do curso;
- receber, analisar e encaminhar solicitações de ações disciplinares relativas ao corpo docente ou aluno/a do curso;
- acompanhar as atividades docentes e as propostas de atividades acadêmicas realizadas pelos integrantes do curso nas áreas de pesquisa, extensão e atividades complementares com

anuência das coordenações específicas (ensino, pesquisa, extensão e inovação);

- examinar e emitir parecer, com base na integralização curricular, sobre processos de transferência interna e externa de alunos/as a serem admitidos ou desligados do curso, conforme dispositivos legais em vigor;
- deliberar sobre aproveitamento de estudos, convalidação de disciplinas, conjunto de disciplinas, módulos interdisciplinares, áreas de conhecimento ou campos de saber, excedência de créditos, pré-requisito e cor-requisito em caso de encaminhamento da coordenação de curso;
- emitir parecer sobre processos de revalidação de diplomas de cursos de graduação, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de Ensino Superior, com base na legislação vigente e encaminhar para a Pró-Reitoria de Ensino ou órgão competente específico do IFSertãoPE;
- definir as atribuições e os critérios de constituição do Núcleo Docente Estruturante (NDE), acordo com legislação em vigor;
- aprovar o plano de trabalho anual do Colegiado;
- propor a reformulação do Regimento do Colegiado, submetendo-o à aprovação no Conselho de Campus (Concampus)/Floresta, Colegiado de Dirigentes (CODI) e posteriormente ao Conselho Superior do IFSertãoPE;
- opinar e deliberar sobre outras matérias que lhe forem atribuídas, bem como sobre casos omissos que se situem na esfera de sua competência;
- cumprir as determinações dos órgãos deliberativos superiores;
- definir áreas prioritárias para seleções e concursos públicos, respeitando as normas do Concurso Público do IFSertãoPE.

5.5. Corpo Técnico de Apoio ao Ensino

O corpo técnico de apoio ao ensino do IFSertãoPE Campus Floresta têm o papel de auxiliar na articulação e no desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas ligadas ao curso, para garantia da qualidade do ensino, pesquisa, extensão e inovação. O campus conta com uma equipe técnico administrativa de apoio ao ensino, a saber:

Quadro 22: Corpo técnico de apoio ao ensino do IF SertãoPE/ Campus Floresta

Técnico	Cargo	Formação	Admissão	Regime
Ailson Kelvy Nunes Calaça	Auxiliar de biblioteca	Especialização	25/08/2010	40h
Aliny Yara Silva de Sa	Intérprete de LIBRAS	Graduação	17/04/2017	40h
Ana Christina da Silva Bezerra	Bibliotecária	Especialização	23/01/2023	40h
Cinthya Suellen Sena Brasileiro	Nutricionista	Graduação	02/01/2024	40h
Clodoaldo Alves Campos	Técnica de enfermagem	Especialização	01/01/2010	40h
Elbiane Leal Novaes de Carvalho Lima	Técnica em assuntos educacionais	Mestrado	28/11/2013	40h
Elciane Leal Novaes Ferraz Feitosa	Técnica em assuntos educacionais	Mestrado	15/05/2015	40h
Germano Ferraz da Silva Rosa	Assistente administrativo	Especialização	11/01/2023	40h
Gerson Henrique Souza dos Santos	Assistente de aluno	Ensino Médio	07/06/2018	40h
Giselda de Souza Moraes Ferraz Leite	Assistente administrativo	Mestrado	13/04/2010	40h
Helder de Souza Gomes	Técnico de alimentos e laticínios	Graduação	01/09/2014	40h
Iara Ferraz Cornelio	Pedagoga	Mestrado	17/06/2013	40h
Jamie Anderson Lima Cavalcanti	Assistente de aluno	Graduação	20/01/2021	40h
Kelli Roberta de Souza Soares Luz Gomes	Técnica em assuntos educacionais	Doutorado	01/01/2010	40h
Maria Aparecida de Sa Martins Menezes	Pedagoga	Doutorado	01/01/2010	40h
Maria Lucia da Silva Pereira	Técnico de laboratório de física	Mestrado	26/08/2014	40h
Mayara Novaes Menezes	Assistente de aluno	Graduação	23/08/2010	40h
Rafaela Diniz Carvalho Ferraz	Assistente administrativo	Especialização	23/08/2010	40h
Rejane Miranda Leite	Auxiliar de biblioteca	Especialização	26/08/2014	40h
Sandra Regina do Nascimento Silva	Assistente de aluno	Especialização	23/08/2010	40h

As necessidades de ordem administrativa deste nível serão tratadas pelos setores/servidores/as lotados/as no Departamento de Ensino. Todos/as estes/as profissionais auxiliarão os/as docentes na organização dos laboratórios, nas atividades administrativas específicas do curso e no apoio das atividades docentes.

6. INFRAESTRUTURA

O IF SertãoPE Campus Floresta conta com instalações e equipamentos de uso comum dos cursos regulares vigentes, que dão suporte ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e



inovação, e que também contemplarão o curso de Licenciatura em Matemática Intercultural Indígena no envolvimento dos/as alunos/as em atividades multidisciplinares, nos diferentes espaços físicos.

6.1. Biblioteca

O IFSertãoPE Campus Floresta conta uma biblioteca com cerca de 2551 (dois mil quinhentos e cinquenta e um) títulos e 7713 (sete mil setecentos e treze) exemplares catalogados (até novembro de 2024). Trata-se de um espaço totalmente informatizado com o Sistema *Pergamum* de gerenciamento do acervo, no qual é possível realizar consultas, renovações e reservas on-line. Lém disso, é oferecido o acesso ao Portal de Periódicos Capes e a produção bibliográfica do Campus fica depositada no repositório institucional de leituras abertas (Releia).

A biblioteca possui cerca de 82 m² (oitenta e dois metros quadrados), divididos entre acervo, sala de processamento técnico e recepção. São serviços prestados pela Biblioteca do IFSertãoPE Campus Floresta:

-  empréstimo domiciliar;
-  empréstimo interbibliotecário;
-  consulta on-line;
-  reserva de livros;
-  levantamento bibliográfico;
-  boletim informativo de novas aquisições.

A título de avaliação do curso de Licenciatura em Matemática, é recomendado que a biblioteca conte com acervo físico atualizado e expressivo de títulos da área, os mesmos referidos nos programas dos componentes curriculares do curso. A bibliografia básica deve estar disponível na proporção de um exemplar para cada oito alunos/as matriculados/as, com o mínimo de quatro títulos por componente curricular. Deve conter periódicos nacionais e internacionais, além de títulos que contemplem a produção regional existente. A biblioteca deverá ainda: ter espaço para o acervo digitalizado; ter acesso às bases indexadas de periódicos e livros digitais; possuir acervo de mapas e cartografia; buscar a legalização de cópias de textos pela pasta do professor na internet; utilizar outras mídias, na intenção de contar como títulos; espaço destinado ao acervo dos Trabalhos Finais de Graduação; e ter ainda uma política de manutenção, atualização e ampliação do acervo existente.

6.2. Instalações e Equipamentos Específicos

6.2.1. Sala de Coordenação de Curso

A sala de coordenação dos cursos superiores está localizada no prédio principal do Campus Floresta, próximo ao módulo de salas de aulas. O ambiente conta com 8 m², climatizado e equipado com o mobiliário e equipamentos adequados para as necessidades do curso como mesas de escritório, poltronas, microcomputadores conectados à rede cabeada de alta velocidade.

6.2.2. Auditório

O Campus Floresta conta com um auditório climatizado de aproximadamente 100 m², com capacidade para 82 pessoas, devidamente equipado com datashow, tela de projeção, lousa, sinal de wi-fi e caixas amplificadoras.

6.2.3. Laboratórios de Informática

O Campus Floresta disponibiliza para seus estudantes um total de 4 (quatro) laboratórios multiuso de informática, todos eles climatizados. São dois laboratórios maiores, medindo cerca de 80 m², que disponibilizam 35 computadores cada um. Outros dois laboratórios de porte menor estão equipados com 18 computadores. Todos os laboratórios disponibilizam máquinas de alta resolução e conexão com banda larga de alta velocidade, além de estarem equipados com softwares educacionais atualizados.

6.2.4. Laboratórios Didáticos

O Campus Floresta conta com laboratórios didáticos de Física e Matemática, Química e Biologia. Os laboratórios em questão são climatizados, equipados com datashow, lousa e sinal de wi-fi.

O laboratório didático de Física e Matemática tem capacidade para receber turmas de 15 estudantes e está equipado com aparatos experimentais das áreas de Mecânica, Ondulatória, Eletromagnetismo e Termologia. Enquanto da área de Matemática disponibilizam-se figuras volumétricas e um aparelho de superfície de evolução.

O laboratório didático de Química tem capacidade para receber turmas de 15 estudantes para vivenciarem experiências e aulas práticas nas áreas de Química Orgânica, Inorgânica, Físico-Química e Química Analítica.

O laboratório didático de Biologia tem capacidade para receber uma turma de 20 estudante a fim de vivenciarem conteúdos de Microbiologia, Biologia Vegetal, Bioquímica, Zoologia, Reprodução entre outras.



REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto n.º 26, de 1991. **Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 04 fev. 1991.
- BRASIL. Lei nº 8.731, de 11 de novembro de 1993. **Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 nov. 1993.
- BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Parecer CNE/CEB n.º 40, de 2004. **Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 08 jul. 2004.
- BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.
- BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 4, de 2024. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 mai. 2024.
- BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 1, de 7 de janeiro de 2015. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores indígenas**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 jan. 2015.
- BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 abr. 1997.
- BRASIL. Resolução CNE/CES n.º 2, de 2010. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jun. 2010.
- BRASIL. Parecer CNE/CES n.º 13.022, de 2001. **Estabelece as Diretrizes Curriculares para o curso de licenciatura em Matemática**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 06 nov. 2001.
- BRASIL. Decreto n.º 8.752, de 9 de maio de 2016. **Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 maio 2016.
- BRASIL. Decreto n.º 10.195, de 30 de dezembro de 2019. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 2019.
- BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 7, de 12 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 2018.



BRASIL. Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 set. 2008.

BRASIL. Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Centauro, 2004.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária.** Brasília, DF: FORPROEX, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2018.** Brasília, DF: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022.** Brasília, DF: IBGE, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 7, de 4 de março de 2021. **Aprova o regulamento da Curricularização no IFSertãoPE.** Petrolina: CONSUP, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 12, de 2015. **Regulamenta os estágios no âmbito do IFSertãoPE.** Petrolina: CONSUP, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 08, de 2019. **Complementa o regulamento sobre os estágios no IFSertãoPE.** Petrolina: CONSUP, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 41, de 9 de dezembro de 2020. **Dispõe sobre a organização acadêmica do IFSertãoPE.** Petrolina: CONSUP, 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 41, 02 de junho de 2015. **Altera a Política de Assistência Estudantil (PAE).** Petrolina: CONSUP, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 46, de 25 de setembro de 2015. **Dispõe sobre a Assistência Estudantil no IFSertãoPE.** Petrolina: CONSUP, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Normativa n.º 02, de 2019. **Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no IFSertãoPE.** Petrolina: IFSertãoPE, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 23, de 2013. **Dispõe sobre as eleições no IFSertãoPE.** Petrolina: CONSUP, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 46, de 2021. **Normas que regulamentam as atribuições de Coordenadores e de Vice-Coordenadores dos Cursos do IFSertãoPE.** Petrolina: CONSUP, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. **Histórico Institucional.** Petrolina, mai. de 2017.



Disponível em: <https://ifsertao-pe.edu.br/index.php/institucional/704-historico>. Acesso em: 17 nov. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSertãoPE 2009-2013**. 2009. Disponível em: <https://ifsertaope.edu.br/institucional/documentos-norteadores/plano-de-desenvolvimento-institucional/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. Goiânia: Alternativa, 2013.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, J. P. De (Orgs). **A reconquista do território: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo**. 1. ed. - Rio de Janeiro : E-papers, 2022.

PERNAMBUCO. Lei estadual nº 867, de 20 de junho de 1907. **Dispõe sobre a elevação à categoria de cidade a villa de Floresta**. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Recife, 21 jun. 1907.

SANTOS, J. da C dos; ALMEIDA, E. A de; OLIVEIRA, E. G. da S. As expressões socioculturais do povo indígena Pankararu no campo disciplinar da etnomatemática. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, 2023, n. 16, v. 7, 5310–5322p. <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.7-008>. Acesso em 20 dez. 2023.

SANTOS JÚNIOR, C. F. dos. **Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.